



PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

por

ISABEL DE CARVALHO E SILVA

ORIENTADOR: JULIAN FONSECA PEÑA CHEDIAK

2009.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

por

ISABEL DE CARVALHO E SILVA

Monografia apresentada ao
Departamento de Direito da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de
Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do
Título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Julian Fonseca Peña
Chediak

2009.1

Agradecimentos

À minha querida família, por todo
o carinho e dedicação ao longo da
minha vida.

Ao Luiz Augusto, com todo o
meu amor.

Ao meu orientador, Julian Chediak,
pela atenção e oportunidade de
aprendizado concedidas.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a polêmica doutrinária e jurisprudencial acerca da possibilidade de dissolução parcial das sociedades anônimas. Para tanto, será realizado um estudo da evolução da matéria através da jurisprudência que a criou, assim como da sua positivação no ordenamento jurídico brasileiro. Aspectos como a natureza jurídica dos atos constitutivos das sociedades anônimas e as suas regras de dissolução serão abordados para melhor compreensão do tema. Também será realizada a comparação entre a aplicação do instituto no âmbito das companhias e das sociedades contratuais. Por fim, serão discutidos os argumentos favoráveis e contrários à dissolução parcial das sociedades anônimas, apontados pela doutrina e pela jurisprudência. Ao final, buscar-se-á demonstrar a inaplicabilidade do instituto regido pelo Código Civil face ao regime legal específico das sociedades anônimas.

Palavras-chave

Dissolução Parcial. Sociedade Anônima. Resolução da sociedade em relação a um sócio. Liquidação Ficta. Direito de retirada. Direito de recesso. Reembolso. Apuração de Haveres. Sócio minoritário. Preservação da empresa. *Affectio societatis*.

Sumário

Introdução

1. A Dissolução Parcial

1.1. Conceito

1.2. Histórico

1.2.1. Regime do Novo Código Civil – a Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio e sua Aplicação em face das Sociedades Contratuais

2. As Sociedades Anônimas

2.1. Natureza Jurídica dos Atos Constitutivos

2.2. A Sociedade Anônima de Pessoas

2.3. A Dissolução das Sociedades Anônimas

2.3.1. Histórico Legal

2.3.2. Modalidades de Dissolução previstas pela Lei 6.404/76

3. A Dissolução Parcial das Sociedades Anônimas

3.1. A Divergência Jurisprudencial

3.2. Posicionamento Favorável

3.2.1. A Existência de Sociedades Anônimas com Caráter *Intuitu Personae*

3.2.2. A Impossibilidade de Preenchimento do Fim Social

3.2.3. O Princípio da Preservação da Empresa

3.2.4. O Art. 5º, inciso XX, da Constituição Federal

3.3. Posicionamento Contrário

3.3.1. A Dificuldade de se Reconhecer a Sociedade Anônima como Sociedade de Pessoas

3.3.2. O Princípio da Preservação da Empresa

3.3.3. A não Contemplação do Instituto pela Lei das S.A.

3.3.4. O Direito de Recesso

Conclusão

Bibliografia

Lista de Símbolos e Abreviações

Art.	Artigo
CC ou NCC	Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)
CCom	Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850)
CF	Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988
Dec.	Decreto
Lei das S.A.	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976
Min.	Ministro
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
§	Parágrafo

Introdução

As sociedades anônimas, ou companhias, são consideradas como uma das maiores invenções humanas de todos os tempos¹. Para LAMY e BULHÕES:

A vida do mundo de hoje, nos países de economia de mercado, seria incompreensível sem o conhecimento do papel desempenhado, sobretudo no último século, pelas companhias. Realmente, foi essa “máquina jurídica” – como a chamou RIPERT (1951, nº 46) – utilizada em toda a sua potencialidade, que moldou, em grande parte, a estrutura econômica contemporânea.²

Efetivamente, a capacidade da companhia de congregar esforços e capitais em quantidade infinitamente superior à das demais espécies de unidades de produção, tanto individuais como coletivas, aliada à responsabilidade limitada ao valor investido, viabilizou as aventuras marítimas dos grandes descobrimentos e a exploração comercial de colônias ao longo dos séculos XVI e XVII.³ Propiciou, também, a expansão industrial dos séculos XVIII e XIX, tendo sido um dos principais instrumentos para o avanço da Revolução Industrial.⁴

¹ “Nowadays, the influence of this unsettling organization is even more pervasive. Hegel predicted that the basic unit of the modern society would be the state, Marx that it would be the commune, Lenin and Hitler that it would be the political party. Before that, a succession of saints and sages claimed the same for the parish church, the feudal manor, and the monarchy. (...) The most important organization in the world is the company: the basis of the prosperity of the West and the best hope for the future of the rest of the world. Indeed, for most of us, the company’s only real rival for our time and energy is the one that is taken for granted – the family. (Meanwhile, in a nice reversal of fortune, the world’s best-known family, the British monarchy, on whose whims and favors many of the earliest English joint-stock companies depended, now refers to itself as ‘the firm’)” (MICKLETHWAIT, John e WOOLDRIDGE, Adrian. *The Company: a short history of a revolutionary idea*. New York: Modern Library, 2005, p. 14/15).

² LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *A Lei das S.A.: pressupostos, elaboração, aplicação*. vol. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 19.

³ Cabe ressaltar que as companhias dos séculos XV e XVI, conhecidas como companhias privilegiadas ou *chartered companies*, não possuíam as mesmas características das atuais. Embora tenham apresentado alguns elementos de grande relevância, tais como uma incipiente personalidade jurídica, a repartição dos riscos e a divisão da participação em títulos denominados ações, que podiam ser negociados, ainda eram consideradas como substancialmente de direito público, posto que dependiam da autorização do Estado para funcionar.

⁴ “Na parte que nos interessa diretamente, a sociedade industrial e de mercado, que nasce da invenção da máquina a vapor, tem na empresa privada sua unidade típica de produção e na sociedade por ações a estrutura jurídica que viabilizou o desenvolvimento da empresa com as dimensões que os novos tempos reclamavam, até chegar à macroempresa de nossos dias” (LAMY FILHO e BULHÕES PEDREIRA, op. cit., p. 45).

A importância das sociedades anônimas está, ainda, na perenidade a elas inerente. As sociedades anônimas são, em regra, criadas para durar indeterminadamente, superando a limitação temporal que possuem os seres humanos.⁵ Essa durabilidade permite que as atividades econômicas das sociedades ultrapassem o tempo de duração de uma vida humana.

As sociedades anônimas, são, portanto, as grandes responsáveis pelo avançado estágio em que se encontra a economia mundial atualmente. Não fosse a sua criação, como instrumento capaz de agregar um valor expressivo de capital de diversas pessoas e repartir o risco (este sendo limitado ao montante investido) do empreendimento, certamente não seria possível usufruir de todas as tecnologias hoje disponíveis.⁶

Fica claro, deste modo, que a regulação das sociedades anônimas tem extrema relevância sócio-econômica para o país, e deve ser promovida de forma a gerar segurança jurídica aos empreendedores e investidores, e, conseqüentemente, a incentivar a criação de novas companhias brasileiras e o investimento estrangeiro no país.

No entanto, uma controvérsia a respeito da possibilidade de dissolução parcial das sociedades anônimas, existente há bastante tempo, vem se fortalecendo desde a entrada em vigor da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o chamado “Novo Código Civil”. Isso porque este previu expressamente a possibilidade de dissolução parcial (ou, conforme preferiu o legislador, de resolução da sociedade em relação a um sócio) no âmbito das sociedades por ele regidas.

⁵ “Companies have proved enormously powerful not jut because they improve productivity, but also because they possess most of the legal rights of a human being, without the disadvantages of biology: they are not condemned to die of old age and they can create progeny pretty much at will” (MICKLETHWAIT e WOOLDRIDGE, op. cit., p. xv).

⁶ Cf. FÁBIO ULHOA COELHO: “as sociedades anônimas correspondem à forma jurídico societária mais apropriada aos grandes empreendimentos econômicos. As suas características fundamentais são a limitação da responsabilidade dos sócios e a negociabilidade da participação societária, instrumentos imprescindíveis para despertar o interesse de investidores e propiciar a reunião de grandes capitais” (COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. Vol. 2: direito de empresa, 10 ed., São Paulo: Saraiva, 2007, p. 61).

Passou-se então a questionar se tal instituto, uma vez positivado, teria aplicabilidade às sociedades anônimas, em especial àquelas com capital fechado e que teriam características de sociedade de pessoas (conforme será explicado adiante). Tanto a doutrina como a jurisprudência nacionais divergem quanto à resposta a essa indagação, já tendo o próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ se manifestado ora a favor ora contra a dissolução parcial das companhias.

Essa indecisão, contudo, não deve ser estendida, em virtude da importância de se manter as regras que regulam as sociedades anônimas afastadas de quaisquer dúvidas, para que se propicie ao mercado a segurança jurídica necessária à realização de investimentos privados no país.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, analisar as diversas posições doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema, para que se possa chegar à conclusão de qual o melhor caminho a ser tomado no sentido de preservar a natureza das sociedades anônimas e, ao mesmo tempo, fornecer a segurança jurídica essencial ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Note-se que a ausência de respostas ao tema estudado pelo presente trabalho é de extrema gravidade tanto para os acionistas minoritários, que permanecerão na dúvida sobre a possibilidade de utilizar-se dessa via de saída da sociedade, como para a Companhia, que não terá certeza de qual a decisão correta a tomar – aceitar o pedido de retirada do sócio e conseqüentemente ter seu patrimônio reduzido, ou recusar-se a acatá-lo e correr o risco de ser condenada a ressarcir o acionista em função de desrespeito a um “direito” seu.

É importante ressaltar que não será analisada pelo presente trabalho a dissolução social, que tem por objetivo pôr fim à vida social, e difere, portanto, da dissolução parcial, na qual apenas um ou alguns sócios retiram-

se da sociedade, mediante reembolso de sua participação no capital social. O estudo da dissolução social somente será empreendido no que for necessário para clarificar a dissolução parcial, uma vez que esta originou-se em regras previstas para aquela.

Também não serão tratados os institutos da exclusão e da morte de sócios, os quais serão mencionados única e exclusivamente com o intuito de distingui-los da dissolução parcial *stricto sensu*, conforme será explicado adiante.

1. A Dissolução Parcial

1.1. Conceito

A nomenclatura “dissolução parcial” é utilizada tanto para o gênero que abarca qualquer hipótese que desvincule um sócio do contrato social, como para a espécie em que um sócio decide unilateralmente retirar-se da sociedade constituída por prazo indeterminado. Esclarece FONSECA:

Muito embora a extinção do vínculo societário não deixe de representar expressão sinônima de dissolução parcial – abrangendo todas as modalidades de rompimento do contrato social (exclusão, retirada, morte etc.) –, o certo é que a jurisprudência criou uma nova forma de afastamento do sócio da sociedade, à qual impropriamente denominou também de dissolução parcial. Consiste esta no decreto de retirada do sócio que requereu a dissolução total, porquanto se entende que a vontade unilateral do sócio não deve prevalecer sobre a utilidade social e econômica representada pela empresa⁷.

No mesmo sentido, explica LUCENA:

Vale dizer, reunimos sob o instituto da dissolução parcial da sociedade tanto as causas que antes acarretariam, segundo o Código Comercial, a dissolução total da sociedade, como as causas permissivas de continuidade da sociedade, mediante apuração de haveres do sócio pré-morto ou em recesso, visto que, para nós, como averbamos, “dissolução parcial de sociedade” é locução que significa a “dissolução da relação social limitadamente a um sócio, com liquidação da quota social”, assim congregando o instituto todas as causas supramencionadas.⁸

Nesse diapasão, a dissolução parcial pode referir-se tanto a todas as espécies de rompimento unilateral do contrato social, ou seja, exclusão, retirada, morte e denúncia – a dissolução parcial *lato sensu*, como somente ao caso em que o sócio decide retirar-se voluntariamente do contrato social – a dissolução parcial *strictu sensu*.⁹

⁷ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 66.

⁸ LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades Limitadas*. 5 ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 978.

⁹ PENTEADO, distinguindo a dissolução parcial *lato sensu* da dissolução parcial *strictu sensu*, explica que esta é “o remédio jurídico que permite ao sócio minoritário discordante ou dissidente postular em Juízo o seu desligamento da sociedade, com o pagamento de seus haveres, sem expresso amparo legal (ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o direito de retirada ou recesso, previsto expressamente em lei) – seja porque não se conformou com certas deliberações da maioria, ou porque com esta se desentendeu (quebra da “*affectio societatis*”, do espírito associativo), ou ainda porque se sente prejudicado com a política empresarial levada a cabo pelos sócios controladores etc.”, enquanto que aquela seria referente a qualquer “rompimento de

TROVO conceitua a dissolução parcial como “o afastamento de um sócio, através da dissolução da relação social limitadamente a este, com preservação do ente social”.¹⁰

No entanto, uma vez que o presente trabalho dissertará exclusivamente acerca da dissolução parcial criada como forma de permitir a saída de sócio por vontade unilateral, a expressão será utilizada doravante com este sentido estrito.

Assim sendo, pode-se conceituar a dissolução parcial como o instituto que possibilita a denúncia voluntária, por um sócio, do contrato social de sociedade constituída com prazo indeterminado, ou determinado porém com fim muito distante, retirando-se, portanto, o sócio da sociedade, de modo a evitar que esta seja dissolvida pela vontade exclusiva daquele.

Trata-se, portanto, conforme o próprio nome dado ao instituto elucida, de uma “dissolução antecipada” da sociedade, com relação ao sócio que deseja se retirar, a qual ocorre por meio da apuração dos haveres da sociedade tal como se fosse realizada a sua “dissolução total”, para reembolso da participação detida pelo sócio que se retira. Este fará jus à parcela do patrimônio social proporcional à sua participação no capital social da sociedade.

Ressalte-se que há larga discussão quanto à propriedade do termo “dissolução parcial”, sendo tal nomenclatura alvo de grandes e contundentes críticas, alvitradas, dentre os doutrinadores pátrios, em especial por HERNANI ESTRELLA:

Na doutrina mais generalizada e em muitos códigos, o afastamento de sócio (tomada esta expressão em sentido amplo) é definido como dissolução parcial. Pretende-se com isto traduzir o peculiarismo de que a ocorrência se reveste, visto

vínculos sociais com a permanência do contrato de sociedade” (PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução Parcial da Sociedade Limitada. In: RODRIGUES, Frederico Viana (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 270).

¹⁰ TROVO, Beatriz. *Resolução da Sociedade Limitada em Relação a um Sócio no Código Civil de 2002*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo: RT. Ano XLIV, n. 139, p.258, jul./set. 2005.

importar ruptura do vínculo societário, limitada àquele que se evade. Já noutro lugar censuramos essa denominação, por julgá-la injustificada, sobretudo em face do direito pátrio. Que autores alienígenas a tenham adotado, é perfeitamente explicável, máxime por que a isso os levam suas respectivas legislações. Aos nossos, entretanto, falta semelhante amparo; só por imperdoável transplantação se explica a impropriedade conceitual. Mas, nem mesmo a palavra da lei pode justificar, em pura doutrina e no trato de tão eminentes autoridades, a consagração do erro. Este tem se vulgarizado e feito carreira, porque, com as vistas voltadas para outras questões, os versados têm descurado esta, reputando-a quiçá insignificante. A verdade verdadeira é, porém, que daí hão sobrevivendo conseqüências por vezes desastrosas. Atraídos pela sugestão do falso conceito, alguns julgados foram levados a soluções violadoras da lei e do texto inequívoco da convenção das partes, livremente ajustada. É que, não obstante a clareza indubitosa do ajuste e da sua perfeita exequibilidade, *in casu*, os arestos adotaram solução diametralmente oposta, que, afinal, se convertia numa verdadeira liquidação da sociedade, embora reconhecessem que esta continuaria.¹¹

No mesmo sentido, posiciona-se GUIMARÃES NUNES:

A dissolução parcial de sociedade é expressão absolutamente atécnica, uma vez que não demonstra os efeitos que se operam em virtude do desligamento do sócio retirante da sociedade e tampouco indica qual seria o destino da sociedade sem seu ex-integrante.¹²

PENTEADO, por outro lado, entende serem parcialmente procedentes as críticas ao termo em questão:

A expressão “dissolução parcial”, que mereceu críticas, em parte procedentes, corresponde, como se disse, à resilição de parte dos vínculos sociais criados pelo contrato plurilateral de sociedade, modalidade contratual superiormente estudada por Tullio Ascarelli, o que se dá tanto na exclusão do sócio e no exercício do direito de recesso quanto na hipótese em exame.¹³

O autor, ao comentar a terminologia adotada pelo Novo Código Civil (*resolução da sociedade em relação a um sócio*), como será analisado adiante, expôs a sua preferência pela expressão “resolução”:

¹¹ ESTRELLA, Hernani. *Apuração dos haveres de sócio*. 4. ed. Atualizada por Roberto Papini. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 55/56.

¹² NUNES, Marcio Tadeu Guimarães. *Dissolução parcial de sociedade*. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p.39.

¹³ Explica o autor que as críticas são em parte procedentes “porque a expressão não pode ser considerada estranha em nosso ordenamento. O art. 289 do Código Comercial, ao tratar do sócio em mora, alude à ‘rescisão da sociedade a respeito do sócio remisso’; o art. 1.403 do Código Civil [de 1916], cuidando da continuação da sociedade com os herdeiros do sócio falecido, dispõe que ‘sendo o menor o herdeiro, será dissolvido, em relação a ele, o vínculo social, caso o juiz o determine’. De outra parte, a doutrina se vale da expressão dissolução para designar os casos de dissolução do vínculo contratual, quando não haja execução total do contrato” (PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 157 e nota de rodapé 295).

A nosso ver [a expressão “resolução” é] a mais precisa, do ponto de vista técnico-jurídico, embora autores de nomeada optem por outras (“resilição”, “rescisão”, “rescisão parcial”), a denotar que aqui não há unanimidade nem discrepâncias de fundo, mas preferências terminológicas, firmadas sobretudo em função de proposições da doutrina estrangeira...¹⁴

Já ESTRELLA sugere tratar do instituto como “resilição parcial”, novamente criticando a expressão “dissolução parcial”:

Bem que geralmente notada e, por vezes, claramente afirmada, nem sempre se estabeleceu, com a desejada nitidez, a diferença fundamental entre *dissolução efetiva da sociedade e simples resilição parcial do contrato*. Dessa imprecisão conceitual resulta o emprego freqüente, tanto entre os autores, como nos tribunais, do qualificativo *dissolução parcial*, para designar a hipótese de simples afastamento de sócio com a sobrevivência da sociedade.¹⁵

Nessa mesma linha, encontra-se CARVALHOSA:

A dissolução parcial nada mais é do que a resolução ou, mais precisamente, a resilição do contrato de sociedade com relação a um ou mais sócios, em razão da verificação de causas pessoais capazes de provocar a extinção do vínculo contratual societário que o vincula ao corpo social. E o fundamento dessa *resolução parcial* do contrato de sociedade é a necessidade de preservação da empresa, razão pela qual a sociedade permanece a despeito do desligamento de um de seus sócios.¹⁶

Há, por outro lado, quem entenda ser apropriada a terminologia utilizada. Nesse sentido, posiciona-se FONSECA:

Não há, por via de efeito, em função do afastamento de um dos sócios, o aniquilamento completo da avença societária, mas o rompimento limitado desta, relativamente ao sócio que se desvincula. Pode-se, pois, afirmar – e sem receio de errar – que se verifica, no caso, mera dissolução parcial do contrato de sociedade.

(...)

Aliás, a expressão *dissolução parcial do contrato de sociedade* é muito mais adequada do que, por exemplo, resolução parcial do contrato de sociedade – tal como impropriamente a denomina o novo Código Civil (art. 1.028 ss) – ou rescisão parcial do contrato de sociedade. Isso porque a resolução é entendida como a extinção do contrato motivada pelo inadimplemento da parte. Rescisão, por seu turno, é a extinção provocada pela lesão. O melhor seria que o legislador

¹⁴ PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução Parcial da Sociedade Limitada. In: RODRIGUES, Frederico Viana (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 274, nota de rodapé 12.

¹⁵ ESTRELLA, Hernani, op. cit., p. 95.

¹⁶ CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. Vol 4, tomo I. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 28.

tivesse se valido da expressão *resilição parcial*, pois a extinção limitada do contrato social, no caso, dá-se em razão da vontade da parte.¹⁷

Assim também entende SABOYA FILHO:

Não se justifica a resistência ao emprego do termo, pois no âmbito do direito societário utiliza-se, em larguíssima escala, a expressão “cisão parcial” (cf. art. 229 da Lei de Sociedades Anônimas), e, quando nada, por coerência semântica, assim como se diz “cisão parcial”, a dissolução de uma sociedade também pode ser qualificada de “parcial”¹⁸.

O Novo Código Civil, conforme se verá a seguir, optou pela denominação “resolução da sociedade em relação a um sócio” para se referir às várias espécies de dissolução parcial (exclusão, morte e retirada), baseando-se na nomenclatura adotada pelo Código Civil italiano – “dissolução da relação social limitadamente a um sócio”.

Na opinião da autora, a expressão “resilição parcial do contrato de sociedade” afigura-se a mais adequada para tratar da dissolução parcial em sentido estrito, uma vez que se encontra em plena consonância com a terminologia utilizada para os contratos em geral¹⁹. Considerando-se que, conforme será demonstrado adiante, o contrato de sociedade é um contrato plurilateral, formado por uma pluralidade de partes e passível de novas adesões, a denúncia unilateral de uma destas partes não acarretará a dissolução social, mas a resilição parcial do contrato, já que este deixará de produzir efeitos apenas para o sócio que se retira.

A despeito de toda a discussão acerca da nomenclatura utilizada para tratar do instituto ora analisado, o termo “dissolução parcial” será adotado

¹⁷ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da., op. cit., p. 68/69.

¹⁸ SABOYA FILHO, Helio. Alguns Aspectos da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Limitada Fundada na Divergência entre Sócios. *Revista de Direito Renovar*, n. 8, maio/ago. 1997, p. 55.

¹⁹ Segundo leciona Caio Mário, a resilição voluntária “consiste na dissolução do vínculo contratual, mediante atuação da vontade que a criara”, tendo a resilição unilateral caráter de exceção, mas sendo aplicável em caso de contratos de execução continuada, que, “quando ajustados por prazo indeterminado [como no caso das sociedades por prazo indeterminado], comportam a cessação mediante a *denúncia* promovida por um dos contratantes” (PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. III. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 151-153).

pelo presente trabalho por ser amplamente aceito e compreendido no ambiente jurídico.

1.2. Histórico

A discussão acerca da validade da dissolução parcial teve início com o questionamento das cláusulas de indissolução, ou seja, pactos contratuais que previam a possibilidade de continuação da sociedade quando um dos sócios falecesse, incorresse em falência, tornasse-se incapaz ou quisesse se retirar.

A origem da discussão acerca das cláusulas contratuais proibitivas da dissolução de sociedade remonta ao Direito Romano, em que já se buscava inserir cláusulas impedindo a dissolução pela morte de um sócio²⁰. Ensina VENTURA:

A consagração legislativa da dissolução parcial representou a superação de convicções muito antigas. No direito romano atribuíam-se a máxima relevância à interdependência dos vínculos sociais: os factos relativos a um sócio dissolviam toda a sociedade; não era possível aos sócios modificar pelos seus pactos o carácter total da dissolução (salvo no direito justiniano e mesmo aí a título inteiramente excepcional, o pacto de continuação da sociedade entre os sócios sobreviventes, no caso de falecimento de algum deles).²¹

A respeito da evolução do tema, salienta CUNHA PEIXOTO:

A tendência das leis é no sentido de proteger a sociedade, a continuidade da empresa; defendê-la contra os próprios sócios e os eventos que possam acarretar-lhes o desaparecimento durante o tempo estipulado pelos sócios. A evolução do direito comercial – nisto, as leis brasileiras têm marchado na vanguarda – é defender as sociedades.

Este fim foi alcançado nas sociedades anônimas, mas naquelas em que predomina o carácter pessoal sói mui lentamente se vai conseguindo, dada a influência do direito romano. No direito antigo, como no atual, esta espécie de sociedade tinha

²⁰ Segundo Estrella, “por via de cláusula adjetiva ao contrato, quiseram [os romanos] que, falecido um dos contraentes, seus herdeiros os substituíssem *ipso facto* na sociedade, que com estes e os membros sobreviventes continuaria normalmente. O Direito Romano, porém, negou eficácia a semelhante convenção, pelo duplo motivo de rígida observância ao carácter pessoal do vínculo societário e proibição de pactos sucessórios. Até mesmo a respeito dos sócios sobreviventes, entendia-se tratar-se aí de mero compromisso de constituição de nova sociedade, que surgia, *ex novo*, após o desaparecimento do pré-morto. Sem embargo disso, as tentativas se renovavam incessantemente” (ESTRELLA, Hernani, op. cit., p. 45). Posteriormente, a discussão foi expandida para outras hipóteses análogas, como a falência, a incapacidade, a exclusão e a denúncia.

²¹ VENTURA, Raul. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2ª reimpressão da 1 ed. de 1987. Coimbra: Almedina, 1999, p. 24.

seu ponto de apoio na confiança recíproca de seus membros, de modo que a morte, a insolvência e a discórdia dos sócios eram causas de extinção da sociedade.

Entretanto, este entendimento se encontrava em arrepio com os costumes mercantis, que admitiam a continuação das sociedades por várias gerações. Os doutos, para conciliar a doutrina com os costumes, sustentavam que havia, no caso de morte, o desaparecimento da primeira sociedade com a formação de uma nova, de que participavam os herdeiros do sócio morto.

Com o correr dos tempos, as leis vieram robustecer a prática mercantil, de forma que, no princípio, se passou a considerar válida a sociedade com os herdeiros do morto, quando era sócio capitalista e não de indústria. Posteriormente, começou-se a admitir que a falência, a vontade de qualquer dos sócios, quando constituída a sociedade por tempo indeterminado, não acarretavam, por força de convenção, a extinção da sociedade, provocando apenas a retirada do sócio com o recebimento de seu patrimônio.²²

Nesse diapasão, a dissolução parcial (entendida em seu sentido amplo) teve início com a prática contratual que passou a adotar cláusulas de impedimento da dissolução total, inicialmente para regular os casos de falecimento de um dos sócios, e posteriormente para os demais casos.

A polêmica que se gerou em torno dessas cláusulas, muito debatidas na França do século XIX, dizia respeito, sobretudo, à questão de serem ou não compatíveis com o princípio segundo o qual ninguém é obrigado a permanecer associado indeterminadamente²³. Sendo assim, indagava-se se tais pactos contratuais feririam regra de ordem pública.

No Brasil, houve quem questionasse a validade desse tipo de cláusula. Isso porque previa o antigo Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), com relação às sociedades comerciais:

Art. 335 – As sociedades reputam-se dissolvidas:

- 1 – Expirando o prazo ajustado da sua duração.
- 2 – Por quebra da sociedade, ou de qualquer dos sócios.
- 3 – Por mútuo consenso de todos os sócios.

²² PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. *A Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Doutrina, Jurisprudência, Legislação e Prática*. vol. 2. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 13-14.

²³ Este princípio está hoje previsto no art. 5º, inciso XX, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”.

4 – Pela morte de um dos sócios, salvo convenção em contrário a respeito dos que sobreviverem.

5 – Por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado. (grifou-se)

E, ainda, na mesma linha, estabelecia o Código Civil de 1916:

Art. 1.399. Dissolve-se a sociedade:

(...)

V - pela renúncia de qualquer deles, se a sociedade for de prazo indeterminado (art. 1.404);

Complementando, somente que:

Art. 1.404. A renúncia de um dos sócios só dissolve a sociedade (art. 1.399, V), quando feita de boa-fé, em tempo oportuno, e notificada aos sócios 2 (dois) meses antes.

WALDEMAR FERREIRA entendia ser inválida a cláusula restritiva da dissolução, por contrariar norma de ordem pública:

Ilícito é o pacto por que se proíba ao sócio o direito de pedir a dissolução da sociedade de que faça parte. Não obstante, jurisprudência adúltera está a propender por doutrina, ainda não consagrada em lei, mercê da qual o sócio somente pode pedir dissolução da sociedade de prazo indeterminado, expressamente prevista no art. 335, n° 5, do Código, quando a maioria dos sócios assim o delibere; e essa absurdidade já deixou de ser caso esporádico, o que é mais grave.²⁴

No entanto, a doutrina majoritária considerou plenamente possível a estipulação de regras no contrato evitando a dissolução social, conforme relata CUNHA PEIXOTO:

Discutiu-se a validade da cláusula que, em uma sociedade por tempo indeterminado, proíbe ao sócio pedir sua dissolução. E hoje quase a unanimidade dos doutos sustentam sua impossibilidade, sob o fundamento de que tal convenção viria contrariar princípios de ordem pública.

Realmente, a dissolução da sociedade por tempo indeterminado, por vontade exclusiva de um sócio, funda-se no princípio da liberdade humana. Não é possível ao homem alienar sua liberdade por toda a vida, de sorte que se deve permitir ao sócio libertar-se da sujeição social.

O princípio pode, entretanto, ser atenuado em cláusula contratual, permitindo a retirada do sócio, independentemente da dissolução da sociedade. Assim se

²⁴ FERREIRA, Waldemar, *apud* REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. vol. 2. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 262.

conciliam dois interesses: o do sócio, que não fica durante toda sua vida ligado à sociedade, e o desta, que não desaparece por vontade da minoria. Se a maioria não deseja o desaparecimento da sociedade, mais razoável é que ela não desapareça.²⁵

Malgrado algumas decisões em contrário, a jurisprudência pátria baseou-se no princípio da autonomia da vontade para declarar a validade dessas cláusulas, que, quando previstas no contrato social, deveriam ser respeitadas pelos sócios. No entanto, era necessário que a cláusula não retirasse de modo absoluto a faculdade do sócio de se retirar. Para que ela fosse válida, era imprescindível que houvesse outros meios para que o sócio se desligasse da sociedade.²⁶

Sendo assim, entendia-se que, havendo cláusula de indissolução, o sócio só poderia requerer a dissolução da sociedade quando houvesse motivo para tanto:

A estipulação contratual, no sentido de continuação da sociedade ainda no caso de retirada de sócios não impede, nem poderia impedir que qualquer sócio, sem cuidar de se retirar individualmente da sociedade, promova judicialmente a sua dissolução, desde que ocorra qualquer dos casos previstos no referido art. 336...²⁷

Ultrapassada a questão acima, o problema passou a pairar em torno dos casos em que não havia previsão contratual ou em que não se optava por ela. Seria possível, em face do art. 335, 5, do Código Comercial, decretar a dissolução parcial quando o contrato social fosse omissivo com relação a essa possibilidade? E, ainda, se o contrato contivesse a cláusula de continuação, mas o sócio optasse pela dissolução sem motivo para tanto, poderia o juiz decretar a dissolução parcial?

²⁵ PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha, op. cit., p. 37.

²⁶ “É lícita a cláusula que restringe a determinados casos a dissolução da sociedade de responsabilidade limitada” (RE nº 8.079. Rel. Min. Lafayette de Andrada. Acórdão da 2ª Turma do STF, em 18.11.1949. Revista Forense, vol. 130, pág. 410), *apud* PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha, op. cit., p. 148. Ainda nesse sentido: “Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada – A sua dissolução, em caso de saída de um sócio, deve ser apreciada em cada caso. Havendo cláusula, no contrato social, que prevê a saída de qualquer sócio e determina que a sociedade continue com os remanescentes, não há porque decretar a dissolução. (STF, RE nº 59.101/MG, 1ª T., Rel. Min. Evandro Lins e Silva, j. 19/10/1965).

²⁷ STF, RMS nº 2.275/SC, 1ª T., Rel. Min. Nelson Hungria, j. 30/11/1953.

Pode-se verificar que o dispositivo do Código Comercial tem forte cunho individualista, prezando mais os interesses da pessoa do sócio que os interesses sociais. A regra do item 5 do artigo 335 baseava-se no já mencionado princípio de que ninguém é obrigado a permanecer associado eternamente.

Ensina MARCONDES PEREIRA:

A dissolução das sociedades vem tratada nos arts. 335 a 343 do Código Comercial, que entrou em vigor em 25 de junho de 1850 por força da Lei 556, evidentemente marcado pela doutrina individualista da época em que o caráter personalíssimo das sociedades e a vontade de contratar ou não pairava acima de qualquer objetivo comunitário, desprovido o conceito de sociedade da idéia de geração de riquezas e benefícios a pessoas estranhas e não participantes da empreita, confundindo-se os sócios com a pessoa produtiva. Mas muito contribuiu para o início da visão atual das sociedades a distinção entre pessoas físicas e jurídicas estampada no art. 20 do Código Civil, editado mais de meio século adiante, em 1916.²⁸

Note-se que o fim do século XIX e o início do século XX foram marcados por grandes movimentos sociais a favor dos direitos das minorias, e em especial dos operários, em virtude das explorações ocorridas durante a Revolução Industrial. Essas mudanças sociais não poderiam deixar de refletir no Direito, que passou a reger aqueles que são hoje conhecidos como direitos sociais²⁹.

Dentro desse contexto, o direito comercial foi deixando para trás seu caráter individualista, tornando-se cada vez mais preocupado com a importância social das sociedades. O papel desempenhado pela empresa na

²⁸ PEREIRA, Marco Antonio Marcondes. Regime Dissolutório do Código Comercial. Dissolução Total e Dissolução Parcial. Dissolução Judicial e Extrajudicial. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro* n° 100, p. 64.

²⁹ “O individualismo e o abstencionismo ou neutralismo do Estado liberal provocaram imensas injustiças, e os movimentos sociais do século passado e deste especialmente, desvelando a insuficiência das liberdades burguesas, permitiram que se tivesse consciência da necessidade da justiça social, conforme nota Lucas Verdú, que acrescenta: ‘Mas o Estado de Direito, que já não poderia justificar-se como liberal, necessitou, para enfrentar a maré social, despojar-se de sua neutralidade, integrar, em seu seio, a sociedade, sem renunciar ao primado do Direito. O Estado de Direito, na atualidade, deixou de ser formal, neutro e individualista, para transformar-se em Estado material de Direito, enquanto adota uma dogmática e pretende realizar a justiça social’. Transforma-se em *Estado Social de Direito*, onde o ‘qualificativo social refere-se à correção do individualismo clássico liberal pela afirmação dos chamados direitos sociais e realização de objetivos de justiça social’ (SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 115).

sociedade tornou-se foco de estudos, desenvolvendo-se a teoria da função social da empresa e o princípio da preservação da empresa, que, nas palavras de FÁBIO ULHOA COELHO, “aponta para a existência desse amplo e difuso conjunto de pessoas, que não são empreendedores nem investidores, mas desejam também o desenvolvimento de certa atividade empresarial”.

30 31

Por meio desse novo raciocínio, constatou-se que a hipótese de dissolução social prevista no item 5 do artigo 335 do Código Comercial, ou seja, a dissolução por vontade exclusiva de qualquer um dos sócios, majoritário ou minoritário, poderia causar enorme prejuízo não somente à sociedade e aos demais sócios, mas também a toda a coletividade que se beneficia das atividades empresariais, ainda que o sócio retirante estivesse agindo de boa fé. Acerca do tema, ensina PENTEADO:

A aplicar-se, sem temperamentos, o mandamento legal, qualquer sociedade mercantil – por mais próspera, por mais empregos diretos e indiretos que gere, por mais importância que tenha para a comunidade onde atua, por maior que seja o relevo de sua função social, por mais impostos que recolha aos cofres públicos – seria simplesmente dissolvida e liquidada, se um, e apenas um de seus sócios assim o desejasse (pouco importando o percentual de sua participação no capital social). É óbvio que esse exacerbado individualismo, típico do Século XIX, fator de iniciativas que ignoravam e até desprezavam a realidade e as necessidades sociais, não poderia prevalecer a partir da época em que a humanidade, e mesmo o regime econômico dominante (o capitalismo), já recebiam o influxo de novas idéias resultantes de movimentos sociais verificados em fins do Século XIX e início do Século XX, que não se compadecem com tão acendrado egoísmo.^{32 33}

³⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. vol. 2. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 460.

³¹ Tanto assim que a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das S.A., tratou da responsabilidade social dos acionistas controladores em seu art. 116, cujo texto diz: “O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender”. E, ainda, trouxe a responsabilidade dos administradores em seu art. 154: “O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa”.

³² PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução Parcial da Sociedade Limitada. In: RODRIGUES, Frederico Viana (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 282.

³³ “A extinção de uma empresa próspera, que cumpre sua função social, além de ser contrária à satisfação dos interesses dos sócios não-dissidentes, também afeta negativamente a comunidade

Por essa razão, sobretudo a partir da década de 60 do século passado, as cortes nacionais, calcadas no princípio da preservação da empresa, passaram a aceitar, como solução alternativa à dissolução total, que se realizasse a chamada dissolução parcial das sociedades, mediante apuração dos haveres que caberiam ao sócio retirante caso a sociedade fosse plenamente dissolvida.

A lógica em que se baseia a dissolução parcial, portanto, é justamente a de que:

A empresa, seja macro, pequena ou micro, há de ser preservada, tanto que possível, mesmo que, para isso, tenha-se de contrapor o hoje denominado “princípio preservativo da empresa” ao interesse individual do sócio e às anacrônicas regras de um vetusto Código, feito para outra época e outro meio, quando outras eram as relações jurídicas.

Exsurge, em suma e de conseguinte, a constatação de que a função social da empresa, ao gerar um interesse público em sua preservação, veio de operar o rompimento da concepção romanística de que vicissitudes pessoais dos sócios ou sua simples vontade obrigariam necessariamente a dissolução da sociedade, então fornecendo o fundamento de que o ente social, como organização jurídica explorando uma empresa, isto é, um centro de produção econômica, pudesse ter continuidade, caso os demais sócios assim o deliberassem.³⁴

A mudança do ponto de vista individual para o social está bem expressa no voto do Ministro Villas Bôas, em julgado do STF:

Devo confessar que experimento o constante encanto das soluções supra individualistas. O direito, que se aprimora sempre, afirma-se hoje, antes de tudo, como um conjunto de preceitos destinados a regular e aperfeiçoar a convivência humana, e, se excepcionalmente dá prevalência à vontade individual, nunca faz abstração do interesse comum ou dos vínculos de solidariedade que ligam os homens.

(...)

É, pois, do plano da relatividade que emito algumas decisivas considerações: (...) é inconcebível que mesmo com a realização daqueles fins (quitação e justo reembolso), viesse a entidade, perfeitamente viável, a desaparecer, com satisfação de alguns em prejuízo de muitos. O decreto judicial extralimitaria a legitimatio ad

em que está inserida, trazendo aumento no número de desempregos, diminuição na arrecadação de impostos, bem como desaceleração na economia local” (TROVO, Beatriz. Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio no Código civil de 2002. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT. Ano XLIV (Nova Série), n.139, jul./set. 2005).

³⁴ LUCENA, José Waldecy, op. cit., p. 925.

causam, ofenderia a justiça e a equidade e significaria, em última análise, abuso de poder.³⁵

Dentro desse novo espírito, a jurisprudência nacional se consolidou:

Malgrado a expressão *dissolução parcial* tenha seu uso generalizado na doutrina e na jurisprudência – quer nacional, quer alienígena –, para designar precisamente as formas de rompimento unilateral do contrato social, a jurisprudência, no Direito brasileiro, concebeu outra forma de ruptura parcial do vínculo societário, a qual batizou, também, de “dissolução parcial”.

Esta teria lugar como sucedâneo da dissolução total preconizada pelo art. 335.5, do Código Comercial, isto é, em vez de deferir ao sócio a faculdade de extinguir a sociedade em virtude de mera manifestação de vontade, a jurisprudência, em homenagem à relevância social e econômica da empresa, concedeu a este que assim requeresse outro direito: o de retirar-se da sociedade.³⁶

A dissolução parcial foi considerada possível na medida em que se compreende a natureza jurídica de contrato plurilateral do contrato social. Neste sentido, uma vez que o contrato social é formado por uma pluralidade de partes, a ele se aplicam normas específicas, muitas vezes distintas daquelas adotadas para os contratos bilaterais.

Sendo assim, diferentemente do que ocorre com o contrato bilateral, em que o desejo de uma das partes de resilir o contrato enseja a extinção do mesmo, no contrato plurilateral, o desfazimento do vínculo de uma das partes não enseja, necessariamente, o fim do contrato entre as demais.³⁷

Esse entendimento foi amplamente recebido pela doutrina e pela jurisprudência nacionais, que, a partir de então, passaram a adotar a dissolução parcial como alternativa à “dissolução total” das sociedades. Portanto, quando um sócio requeria a dissolução da sociedade, deveria demonstrar justo motivo para seu pedido. Caso não houvesse qualquer razão grave para a dissolução social, e fosse do interesse da maioria manter

³⁵ STF, RE nº 39.606/ SP, 2ª T., Rel. Min. Villas Bôas, j. 02/06/1959.

³⁶ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da, op. cit., p. 19. Vide também a fundamentação de acórdão do Tribunal de Justiça do antigo estado da Guanabara, confirmado pelo Min. Bilac Pinto no Ag. nº 64.999 – RJ (Ag.Reg.), STF, 1ª T., j. 12/03/1976: “Sendo certo, portanto, que a sociedade tem condições de sobrevivência e que é de interesse público a conservação e permanência das empresas comerciais em geral, deixa de ter relevo, quanto à dissolução, a não distribuição de dividendos, explicável pela situação econômico-financeira difícil que a sociedade tem atravessado”.

³⁷ Para maiores explicações sobre contratos plurilaterais, vide o tópico 2.1 abaixo.

em atividade a empresa desenvolvida pela sociedade, os tribunais poderiam decretar a dissolução parcial, para que o sócio insatisfeito pudesse se retirar sem pôr fim à sociedade, preservando-se, destarte, a empresa, conforme desejo da maioria dos sócios.

A interpretação extensiva dada pelos juízes ao art. 335, item 5, do Código Comercial, fundamentava-se no art 5º do Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (“Lei de Introdução ao Código Civil – LICC”), segundo o qual “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.³⁸

Além da argumentação fundada no art. 335, 5, também se tornou comum a aplicação da dissolução parcial com base no artigo 336, I, do Código Comercial:

Art. 336 – As mesma sociedades podem ser dissolvidas judicialmente, antes do período marcado no contrato, a requerimento de qualquer dos sócios:

1 – mostrando-se que é impossível a continuação da sociedade por não poder preencher o intuito e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser suficiente; [...]

A dissolução da sociedade em razão da desavença entre os sócios vinha sendo aplicada com base nesse artigo, conforme lições do ilustre autor CUNHA PEIXOTO:

Uma das questões que maior celeuma provocaram na jurisprudência e entre os doutos, foi a de saber se a desinteligência entre os sócios é causa de dissolução da sociedade. É sabido que sociedade pressupõe o concurso de vontades para um determinado fim, esforço comum, harmonia de pontos de vista, confiança recíproca, sem o que não se consegue atingir o fim para o qual as pessoas se reúnem. Daí a maioria dos autores chegarem à conclusão de que nenhum motivo seria mais grave e mais justificador da dissolução, do que a desarmonia entre os sócios.

³⁸ Salienta Marcondes Pereira: “Embora no campo legislativo estejamos ainda sob o império do Código Comercial, a jurisprudência soube enfrentar a problemática advinda do quadro evolutivo anteriormente citado e sustentando-se no art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil fez valer uma interpretação salutar aos arts. 335 e 336 do Código Comercial de 1850, colocando à prova a sentença de Dumoulin: ‘Leges in scholis deglutuntur, in palatiis digeruntum’, ou seja, as leis são, nas Faculdades, mastigadas pelos juristas, porém sem dúvidas digeridas pelos tribunais” (PEREIRA, Marco Antonio Marcondes, op. cit., p. 65).

Entretanto, outros, entre os quais se coloca PAULO DE LACERDA, pensam de maneira contrária, fundamentando seu ponto de vista na inexistência de dispositivo no Cód. Comercial, regedor da espécie.

A jurisprudência, a princípio vacilante, firmou-se no sentido da primeira corrente, invocando em seu apoio o artigo 336, n° I, do Cód. Comercial, que se refere à impossibilidade da continuação da sociedade, por não poder preencher o intuito e fim social.³⁹

Com a nova teoria da dissolução parcial, passou-se a aplicar a regra do art. 336, I, do Código Comercial para que, em situações em que houvesse grave desarmonia entre os sócios, configurando-se a quebra da *affectio societatis*⁴⁰, os juízes pudessem declarar a dissolução parcial, permitindo ao sócio interessado em dissolver a sociedade, em razão de grave desacordo, retirar-se, por meio da apuração de haveres e liquidação da sua participação, sem, no entanto, pôr fim às atividades empresariais. Esse inciso também era utilizado no intuito de excluir o sócio que estivesse pondo em risco as atividades sociais.

Assim, o sócio que requeresse a dissolução total com base nos artigos do Código Comercial supracitados, pela nova teoria, não teria mais um direito absoluto, devendo demonstrar os motivos relevantes e a justa causa para a dissolução da sociedade.

Certamente, a construção jurisprudencial atinente à dissolução parcial não foi aceita por alguns juristas, sendo WALDEMAR FERREIRA um dos seus mais ferrenhos críticos:

Nota-se da parte de alguns todavia certa quizília contra esse dispositivo legal [art. 335, 5, do CCom]; e até alguns acórdãos esporádicos existem determinando que, em caso tal, a sociedade prossiga, decretando sua *dissolução parcial*, para a

³⁹ PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha, op. cit., p. 39.

⁴⁰ Segundo REQUIÃO, a *affectio societatis* é “uma antiga expressão latina, usada por Ulpiano, para distinguir a intenção de se associar em sociedade. Os autores têm procurado desvendar o verdadeiro sentido da expressão, tendo Thaller divisado nela ‘um elo de colaboração ativa entre os sócios’ (...) Esse elemento característico do contrato societário é altamente útil na prática da vida comercial, para distinguir a sociedade de outros tipos de contrato, que tendem a se confundir, aparentemente, com a sociedade de fato ou presumida. O conceito é subjetivo, o elemento é intencional, e se deve perquirir dos reflexos aparentes e exteriores, se a intenção do agente foi de unir esforços para obter resultados comuns, que isoladamente não seriam tão plenamente conseguidos” (REQUIÃO, Rubens, *Curso de Direito Comercial*. vol. 1. 26 ed. atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 408).

verificação dos haveres do sócio requerente da dissolução e seu pagamento pela forma prevista na cláusula relativa aos do sócio pré-morto.

Essa diretriz é de evidente injuricidade, por contrária a texto expresso de lei.⁴¹

REQUIÃO, por sua vez, embora favorável à aplicação da dissolução parcial, entendia ser o art. 336, I, causa de dissolução total, incompatível com a dissolução parcial. No entanto, ressalva que, quando houver desentendimento entre os sócios, cabe a decretação da dissolução parcial:

Ao lado dessas duas ordens de causas dissolutórias incompatíveis com a dissolução parcial, cumpre alinhar uma terceira, decorrente do art. 336, alínea 1, isto é, mostrando-se que é impossível a continuação da sociedade, por não preencher o intuito e o fim social. Mas aqui é necessário advertir que a doutrina e a jurisprudência, desde o século passado – e foi registrado nos *Aditamentos ao Código Comercial* de Teixeira de Freitas – incluíram nessa categoria de causa de dissolução a divergência entre os sócios. A divergência grave entre os sócios constitui motivo de dissolução, tendo-se em vista que torna impossível a continuação da sociedade, pela extinção da compreensão e colaboração mútuas, ou seja, pelo desaparecimento da *affectio societatis*. Nessa hipótese, bem caberá, entretanto, a aplicação do princípio da dissolução parcial, pela exclusão do sócio, em lugar da dissolução.⁴²

Nos tribunais, também se fazia sentir o dissenso. Veja-se, por exemplo, a transcrição de parte de acórdão confirmado por julgado do STF que tratou da dissolução de sociedade em nome coletivo:

Realmente, trata-se, na espécie dos autos, de sociedade por tempo indeterminado, cuja dissolução se opera de pleno direito, por simples vontade de um dos sócios, nos termos do citado art. 335, n. V, desse diploma legal.

De feito, prescrevendo o n. V, desse artigo que as sociedades reputam-se dissolvidas, por vontade de um dos sócios, quando constituídas por tempo indeterminado, a dissolução pleiteada não podia deixar de ser decretada.

Nesse sentido, convém recordar o ensinamento de CARVALHO DE MENDONÇA, e, ao mesmo tempo, lembrada a lição de WALDEMAR FERREIRA.

Este ensina que a dissolução de sociedade, por prazo indeterminado, verifica-se de “pleno direito”, por manifestação unilateral da vontade de algum sócio.

Aquele doutrina que na sociedade instituída com prazo indeterminado, o ato unilateral de vontade de um dos sócios rompe o contrato.

⁴¹ FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial. Terceiro Volume - O Estatuto da Sociedade de Pessoas*. São Paulo: Saraiva, 1961, p. 251.

⁴² REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. vol. 2. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, pp. 260/261.

Isto posto, cumpre salientar que, além da evidente e insuperável incompatibilidade entre o sócio – ora embargante – e os demais associados, no caso sub judice, nada absolutamente nada, se inscreveu no pacto da constituição da sociedade sobre o modo porque se retiraria um sócio, assim como a forma de seu pagamento. E, ao mesmo tempo, pôr em relevo afinal, que posto se trate de questão de ordem pública, qual a respeitante à dissolução impetrada nestes autos, todavia, a mesma foi examinada com o critério recomendado, não tendo sido encontrada outra solução, frente ao contrato social, à doutrina e à lei...⁴³

E, ainda, no mesmo acórdão, leia-se a posição adotada pelo Ministro AFRÂNIO ANTONIO DA COSTA:

Sempre suscitou grandes debates a interpretação do art. 335, n. V, do Código Comercial, principalmente em momentos em que a aplicação do texto rígido ocasionava sérias conseqüências, e na aparência, pelo menos, certa injustiça.

Criou, então, a jurisprudência, meios de contornar a imperiosa disposição legal que taxativamente prescreve: As sociedades reputam-se dissolvidas, por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado. Uma das criações foi a de que o contrato podia determinar solução diversa; e isto pelo entendimento de não haver proibição em contrário.

Entretanto, não me filiei jamais a qualquer desentendimento, nem mesmo, no caso de disposição similar no contrato.⁴⁴

A despeito de opiniões contrárias, vingou a interpretação abrangente dos arts. 335 e 336 do Código Comercial, tornando-se pacífico o entendimento de que a dissolução parcial era válida e deveria ser aplicada sempre que fosse possível se preservar a empresa.

A solução das cortes ampliou-se, inclusive, para os casos em que o sócio, ao ajuizar ação de dissolução, não requeria a dissolução parcial. Alguns entendiam que conceder a dissolução parcial sem que esta fosse requerida seria julgar *extra petita*. No entanto, firmou-se o entendimento de que a dissolução parcial seria subespécie da dissolução total, requerida pelo autor. Deste modo, um pedido estaria implícito no outro, o que pode ser verificado, a título exemplificativo, nos acórdãos abaixo:

“Não se alegue que a ré não deduzira tal pretensão na defesa, limitando-se, então, a se opor à dissolução requerida pelo autor. O Colendo Supremo Tribunal Federal já tem deferido a retirada do sócio dissidente, como solução intermédia, mesmo na ausência de pedido expresso de qualquer das partes, por entender que a

⁴³ STF, RE nº 30.583/BA, 1ª T., Rel. Min. Afrânio Antonio da Costa, j. 10/01/1957.

⁴⁴ Idem.

dissolução parcial se contém no objetivo mais amplo, representado pela dissolução total.⁴⁵

“Por outro lado, não procede a segunda arguição do recorrente, quanto ao fato de ter o acórdão recorrido julgado extra petita, pois o pedido inicial se destinou apenas a dissolver a sociedade e a decisão veio a impor a retirada do sócio da mesma sociedade.

O recorrente deixou claro, desde o seu pedido inicial, não desejar mais continuar na sociedade.

Embora tenha requerido a dissolução, o seu pedido demonstrava o interesse de não mais continuar como sócio.

Como é sabido, o pedido inicial compreende tudo aquilo que virtualmente nele se contém.⁴⁶

Outra questão – a de maior importância – tratava da aplicação das regras de dissolução social das sociedades comerciais às sociedades limitadas. A construção da doutrina da dissolução parcial se deu principalmente no âmbito das sociedades limitadas (ou por quotas de responsabilidade limitada, conforme sua denominação à época), que, desde então, possuía uma aceitação muito superior às sociedades regidas pelo Código Comercial, em razão da limitação da responsabilidade dos sócios.

Todavia, questionava-se o emprego das regras de dissolução previstas pelo Código Comercial às sociedades limitadas, uma vez que estas eram regidas pelo Decreto n° 3.708, de 10 de janeiro de 1919⁴⁷.

A doutrina e as decisões judiciais, inicialmente, não convergiam em uma única resposta. A discussão está bem apresentada nos dizeres de CUNHA PEIXOTO:

⁴⁵ STF, RE n° 89.464/SP, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 12/09/1978.

⁴⁶ STF, RE n° 59.101/MG, 1ª T., Rel. Min. Evandro Lins e Silva, j. 19/10/1965.

⁴⁷ O Decreto n° 3.708 foi responsável pela inserção da sociedade por quotas de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico brasileiro. Este tipo societário foi originalmente concebido na Alemanha, no fim do século XIX, como alternativa à complexidade e formalismo das sociedades anônimas, que geravam um entrave ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, e, por outro lado, à ausência de responsabilidade limitada das sociedades em nome coletivo. A legislação alemã de 1892 foi acompanhada por Portugal (1901) e Áustria (1906), espalhando-se em seguida pelos demais países europeus, quer de origem românica, quer de origem anglo-saxã. O Decreto 3.708/19 baseou-se na lei portuguesa, sendo formado por poucos artigos, deixando amplo espaço para a autonomia das partes na regulação de suas sociedades.

Entre nós, VALDEMAR FERREIRA e ANTÃO DE MORAIS opinaram no sentido da aplicação do art. 335, n° V, do Cód. Comercial, às limitadas, enquanto que FILOMENO J. DA COSTA advoga ponto de vista contrário, alicerçando seu parecer no art. 15 do Decreto n° 3.708.

Ao professor de direito comercial da Universidade de São Paulo não passou despercebido o art. 15 do decreto n° 3.708. Examinando a matéria à luz desse dispositivo legal, chegou à conclusão, entretanto, de que, até o ingresso do sócio em juízo, pedindo a dissolução da sociedade, é possível, aos demais, evitar este ato, alterando o contrato social, emprestando-lhe prazo fixo. Mas desde que o cotista ingresse em juízo, fica manifesta sua deliberação contrária ao prosseguimento da sociedade e esta, assim, se dissolve por ser de tempo indeterminado. O pronunciamento do juiz, neste sentido, não obstará, pelo fato de os demais sócios se oporem à dissolução.

A jurisprudência participa das dúvidas da doutrina. O Tribunal do Distrito decidiu que, nas limitadas, compete à maioria decidir sobre a minoria. Entretanto, o Tribunal de Minas, firmou que, “na sociedade por cotas de responsabilidade limitada, opera-se a dissolução por vontade de um dos sócios, quando foi constituída por tempo indeterminado, desde que o contrato silencie sobre o caso de retirada de um signatário e sobre a forma por que se lhe apurem e paguem os haveres”.

O Tribunal de Justiça de São Paulo não solucionou de maneira definitiva o problema. Assim é que, por acórdão de 15 de março de 1951, filiou-se à corrente do Tribunal de Minas, enquanto que, em aresto datado de 30 de novembro do mesmo ano, adotou a tese do tribunal do Distrito Federal.

O Supremo Tribunal Federal perfilhou a opinião que considera dissolvida a sociedade por cotas de responsabilidade limitada, desde que seja por tempo indeterminado, por vontade de apenas um sócio.

Pertencemos à corrente que julga aplicável a esta espécie de sociedade o disposto no art. 335, n° V, do Cód. Comercial, segundo o qual se rompem os laços sociais pela vontade de um único sócio, quando a sociedade é por tempo indeterminado.⁴⁸

O fundamento da aplicação das regras dos art. 335, 5, e 336, I, do Código Comercial, às sociedades limitadas estava na aplicação subsidiária do Código Comercial às sociedades por quotas de responsabilidade limitada quanto às regras de constituição, conforme dispunha o Decreto n° 3.708/19:

Art. 2° - O título constitutivo regular-se-á pelas disposições dos artigos 300 a 302 e seus números do Código Comercial, devendo estipular ser limitada a responsabilidade dos sócios à importância total do capital social.

⁴⁸ CUNHA PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da, op. cit., ps. 35-36.

Sendo assim, já que a constituição das sociedades limitadas baseava-se nas regras do Código Comercial, passou-se a aplicar também ao regime do novo tipo societário as regras de dissolução deste Código.⁴⁹

Ressalte-se, ainda, que a exclusão de sócios prevista pelo Código Comercial também se aplicava às sociedades por quotas de responsabilidade limitada, nos termos do art. 7º do Decreto nº 3.708/19:

Art. 7º - Em qualquer caso do art. 289 do Código Comercial poderão os outros sócios preferir a exclusão do sócio remisso. Sendo impossível cobrar amigavelmente do sócio, seus herdeiros ou sucessores a soma devida pelas suas quotas ou preferindo a sua exclusão, poderão os outros sócios tomar a si as quotas anuladas ou transferi-las a estranhos, pagando ao proprietário primitivo as entradas por ele realizadas, deduzindo os juros da mora e mais prestações estabelecidas no contrato e as despesas.

A interpretação que se firmou nos tribunais, enfim, foi a de que esta regra compatibilizava-se com a aplicação daquela prevista no Código Comercial. Confira-se, a respeito do tema, julgado do STF que traz à tona a discussão:

Também não se cogitou da aplicação ou não da Lei 3.708 ao caso dos autos. Mesmo assim não vislumbro qualquer violação aos textos mencionados pelos recorrentes. Entendeu o Tribunal, com apoio em prestigiosa corrente jurisprudencial, que o art. 335, nº V, se aplicava às sociedades por quotas, desde que por tempo indeterminado. E esse entendimento não pode ser taxado de aberrante, mesmo porque segundo dispõe o art. 2º da própria Lei nº 3.708, as sociedades por quotas se constituem pela mesma forma que as sociedades comerciais, em nome coletivo ou com firma, sendo também consideradas como sociedades de pessoas, nas quais os sócios se acham ligados pelo vínculo da solidariedade, embora esta solidariedade seja limitada.^{50 51}

⁴⁹ Assim salienta Chediak: “Estando estipulado que o novo tipo societário que surgia em 1919 tinha seu ‘*título constitutivo*’ regulado pelo Código Comercial, nada mais lógico do que aplicar ao novo tipo societário as regras do Código que tratavam da *desconstituição* (ou dissolução) das sociedades contratuais, já que não faria qualquer sentido pretender-se aplicar a uma mesma sociedade sistemas distintos de normas para sua *constituição* e para sua *desconstituição* (ou dissolução)” (CHEDIAK, Julian Fonseca Peña. A posição do Superior Tribunal de Justiça sobre a Dissolução Parcial das Sociedades Anônimas: uma análise à luz do Novo Código Civil. In: CRISTOFARO, Pedro Paulo (org.). *Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro: vol. XIV*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 24).

⁵⁰ STF, RE nº 63.320/SP, 2ª T., Rel. Min. Thompson Flores, j. 09/06/1969.

⁵¹ Nesse sentido: “A discordância entre os sócios é flagrante e a permanência dos Autores na sociedade é todo desaconselhável e é direito do sócio cotista pleitear sua retirada, ante o ocorrido, interpretando-se os artigos 335 e 336 do Código Comercial. A sentença recorrida bem apreciou a matéria ao julgar procedente a dissolução parcial da SOCIEDADE RESTINGA DE MARICÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., para admitir a retirada dos sócios e apuração de haveres, em execução por arbitramento, não merece reparo” (STF, AI-AgRg nº 89.155/RJ, 1ª T.,

A teoria da dissolução parcial das sociedades limitadas ganhou força pela interpretação ampliativa da regra do artigo 15 do Decreto nº 3.708/19:

Art. 15 - Assiste aos sócios que divergirem da alteração do contrato social a faculdade de se retirarem da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado. Ficam, porém, obrigados às prestações correspondentes às quotas respectivas, na parte em que essas prestações forem necessárias para pagamento das obrigações contraídas, até a data do registro definitivo da modificação do estatuto social.

Tal norma trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro o denominado direito de retirada dos sócios dissidentes por meio do reembolso da quantia proporcional à sua participação no capital social.

Alguns autores, ao estudar o assunto, importaram-se em distinguir os institutos. Isso porque o direito de recesso referir-se-ia aos casos em que o quotista dissentisse de alguma alteração contratual que lhe fosse prejudicial, ao passo que o direito de retirada seria aplicável para os casos de denúncia unilateral, motivada sobretudo pela quebra da *affectio societatis*, como forma de mitigar os efeitos das regras previstas pelos arts. 335, item 5, e 336, item 1, do Código Comercial. Veja-se, a respeito, MELLO FRANCO:

Outro ponto onde a situação não é muito clara é o da separação entre a dissolução parcial e o recesso. Por vezes, em uma e em outra sentença a dissolução parcial recebe tratamento semelhante àquele atribuído ao recesso. Isto não só quanto aos requisitos para fundamentar o pedido, como, ainda, tendo em vista os efeitos que dele deveriam recorrer.

Por exemplo, embora cuide-se de dissolução parcial, fala-se em dissidência ou recorre-se ao contrato para disciplinar a apuração dos haveres.

A impropriedade é evidente. A dissidência é condição para o exercício do direito de recesso, mas não o é para o pedido de dissolução. Da mesma forma, quando o contrato disciplina o modo de apuração dos haveres para a hipótese de retirada, o critério não atinge a dissolução parcial. Muito menos, tem aplicação a regra estabelecida na norma do art. 15 do Dec. 3.708/19.

Dissolução e recesso são coisas distintas que devem ser bem extremadas.

Rel. Min. Rafael Mayer, j. 14/09/1982); “Ação de dissolução parcial de sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Acolhimento do pedido por um dos fundamentos: vontade unilateral de sócio dissidente (artigo 335 do Código Comercial)” (STF, RE nº 93.126/MG, 1ª T., Rel. Min. Carlos Thompson Flores, j. 03/09/1980); “É inadmissível a dissolução das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, por iniciativa do sócio minoritário inconformado, quer por força do art. 335, V, do Código Comercial, quer com fundamento no art. 336, III, do mesmo Código” (STF, RE nº 92.773/PR, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 25/08/1981).

O direito de recesso, solução jurídica para a tutela do minoritário, originariamente atributo das sociedades de capitais, surge como meio para coibir os abusos da maioria.

Na sua gênese está a necessidade de encontrar um meio termo entre o princípio da intangibilidade do pacto societário e a tese da sua modificabilidade pela maioria. (...) É direito individual, reconhecido unicamente a favor do minoritário, o qual tem lugar nas sociedades limitadas perante qualquer deliberação assemblear e nas anônimas, somente nas hipóteses previstas em lei.

Neste caso, sim, é necessário a dissidência, pois esta é a condição básica para que o minoritário, uma vez manifestado tal intenção no prazo legal, possa exercer o recesso.⁵²

Também nota FONSECA:

O instituto, assim criado pelos pretórios nacionais, acabou por introduzir no direito pátrio uma nova modalidade de recesso. Bem ao contrário daquele previsto pelos diplomas legais que regulamentam as sociedades por quotas de responsabilidade limitada e as anônimas – os quais reclamam divergência em relação às deliberações sociais –, o direito de retirada, jurisprudencialmente concebido, a denominada “dissolução parcial”, confere ao sócio uma verdadeira denúncia vazia do contrato de sociedade. Sequer exige, para a respectiva concessão, a alegação de rompimento da *affectio societatis*, desavença entre os sócios etc.⁵³

E, ainda, comenta MARCONDES PEREIRA:

Daí ser conveniente grifar que o direito de recesso, propriamente dito, é atributo das sociedades de capitais e serve para coibir abusos contra a minoria, pois esta poderá diante a dissidência gerada pela alteração do contrato social solicitar a saída (art. 15 da Lei 3.708/19). A dissolução parcial fundada na despedida de sociedade constituída por tempo indeterminado, sem questionamento de justa causa, não cabe apenas à minoria, pelo contrário, a todo e qualquer sócio.⁵⁴

Malgrado a diferenciação doutrinária, a realidade é que ambos os institutos possuem resultados semelhantes, e, por esta razão, na prática, passou-se a utilizar em larga escala a dissolução parcial, em detrimento do direito de retirada, uma vez que aquela trazia menos encargos para o retirante do que esta.

⁵² MELLO FRANCO, Vera Helena de. Dissolução Parcial e Recesso nas Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada. Legitimidade e Procedimento. Critério e Momento de Apuração de Haveres. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XXVIII (Nova Série), n. 75, jul/set 1989, p. 23/24.

⁵³ FONSECA, Priscila M.P. Corrêa da, op. cit., 76.

⁵⁴ PEREIRA, Marco Antonio Marcondes, op. cit., p. 73.

Sendo assim, o sócio de uma sociedade limitada por prazo indeterminado que desejasse se retirar, poderia fazê-lo extrajudicialmente, por meio do direito de recesso previsto no art. 15 do Decreto nº 3.708/19, mas para tanto dependeria de alteração do contrato social. Em não havendo qualquer modificação, poderia utilizar-se da dissolução parcial, concedida judicialmente. Para tanto, bastava que ajuizasse uma ação de dissolução total, a qual seria transformada em dissolução parcial pelos tribunais.

A respeito da matéria, ensina MELLO FRANCO:

A prática elegeu o pedido de dissolução, geralmente com fundamento na norma do art. 335, V, CCom., como modo de retirada mais vantajoso do que aquele derivado, normalmente, do exercício do direito de recesso.

A razão disto foi a criação pretoriana da chamada dissolução parcial.

Ao invés do exercício do direito de retirada, fundado na norma do art. 15 do Dec. 3.708/19, o qual se resolve, em regra, no reembolso das quotas conforme contratualmente estipulado ou como ordena o decreto, “... na proporção do último balanço aprovado...”, o sócio dissidente recorre ao pedido de dissolução, terminando por receber seus haveres conforme verificação física e contábil dos bens que compõem o patrimônio social.⁵⁵

A consequência desta distinção, portanto, foi a utilização do instituto da dissolução parcial para sociedades por prazo indeterminado, enquanto o direito de recesso ficou restrito às sociedades por prazo determinado (em que se fazia impossível o pedido de dissolução antes do termo final) ou aos casos de retirada extrajudicial, conforme explica CHEDIAK:

Apesar de o artigo 15, acima descrito, apenas prever a faculdade de retirada da sociedade “*aos sócios que divergirem da alteração do contrato social*”, entendia-se que às sociedades contratadas por prazo indeterminado seria aplicável o disposto no art. 335, item 5, do Código Comercial, possibilitando-se, assim, a dissolução da sociedade, a qualquer momento, pela vontade de qualquer dos sócios. A limitação da retirada do sócio aos casos de divergência a alterações do contrato social, expressamente prevista na legislação própria das limitadas, seria aplicável tão somente às sociedades contratadas por prazo determinado.⁵⁶

E, ainda, salienta LUCENA:

⁵⁵ MELLO FRANCO, Vera Helena de, op. cit., p. 19.

⁵⁶ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 24.

O direito de recesso, ao contrário, no tocante à sociedade por quota brasileira, perdera muito de sua expressão como corretivo majoritário. É que o efeito obtido pelo sócio dissidente, isto é, a dissolução parcial de sociedade, para reembolso de seus haveres, era também obtido com a simples denúncia, se de prazo indeterminado a sociedade (Cód. Comercial, art. 335, 5º). Ora, se conseguia o sócio o mesmo efeito mediante meio menos gravoso e oneroso, qual a sua simples vontade em denunciar o contrato, por que iria ele valer-se de meio mais oneroso e complexo, como o era a dissolução parcial de sociedade tendo em causa o exercício do direito de recesso, dependente de prova e da qualificação jurídica desta em demanda judicial? É exatamente por isso que o direito de recesso acabou por se restringir às sociedades de prazo determinado, sabidamente de número reduzido, nas quais é vedada a denúncia unilateral do contrato social.⁵⁷

A preferência pela dissolução parcial através do pedido de dissolução total veio a se reforçar pela interpretação do Supremo Tribunal Federal – STF de que a regra de apuração de haveres do art. 15 do Decreto 3.708/19 não seria aplicável à dissolução parcial, posto que, neste caso, a apuração de haveres deveria ser a mais próxima possível da liquidação da sociedade em caso de dissolução total.

Essa construção jurisprudencial teve início em razão da incontornável espiral inflacionária que à época assolava o Brasil, e que tornava o último balanço social aprovado defasado com relação aos valores reais dos ativos das sociedades⁵⁸. O *leading case* deu-se em recurso extraordinário ajuizado perante o STF – RE nº 86.464. Discutia-se, no caso em tela, o pedido de dissolução total em razão de quebra da *affectio societatis*. Confirma-se parte do acórdão:

Não se afigura razoável, porém, que em virtude da vontade de um dos sócios, seja decretada a dissolução de empresa que se encontra em pleno fastígio, cumprindo seus objetivos, produzindo riquezas e contribuindo para o desenvolvimento da economia interna.

Seria odioso reduzir à inatividade de uma sociedade como essa, só porque um dos sócios, embora em razão de desentendimentos sérios e ponderáveis, não mais deseja continuar no grupo.

⁵⁷ LUCENA, José Waldecy, op. cit., p. 955.

⁵⁸ Tanto assim que, para coibir o enriquecimento ilícito dos sócios que permanecem na sociedade, o STF editou, em 13.12.63, a Súmula 265, segundo a qual “na apuração de haveres não prevalece o balanço não aprovado pelo sócio falecido, excluído ou que se retirou”.

A solução mais justa e adequada, por isso, no entender da maioria, é a dissolução parcial, prevista no art. 15 do Dec. 3.708, de 10.1.19, e subsidiariamente aceita pela apelante, a fls. 400.⁵⁹

O relator do caso, Ministro Cordeiro Guerra, pronunciou-se da seguinte forma:

Subsiste, portanto, a tese central do Acórdão recorrido. Isto é, que nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada não cabe a sua dissolução quando prevista no contrato a sua continuidade, por morte ou retirada de qualquer dos sócios, devendo aplicar-se o art. 15 do Dec. 3.708/19, em obediência à deliberação da maioria dos sócios.

Contudo, o Min. Décio Miranda inovou em seu voto, ao decidir que não seria aplicável à hipótese de dissolução parcial a regra de apuração de haveres do art. 15, isto é, mediante reembolso com base no último balanço aprovado. As palavras do Ministro merecem ser descritas em razão da ingerência que tiveram no instituto da dissolução parcial:

Nesse caso, é necessário decretar uma dissolução parcial que mais se aproxima, nos seus efeitos, da dissolução total. Ou seja, uma dissolução parcial em que, tal como na dissolução total, os sócios fiquem em situação de igualdade, quanto à percepção de suas cotas-partes na liquidação.

Tal dissolução social não pode ser a do art. 15 do Dec. 3.708, de 1919, segundo o qual “assiste aos sócios que divergirem da alteração do contrato social a faculdade de se retirarem da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado”.

Aí se provê um direito potestativo do dissidente, que no caso não o usou, pois não pediu a dissolução parcial nos termos desse dispositivo.

(...)

O fato é que o art. 15 citado, concede ao sócio dissidente uma faculdade, que ele usa se lhe parece adequada a forma de reembolso aí prevista.

Tal faculdade, direito potestativo do sócio, não se pode transmudar em obrigação. Daí porque, se se admite a dissolução parcial como modalidade da dissolução total, aquela deve adotar a forma de liquidação dos interesses do sócio dissidente que mais se aproxime da que resultaria da última.

Na liquidação resultante da dissolução total, alienam-se os bens para realização do ativo, forma de apuração que, segundo se presume, mais revela o verdadeiro valor das coisas.

⁵⁹ STF, RE nº 89.464-SP, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 12.12.1978.

Na dissolução parcial, que por natureza impede a realização do ativo e do monte partível pela alienação de bens, não há de prevalecer o último balanço aprovado, a não ser que o aceitem as partes.

Há de prevalecer a apuração, em toda a sua amplitude, dos haveres do sócio dissidente, com a exata verificação, física e contábil, dos bens e direitos da sociedade, sem a restrição do art. 15 do Dec. 3.708. Este somente se aplica ao dissidente que, sem poder opor-se à alteração do contrato social resolvida pelos outros sócios em maioria de capital, manifeste o propósito de deixar a sociedade.^{60 61}

A partir do julgado acima transcrito, a jurisprudência firmou-se no sentido de que a apuração de haveres deverá ser realizada o mais próximo possível da dissolução total, fundamentando-se na equidade e no princípio do não enriquecimento sem causa.⁶²

A jurisprudência passou a admitir que, ainda nos casos de aplicação do art. 15 do Dec. 3.708, quando o sócio retirante apelasse à manifestação judicial, a apuração de haveres deveria ser realizada com a

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Waldírio Bulgarelli, ao analisar o caso em questão, tece algumas críticas relevantes em relação à decisão. Em primeiro lugar, salienta que “se põe uma certa contradição entre privilegiar a empresa – evitando a dissolução social – e a punição da empresa – obrigando a sociedade ao desembolso imediato de quantia que fatalmente afetará a empresa, justamente o que se quis preservar”. Em segundo, questiona a diferença entre a dissolução parcial do art. 15 do Dec. 3.708 e aquela advinda da mitigação dos art. 335 e 336 do Código Comercial: “Por derradeiro, fica uma questão no ar, que ainda não entendi em toda a sua amplitude, ou seja, em que a dissolução total fictícia – e aqui o será – difere tanto da dissolução parcial? Se os balanços exprimirem – como devem exprimir – a exata situação do patrimônio social, com a observância da aplicação dos índices de valorização e depreciação, não parece que o dissidente parcial ficará tão desamparado. Se o balanço atual não é verdadeiro, que se corrija”. Conclui o eminente autor: “Em suma, para evitar julgar *extrapetita* (o que de fato fez) tentou-se aplicar a equidade (o que contraria frontalmente a lei) e ao se aplicar esta, privilegiou-se (ou ao menos pretendeu-se) o sócio retirante em prejuízo da empresa social, à qual se queria preservar e talvez até venha a quebrar tal seja o valor do reembolso” (BULGARELLI, Waldírio. Comercial – Dissolução de Sociedade Limitada. In *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 49, p. 102/103). Lucena, por seu turno, discorda da distinção entre dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres: “Dissentimos porque, segundo a doutrina que predicamos, o recesso fundado no mencionado art. 15 é, tal como o são a exclusão (com a amplitude que lhe damos), a morte e a denúncia unilateral do contrato social, causas que acarretam a dissolução parcial da sociedade”. E segue: “Não há, de conseguinte, razão ou fundamento para a distinção. Se o art. 15, em comento, como averbou o insigne Ministro, ‘não autoriza uma forma conveniente de liquidação dos bens sociais, mas sim a apuração dos haveres segundo o último balanço aprovado’, o que também o Ministro Moreira Alves ratificou, há ele de sofrer os mesmos temperamentos que a construção pretoriana, fundada na equidade, veio de realizar, ou seja, ou seja, a feitura de *balanço de determinação*, com a atualização real dos valores dos bens do ativo social” (LUCENA, José Waldecy, op. cit., p.942).

⁶² Nesse sentido: STF, RE nº 91.044/RS, 2ª T., Rel. Min. Décio Miranda, j. 07/08/1979; STF, RE nº 93.126/MG, 1ª T., Rel. Min. Carlos Thompson Flores, j. 30/09/1980; STF, RE nº 90.430/PB, 2ª T., Rel. Min. Moreira Alves, j. 25/04/1980; STF, RE nº 104.596/PA, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 23/04/1985; STF, AI nº 101.641/SP (Ag.Rg.), 2ª T., Rel. Min. Djaci Falcão, j. 29/10/1985; STF, RE nº 92.773/PR, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 25/08/1981.

exata verificação física e contábil dos bens pertencentes à sociedade no momento da decretação de dissolução parcial.⁶³

A construção foi mantida após a transferência da competência recursal para julgar a matéria ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, realizada pela Constituição Federal:

Na dissolução de sociedade de responsabilidade limitada, a apuração de haveres, no caso de sócio retirante ou pré-morto, ou ainda por motivo da quebra da *affectio societatis*, há de fazer-se como de dissolução total se tratasse posto que, segundo a jurisprudência do STJ, essa linha de entendimento tem por escopo preservar o quantum devido ao sócio retirante, que deve ser medido com justiça, evitando-se, de outro modo, o locupletamento indevido da sociedade ou sócios remanescentes em detrimento dos retirantes.⁶⁴

E dessa forma firmou-se o instituto da dissolução parcial, baseando-se nas regras do Código Comercial, e permitindo que o sócio se retirasse da sociedade mediante a apuração dos haveres da sociedade por meio do levantamento dos valores reais e atuais dos ativos da sociedade⁶⁵.

⁶³ “E se a evolução jurisprudencial levou equitativamente a que se abrandasse a disposição, transmutando-se o ‘último balanço aprovado’ em *balanço de determinação*, fundado em valores reais, não histórico-contábeis, parece claro que essa orientação também refluí sobre a dissolução parcial gerada pelo recesso de sócio dissidente de alteração do contrato social, assim mantendo-se uniforme a construção pretoriana, que a analogia e a equidade respaldaram” (LUCENA, José Waldecy, op. cit., p. 943).

⁶⁴ STJ, REsp nº 38.160, 3ª T., Rel. Min. Waldemar Zveiter, j. 9/11/1993. Acerca da jurisprudência sobre dissolução parcial, veja-se, ainda: STJ, REsp nº 35.285/RS, 4ª T., Rel. Min. Antonio Torreão Braz, j. 14/12/1993; STJ, REsp nº 46.531/MG, 3ª T., Rel. Min. Costa Leite, j. 07/06/1994; STJ, REsp nº 44.132/SP, 3ª T., Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 11/12/1995; STJ, REsp nº 77.122/PR, 4ª T., Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 13/02/1996; STJ, REsp nº 96.676/SP, 4ª T., Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 08/10/1996; STJ, REsp 89.519/ES, 3ª T., Rel. Min. Nilson Naves, j. 03/06/1997; STJ, REsp nº 83.031/RS, 3ª T., Rel. Min. Ari Parglender, j. 19/11/1999; STJ, Resp nº 271.930/SP, 4ª T., Rel. Min. Salvo de Figueiredo Teixeira, j. 19/04/2001; STJ, REsp nº 282.300/RJ, 3ª T., Rel. Min. Antonio de Pádua Ribeiro, j. 04/09/2001; STJ, REsp nº 242.093/RS, 4ª T., Rel. Min. Aldir Passarinho, j. 02/04/2002.

⁶⁵ Há jurisprudência, inclusive, que diz ser essa a forma de apuração de haveres ainda que haja previsão expressa em contrário no contrato social. Contrário a esta construção, Comparato opina: “Dir-se-á que a forma de pagamento do valor do reembolso das quotas, fixado naquele contrato social, não atende ao interesse do sócio retirante. Mas ele aceitou esse regra do jogo no momento da constituição da sociedade ou do seu ingresso nela. Não pode, agora, insurgir-se contra o pactuado, como se fora letra morta”. O autor cita, ainda, a posição também contrária de Ascarelli, segundo quem “Não há motivo para se dar ao sócio que se retira (assim como não haveria motivo para dá-la à sociedade) a possibilidade de fugir ao aceite. Se assim se procedesse, não se recorreria mais ao conceito anterior (isto é, à tutela do sócio perante a maioria), mas a um conceito diverso. Este diverso conceito assenta, porém, no pressuposto de que uma das partes, pela sua condição de econômica, não se tenha encontrado em situação de contratar com a mesma liberdade da outra. Esse pressuposto não ocorre relativamente àquele que, entrando como sócio numa sociedade, aceitou previamente ser reembolsado com uma determinada quantia, e que, sucessivamente, deseja dissolver o seu vínculo social e não continuar a participar da sociedade” (COMPARATO, Fabio

Os tribunais, desde então, vem aplicando a dissolução parcial em diversos casos: seja quando solicitada a dissolução total por sócio minoritário (hipótese que deu ensejo à criação da tese), seja quando requerida por sócio detentor da metade do capital ou mesmo por sócio majoritário (ou seja, a sociedade permanece com os minoritários que desejem a sua manutenção)⁶⁶, e, ainda, quando for caso de sociedade constituída por dois sócios, permanecendo temporariamente como sociedade unipessoal (hipótese que foi, inclusive, permitida pelo Novo Código Civil).

A amplitude da aplicação do instituto está a merecer críticas, eis que em diversas hipóteses a dissolução parcial é decretada em prejuízo da sociedade, chegando mesmo a ir de encontro ao princípio que ensejou a sua criação: o princípio da preservação da empresa. A respeito, confira-se a opinião de LEÃES:

Constituindo uma resposta válida a necessidades reais, a construção pretoriana da dissolução parcial resultou, como sublinha Bulgarelli no estudo acima citado, num remédio que, embora com cunho de modernidade, tem sido deferido “automaticamente” pelo Judiciário com latitude censurável, mormente porque carece de melhor estruturação técnica, como se revela no próprio caso do critério de avaliação que deve prevalecer na apuração dos haveres do sócio que se desliga.⁶⁷

Essa situação, ainda criticável, se manteve com o advento do Novo Código Civil, que será tratado a seguir.

Konder. *Novos Ensaios e Pareceres sobre o Direito Empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 268 e nota de rodapé 2).

⁶⁶ Essa hipótese veio a ser considerada possível pelo acórdão do STJ no REsp nº 61.278/SP, em voto do Min César Asfor Rocha, em destaque: “se um dos sócios de uma sociedade limitada pretende dar-lhe continuidade mesmo contra a vontade da maioria, que busca a sua dissolução total, deve-se prestigiar o princípio da preservação da empresa, acolhendo-se o pedido de sua desconstituição apenas parcial, formulado por aquele” (STJ, REsp nº 61.278/SP, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha, j. 25/11/1997).

⁶⁷ LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Pareceres*. vol. II. São Paulo: Singular, 2004, pp. 941/942.

1.2.1. Regime do Novo Código Civil – a Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio e sua Aplicação em face das Sociedades Contratuais

Com a edição do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), positivou-se a construção jurisprudencial acerca da dissolução parcial das sociedades contratuais, a qual passou a denominar-se *resolução da sociedade em relação a um sócio*⁶⁸:

Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; se de prazo determinado, provando judicialmente a justa causa.

Parágrafo único. Nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

Esta regra encontra-se disposta no Livro II do Código Civil (Do Direito de Empresa), em seu Título II (Da Sociedade), Subtítulo II (Da Sociedade Personificada), Capítulo I (Da Sociedade Simples)⁶⁹.

⁶⁸ A discussão acerca da nomenclatura do instituto ainda gera polêmica. A denominação adotada pelo Código Civil é alvo de críticas por não ser considerada a mais apropriada. Segundo TROVO, “no instituto denominado pelo Código Civil como ‘resolução da sociedade em relação a um sócio’ há a extinção do contrato por uma causa de dissolução superveniente, que é a extinção do vínculo contratual decorrente da inexecução, voluntária ou involuntária, de qualquer dos contraentes ou de ambos. Deste modo, o instituto presente no atual Código Civil Brasileiro deveria ser denominado ‘resilição da sociedade em relação a um sócio’ (TROVO, op. cit., p. 260). Já na opinião de Penteadado, “se entre nós a expressão “dissolução parcial” é cediça, usada pelos empresários e pelos chamados operadores do direito, pela doutrina e pela jurisprudência, não há porque substituí-la, *ex abrupto*, por outra, sem tradição em nossos meios empresariais e jurídicos” (PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução Parcial da Sociedade Limitada (Da Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio e do Sócio em Relação à Sociedade). in RODRIGUES, Frederico Viana (org.) *Direito de Empresa no Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p.271). Frise-se, também, a crítica de Wald: “Tecnicamente as duas expressões expressam a mesma idéia, apenas que a primeira de modo mais curto e direto. Nem há contradição ou erro no uso da expressão ‘dissolução parcial’ (suposta *contraditio in adjeto*), porque *di-solvere* significa solver ou pagar ao contrário, donde resolver, a-pagar, dis-tratar. E não só: nos cinco artigos sobre o assunto, apenas o art. 1.031 utiliza ‘resolver’, e nos demais, o Código Civil de 2002 utiliza as expressões tradicionais do direito pátrio como ‘dissolução’, ‘retirada’, ‘exclusão’. Enfim, é uma intervenção legislativa desnecessária e inconseqüente, que prefere o mau exemplo do estrangeiro à tradição do direito pátrio” (WALD, Arnoldo. in TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.). Comentários ao Novo Código Civil, v. XIV: livro II, do direito de empresa. Rio de Janeiro: Forense, 2005).

⁶⁹ Para Chediak, “sem dúvida alguma constitui importante avanço tentar consolidar, na lei, a antiga construção jurisprudencial, já que, com isso, ao menos em tese, seria possível afastar a insegurança decorrente de entendimentos diversos sobre o que seria o instituto, e qual o seu alcance” (CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 29)

Trata-se, portanto, de norma aplicável a todas as sociedades empresárias regradas pelo Código Civil, na medida em que a estas são aplicáveis subsidiariamente as regras das sociedades simples.

Ressalte-se que a terminologia utilizada pelo Código Civil abrangeu não somente a espécie de dissolução parcial ora tratada, como também as demais (morte de sócio – art. 1.028, exclusão judicial – art. 1.030, e exclusão extrajudicial de sócio falido – art. 1.030, parágrafo único). Especificamente com relação às sociedades limitadas, também previu o Código Civil a possibilidade de exclusão extrajudicial por justa causa de sócio minoritário, quando contratualmente estipulada, a qual denominou de *resolução da sociedade em relação a sócios minoritários*.

Logo, pode-se concluir que o Código Civil distinguiu a dissolução social das causas de dissolução parcial, permitindo a denúncia de sócios independentemente do requerimento de dissolução da sociedade.

Leciona TROVO:

A partir da análise das causas capazes de ensejar a resolução da sociedade limitadamente a um sócio, pode-se observar que a positivação deste instituto no ordenamento jurídico brasileiro contribuiu para a existência de mecanismos jurídicos eficazes de proteção, defesa e autotutela de sociedades que não merecem ser dissolvidas totalmente por conta da ausência de algum sócio ou da retirada de quotista que, com ou sem culpa, prejudica a consecução do objetivo social e o prosseguimento das atividades empresariais.

Questão que se coloca é se o direito de denúncia, tal qual disposto no art. 1.029, seria ilimitado, podendo ser utilizado a qualquer tempo e indiscriminadamente, ou somente seria possível exercê-lo quando justificável a saída do sócio.

Na esteira do entendimento jurisprudencial anterior à entrada em vigor do Novo Código Civil, a dissolução parcial deve ser motivada pela inexistência da *affectio societatis* entre os sócios. Assim, quando o sócio retirante estiver de má-fé, é possível questionar-se a sua denúncia unilateral do contrato. Assim entende WALD:

Desta forma, entendemos que o direito de retirada, para ser legítimo, deve ser exercido de boa-fé pelo sócio, observando o fim social para o qual a sociedade foi constituída. Tanto mais porque na hipótese de retirada, o enfoque normativo e contratual dirige-se à conciliação dos *interesses individuais e sociais*.

(...)

Entendemos que a análise de cada caso específico quanto à possível prática de ato ilícito por um sócio retirante, porquanto exercido de má-fé e excedendo os limites impostos pelo seu fim econômico ou social da contratação, poderá constituir um abuso de direito, ou seja, um ato ilícito.⁷⁰

Com relação à notificação prevista pelo art. 1.029, já decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo que “a ausência de notificação premonitória a que alude o artigo 1029 do Código Civil, de fato, não retira da parte autora o interesse em agir, uma vez que a notificação serve apenas para noticiar aos sócios remanescentes a intenção do sócio retirante”⁷¹.

Importante ressaltar que, para o regime das sociedades limitadas, o Código Civil manteve a previsão do direito de retirada no art. 1.077:

Art. 1.077. Quando houver modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, terá o sócio que dissentiu o direito de retirar-se da sociedade, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à reunião, aplicando-se, no silêncio do contrato social antes vigente, o disposto no art. 1.031.

Em razão de norma expressa para a retirada de sócios, prevista no art. 1.077, novamente veio à tona a questão da aplicabilidade da regra da dissolução parcial (agora positivada) para as limitadas.

Para PENTEADO, a regra do art. 1.029 é inaplicável às sociedades limitadas, uma vez que, havendo previsão expressa, no art. 1.077, do direito de retirada, e sendo este *numerus clausus*, não haveria qualquer omissão que justificasse a aplicação da regra do art. 1.029 às limitadas, nos termos do art. 1.053:

Por outro lado, no que tange às limitadas, é também duvidoso – para não dizer desde logo impossível – sua subsunção à norma comentada (art. 1.029), pois, como já foi salientado, para elas, o novo Código Civil estabeleceu casos específicos, em *numerus clausus*, de direito de retirada (...)

⁷⁰ WALD, Arnaldo, op. cit., p. 231/232.

⁷¹ TJSP, Ap. nº 5582894700-SP, 3ª Câ., Rel. Des. Adilson de Andrade, j. 17/03/2009.

É certo que o art. 1.053 dispõe que “a sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples”. Mas o Capítulo IV, reitere-se, dedicado às limitadas, não é omissivo quanto ao direito de retirada; ao contrário, contempla-o especificamente, mas de forma parcimoniosa, como já foi dito, no art. 1.077. Como sustentar então a aplicação, a elas, do art. 1.029, que é regra das sociedades simples?

Tudo leva a crer que para as sociedades limitadas, por prazo determinado ou indeterminado, com maior razão do que se pode asseverar para as demais espécies societárias, o instituto da dissolução parcial, *stricto sensu*, continuará a merecer aplicação.⁷²

BORBA compartilha desse entendimento:

As sociedades anônimas, por força da sua regulação especial, e em decorrência de sua própria natureza – sociedade de capitais –, não se encontram subordinadas à denúncia unilateral. Da mesma forma, a sociedade limitada, esta por força do Código Civil (art. 1077).

As demais formas societárias (Código Civil, art. 1029), quando por tempo indeterminado, podem ser denunciadas por qualquer dos sócios. Essas sociedades poderão prosseguir com os sócios remanescentes, mas o que as denunciou terá os seus haveres apurados e se retirará da sociedade.

O que acontece com as sociedades anônimas e limitadas é que a relação entre contratantes perde o caráter de vinculação pessoal para assumir a natureza, muito mais própria, de uma aplicação de capital. A forma de se desvincular da relação é a alienação das ações ou cotas.⁷³

Em sentido contrário, CHEDIAK opina, com bastante lógica, que as regras de dissolução das sociedades simples se aplicam às sociedades limitadas, da mesma forma como ocorria anteriormente ao Código Civil, eis que estas são regidas pelas regras de constituição daquelas. O raciocínio, portanto, permaneceu idêntico:

Se as limitadas são reguladas, na sua constituição, por força do dispositivo expresso (art. 1054), pela mesma regra que trata das sociedades simples, e se elas têm a sua dissolução, também por força de dispositivo expresso, como visto acima (art. 1087), por outra norma que trata das sociedades simples, seria ilógico, contrário ao sistema – ainda que a sociedade limitada esteja sujeita à regência supletiva da lei das sociedades anônimas – pretender-se que as regras das sociedades simples sobre resolução, que não passa de uma certa forma de dissolução (que no regime jurídico anterior era chamada de “parcial”), não sejam aplicáveis às sociedades limitadas.

⁷² PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução Parcial da Sociedade Limitada. In: RODRIGUES, Frederico Viana (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 284.

⁷³ BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 10 ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 364/365.

Registre-se, ainda, que o art. 1085 do novo Código trata da resolução da sociedade em relação a sócios minoritários, por deliberação da maioria, mediante mera alteração contratual (o que a doutrina e a jurisprudência, no regime jurídico anterior, chamavam de “exclusão administrativa”). Como se trata de uma regra específica sobre limitadas, não faz qualquer sentido imaginar-se que, no caso de sociedade limitada sujeita à regência supletiva da lei de sociedades anônimas, apenas a exclusão administrativa seria possível, ou seja, o sócio poderia ser excluído, pela vontade dos demais, mas não poderia retirar-se, por vontade própria.

Parece, assim, estabelecido que, pelo novo Código, em qualquer sociedade limitada – contratada por prazo indeterminado –, o sócio terá a possibilidade de retirar-se, a qualquer tempo, através de mera manifestação de vontade nesse sentido, utilizando-se não da antiga dissolução parcial, mas sim do novo instituto denominado resolução da sociedade em relação a um sócio.⁷⁴

Seja como for, alguns julgados proferidos após a entrada em vigor do Código Civil parecem entender que se aplica às sociedades limitadas a regra do art. 1.029, conforme pode se verificar nos acórdãos abaixo:

“Trata-se de Ação de Dissolução de Sociedade Limitada ajuizada por Maria da Graça Soares dos Reis e outros contra Rudnik Comércio de Produtos Químicos Ltda. e Ralph Rudnik.

(...)

Primeiramente, não há que se falar em carência de ação. A ausência de notificação premonitória a que alude o artigo 1029 do Código Civil, de fato, não retira da parte autora o interesse em agir, uma vez que a notificação serve apenas para noticiar aos sócios remanescentes a intenção do sócio retirante.⁷⁵

“Em ação de conhecimento objetivando a condenação de exsócia a providenciar o arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e demais órgãos competentes da retirada do autor da sociedade comercial, a magistrada proferiu a decisão reproduzida às fls. 100 e que indeferiu o pedido de liminar. E contra *essa* decisão que se volta o recurso. Após demonstrar o cabimento do agravo sob a forma de instrumento, o agravante sustentou que, com a notificação realizada na forma do art.1.029 do Código Civil, deixou de pertencer à sociedade, fato admitido em decisão em outro recurso. (...)”

O recurso, desta forma, é provido para, reformando-se a decisão recorrida, *conceder* a liminar pleiteada a fim de se fixar o prazo de 10 (dez) dias para se proceder as alterações da Junta Comercial do Estado de São Paulo e demais órgãos, tudo sob pena de multa diária de R\$2.000,00 (dois mil reais).⁷⁶

“Trata-se de ação de dissolução parcial de sociedade ajuizada por George Hamilton Franco em face de Alex Alves Moreira e José Homero Ferreira Cardoso Júnior, sob a alegação, em síntese, de que são sócios na firma Cíber

⁷⁴ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 32.

⁷⁵ TJSP, Ap. n° 558.289.4/7-00, 3ª Câ., Rel. Des. Adilson de Andrade, j. 17/03/2009.

⁷⁶ TJSP, AI n° 436.888-4/SP, 2ª Câ., Rel. Des. Boris Kauffmann, j. 06/06/2006.

Cave Acesso a Internet Ltda, detendo cada um 12.000 cotas sociais da referida empresa...

Sustentam os réus, ora apelantes, a falta de interesse de agir, do autor, apelado, ante a ausência da comprovação da notificação extrajudicial, a que estaria obrigado, nos termos do art. 1.029 do Código Civil, caso quisesse ajuizar a ação de dissolução parcial da sociedade.

Tenho que razão não assiste aos réus, ora apelantes.

(...)

O artigo 1.029 do Código Civil, a que fizeram alusão os apelantes, não exige que haja notificação extrajudicial prévia ao ajuizamento da ação de dissolução da sociedade, como pretendem fazer crer.⁷⁷

Dessa forma, pode-se perceber que o Novo Código Civil tentou compatibilizar o disposto pelo art. 15 do Decreto nº 3.708/19 (incluindo, além do previsto neste, a retirada em razão de operações de fusão e incorporação), com o entendimento jurisprudencial pacífico acerca da dissolução parcial.

De acordo com a nova regra, o sócio dissidente terá 30 (trinta) dias contados da reunião que aprovar a alteração contratual, para exercer o direito de recesso, solicitando o reembolso de suas quotas na forma do contrato social, ou, sendo este omissivo, de acordo com o art. 1.031.

Critique-se, contudo, a posição do Novo Código Civil, uma vez que, ao admitir a livre denúncia por parte de qualquer dos sócios que componham o quadro societário de sociedade por prazo indeterminado, tornou o direito de retirada do art. 1.077 letra morta para estas sociedades, já que ninguém está obrigado a aguardar alteração contratual ou operação de reestruturação societária para retirar-se da sociedade, podendo optar pela saída a qualquer tempo, bastando, para tanto, uma notificação prévia de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

⁷⁷ TJMG, Ap. nº 1.0525.08.135317-5, Rel. Des. Márcia de Paoli Balbino, j. 26/03/2009.

Sendo assim, o direito de retirada previsto no art. 1.077 somente terá aplicabilidade quando disser respeito às sociedades por prazo determinado, que são uma minoria na realidade brasileira.

Conforme explicado acima, essa já era a situação que vinha ocorrendo antes da entrada em vigência do Novo Código Civil, já que, aos sócios, era mais interessante utilizar-se da dissolução parcial com base no art. 335.5 do Código Comercial do que exercer o direito de recesso previsto pelo art. 15 do Decreto nº 3.708/19. Nesse sentido, LUCENA ensina:

E tal como ocorria no passado com o sócio de sociedade por quotas, também agora o sócio da novel sociedade limitada, em muitos casos, optará pela retirada imotivada da sociedade (arts. 1.053 e 1.029), ao invés de exercer o direito de recesso, já que, como acima averbado, a retirada é meio mais simples e menos oneroso para obter sua liberação e o recebimento de seus haveres sociais.⁷⁸

Interessante frisar a opinião de FABIO ULHOA COELHO:

Desse modo, na limitada de vínculo instável [isto é, sujeita à regência supletiva das normas das sociedades simples] com prazo determinado, o direito de retirada é condicionado à discordância relativamente a alteração contratual, incorporação ou fusão deliberadas pela maioria (CC, art. 1.077).

(...)

Nas sociedades limitadas de vínculo estável [ou seja, sujeitas à regência supletiva da Lei das S.A.], por sua vez, admite-se apenas a retirada motivada. Não há, na LSA, nenhuma hipótese em que o acionista pode imotivadamente impor o desinvestimento à sociedade. O recesso é cabível, segundo aquela lei, apenas nas divergências especificamente por ela indicadas. Desse modo, independentemente do prazo de duração (determinado ou indeterminado), o sócio só pode desligar-se da sociedade limitada de vínculo estável, por ato unilateral dele, quando discordar de alteração contratual, incorporação ou fusão aprovada pelos majoritários (CC, art. 1.077). O sócio que concorda em participar de limitada de cujo contrato social consta expressamente cláusula elegendo a LSA como norma de regência supletiva renuncia ao direito de retirada imotivada (grifou-se).⁷⁹

Para MODESTO CARVALHOSA, afora as causas específicas de recesso do art. 1.077, isto é, fusão e incorporação, falar em direito de recesso para qualquer alteração do contrato social traz uma amplitude desmesurada, e, por esta razão, “impõe-se o princípio da *justa causa*, consubstanciado na existência de alterações que diminuam os direitos patrimoniais ou sociais

⁷⁸ LUCENA, José Waldecy, op. cit., p. 955.

⁷⁹ COELHO, Fabio Ulhoa, op. cit., p. 435.

do sócio retirante”. O eminente jurista completa entendendo que “melhor teria sido que a presente norma, à semelhança do que ocorre na Lei Societária (Lei n. 6.404/76, arts. 45 e 137), tivesse exaustivamente enumerado os negócios jurídicos que ensejariam o exercício do direito de recesso”.⁸⁰

Já para PENTEADO, o Código Civil deveria ter ampliado o direito de retirada das sociedades limitadas. Isso porque, conforme acima demonstrado, o ilustre jurista entende que não se aplica a este tipo societário a regra do art.1.029 do Código Civil. Nesta linha de raciocínio, para o autor, no caso das limitadas, a dissolução parcial por via judicial ainda será possível.

Outra novidade trazida pelo Código Civil diz respeito à previsão da forma de apuração dos haveres a serem entregues ao sócio que se retira. Conforme dispõe o art. 1.031, em qualquer das hipóteses de resolução da sociedade em relação a um sócio, a apuração de haveres será realizada através do levantamento de um balanço especial, para verificar a situação patrimonial da sociedade à data da resolução, de modo que reflita o valor real do patrimônio, e não o seu valor contábil.

Essa regra encontra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial adotado pelo STF e, após a Constituição de 1988, pelo STJ, segundo o qual a forma de apuração de haveres prevista pelo art. 15 do Decreto-lei nº 3.708/19, que trata da hipótese de direito de retirada, não se aplicava à dissolução parcial.

No que tange à jurisprudência, não houve grandes alterações, mesmo porque agora se é permitido aos sócios a dissolução parcial extrajudicial. Assim, a maioria dos casos julgados pelo STJ são relativos à exclusão ou à

⁸⁰ CARVALHOSA, Modesto. in AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.). *Comentários ao Código Civil*. vol. 13, Rio de Janeiro: Saraiva, 2003, p. 245/246.

retirada compulsória de sócios e, em caso de retirada voluntária, à data-base e forma de apuração de haveres.⁸¹.

⁸¹ Há algumas controvérsias que versam sobre o momento da apuração de haveres – seria quando se notifica o desejo de se retirar ou da data da sentença. Outras questões com relação à apuração de haveres também se colocam, como, por exemplo, se devem ser incluídos no cálculo dos haveres as reservas da sociedade e o fundo de comércio (neste contidos os bens intangíveis). Acerca da jurisprudência sobre resolução da sociedade em relação a um sócio, ver: STJ, REsp nº 406.775/SP, 4ª T., Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 21/06/2005; STJ, REsp nº 453.423/AL, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 06/04/2006; STJ, REsp nº 261.157/SP, 4ª T., Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, j. 17/10/2006; STJ, REsp nº 654.288/SP, 3ª T., Rel. Min. Menezes Direito, j. 22.03.2007; STJ, EREsp nº 564.711/RS, 2ª Seção, Rel. Min. Ari Pargendler, j. 27/06/2007; AgRg no REsp nº 995.475/SP, 3ª T., Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 17/03/2009; STJ, REsp nº 646.221/PR, 3ª T., Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19.04.2005.

2. As Sociedades Anônimas

Feitas as considerações preliminares acerca da doutrina da dissolução parcial, necessária a digressão que se realizará neste capítulo, para conceituar a natureza jurídica dos atos constitutivos das sociedades anônimas e para analisar determinadas características suas, de modo a permitir um estudo mais aprofundado acerca da discussão sobre a possibilidade de denúncia unilateral por parte de acionistas de sociedades anônimas.

2.1. Natureza Jurídica dos Atos Constitutivos

Os atos constitutivos de uma sociedade são aqueles que a originam. Por meio desses atos, os sócios demonstram seu desejo de se associar para um determinado fim. As relações que regem os sócios deverão, portanto, estar reguladas por meio desses atos, que, a partir de então, darão vida à sociedade, nascendo uma nova pessoa jurídica.

Ao se estudar a sociedade do foco de seus atos constitutivos, surge o questionamento quanto à sua natureza jurídica, que deu origem a uma longa discussão no âmbito jurídico.

A primeira corrente que tratou do tema entendia que os atos de constituição de uma sociedade possuíam natureza de contrato bilateral. Posteriormente, surgiram novas teorias, que questionaram a doutrina tradicional. Essas teorias são conhecidas como anticontratualistas, posto que não percebem a constituição da sociedade como um contrato, mas como um ato, coletivo ou complexo, institucional ou corporativo. A doutrina passou a se dividir, portanto, entre contratualistas e anticontratualistas.

No Brasil, foi amplamente adotada a concepção criada por Tullio Ascarelli, que inovou ao perceber que o ato constitutivo das sociedades tem

natureza jurídica de contrato plurilateral. O tema, já abordado no Capítulo 1, merece maior destaque doravante.

Ascarelli entendia que os atos constitutivos possuíam natureza de contrato, mas não poderiam ser iguados aos tradicionais contratos bilaterais (por ele denominados contratos de permuta), e nem aos contratos unilaterais, em virtude de suas peculiaridades. O jurista compreendeu então que os contratos sociais deveriam ser classificados dentro de uma nova espécie, à qual intitulou de “contratos plurilaterais”.

Essa interpretação admite que as regras gerais dos contratos são aplicáveis à constituição das sociedades, mas que nem todas as regras dos contratos bilaterais se lhe encaixam. Existem algumas características particulares do contrato social que fazem com que seja distinto dos contratos “de permuta”:

Essa categoria distingue-se, com efeito: a) pela possibilidade da participação de mais de duas partes; b) pelo fato de que, quanto a todas essas partes, decorrem do contrato, quer obrigações, de um lado, quer direitos, de outro.⁸²

Quanto à primeira característica, Ascarelli explica que os contratos bilaterais só possuem duas partes, cada qual com interesses antagônicos aos da outra. Isso não significa dizer que não pode haver mais de dois sujeitos envolvidos no contrato, mas que sempre haverá dois e somente dois pólos contrapostos na relação jurídica. Por outro lado, nos contratos plurilaterais, é possível haver diversas partes, que não se agrupam em duas posições, mas encontram-se dispostas em círculo na relação. No tocante à segunda característica, pode-se afirmar que todas as partes são titulares de direitos e deveres advindos da relação contratual, que são exercidos não apenas em face de uma outra parte, mas de todas as demais.⁸³

⁸² Ascarelli, Tullio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1969, p. 256.

⁸³ “O contrato de sociedade, ao reverso, é da espécie dos contratos *plurilaterais*, em que há várias partes ou centros de interesses (os sócios), numa dupla relação. Na primeira delas o objetivo de todos os sócios é “idêntico”, e está dirigido ou polarizado à consecução de fins comuns, que residem na obtenção e recebimento dos lucros gerados pela organização por eles criada através do

Da diferenciação entre contrato bilateral e contrato plurilateral pode-se verificar que as duas espécies não produzem os mesmos efeitos. No primeiro, o adimplemento das obrigações extingue o contrato, enquanto que, no segundo, fortalece o vínculo contratual, eis que constitui a finalidade do contrato, sendo a premissa para o desenvolvimento de uma atividade ulterior. Essa é a denominada função instrumental do contrato plurilateral.

Disso decorre que um sócio não pode alegar a exceção do contrato não cumprido como escusa para a não observância de seus deveres sociais, posto que o contrato plurilateral não traduz uma relação sinalagmática. Assim sendo, o descumprimento do contrato por um sócio não autoriza aos demais a descumprirem o mesmo. Ademais, também faz com que os contratos plurilaterais sejam abertos, ou seja, há uma permanente possibilidade de adesão e de retirada das partes, sem que isso impeça a continuação da sociedade.

Note-se, ainda, que, nos contratos plurilaterais, há a possibilidade de deliberação por maioria, diferentemente do que ocorre nos contratos bilaterais, cujas alterações dependem de consentimento de todas as partes.

A teoria criada por Ascarelli adaptou-se perfeitamente à teoria da dissolução parcial, já que só se pode afirmar a faculdade de um sócio se retirar por vontade própria e imotivadamente de uma sociedade na medida em que se aceitar que o contrato social é plurilateral. Sendo plurilateral, o

contrato (a empresa); nesse sentido afirma-se também que o contrato de sociedade é um contrato plurilateral associativo, ou contrato de organização. Há, sob este ângulo, um feixe de vínculos ou relações jurídicas, paralelas (o sócio “A”, ao lado de “B”, ao lado de “C”, ao lado de “D” etc.), que converge para o escopo comum, a empresa, delineada e delimitada pelo objeto social, obrigatoriamente definido em todo e qualquer contrato de sociedade civil ou mercantil (novo Código Civil, art. 997, inc. II), exatamente porque constitui o empreendimento que amalgama os esforços, as contribuições e os interesses dos sócios. A segunda relação que se estabelece entre os sócios (“A” x “B” x “C” x “D”), e é potencialmente conflituosa, semelhantemente aos contratos bilaterais. Cada um desses sócios tem, frente aos demais, o interesse de obter maiores vantagens patrimoniais, ou políticas (maior ingerência na administração, por exemplo)” (PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução Parcial da Sociedade Limitada. In: RODRIGUES, Frederico Viana (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 272/273).

desligamento de um sócio, com o conseqüente término das suas relações para com os demais sócios não acarreta o fim do relacionamento entre aqueles que permanecem no contrato. Logo, é plenamente viável a continuação da sociedade quando um sócio deseja se desligar.

Também os atos constitutivos das sociedades anônimas têm natureza de contrato plurilateral. Daí decorre a possibilidade de recesso, ou mesmo de resgate e amortização, conforme previsto na Lei das S.A. Mas essa natureza de contrato plurilateral não é suficiente para permitir a dissolução parcial das anônimas, como se verá adiante, no Capítulo 3.

2.2. A Sociedade Anônima de Pessoas

Dentre os critérios utilizados para distinguir as sociedades, comum é classificá-las entre sociedades de pessoa e sociedades de capital. Enquanto as primeiras levariam em conta, principalmente, as características pessoais dos sócios, as segundas seriam constituídas tendo em vista sobretudo o montante contribuído para a realização do seu objeto social.

Isso significa dizer que, nas sociedades *cum intuitu personae*, aos sócios importa principalmente saber com quem contratam, e é em razão da pessoa dos demais sócios que decidem aventurar-se na sociedade.

Já nas sociedades de capital, os sócios têm como interesse maior os lucros a serem produzidos pela sociedade, e, desta feita, a pessoa com quem contratam não é condição *sine qua non* do negócio, mas o é o capital que está sendo levantado.

Sociedades de pessoas são aquelas em que a pessoa do sócio tem papel preponderante, fundamental, não só na constituição da pessoa jurídica, mas também durante toda a sua vida e evolução. Já as sociedades de capital, relegam a pessoa dos sócios a um plano secundário, sendo levado em consideração para sua criação e funcionamento, a capacidade de contribuição dos sócios para a formação do capital social. Diz-se, assim, que as primeiras são constituídas *cum intuitu personae*, razão pela qual, a desinteligência entre os membros, quando torna insustentável a vida em sociedade, implica a quebra da *affectio societatis*,

que, no dizer de LAGARDE, se caracteriza da união e aceitação das áleas comuns, podendo justificar a dissolução da sociedade.⁸⁴

ULHOA COELHO faz importante ressalva no tocante a este critério de classificação das sociedades:

Evidentemente, não existe sociedade sem a presença desses dois elementos (sócios e capital), de forma que a classificação aqui examinada diz respeito à prevalência de um deles sobre o outro. Quer dizer, em algumas sociedades, a realização do objeto social depende fundamentalmente dos atributos individuais dos sócios, ao passo que, em outras, essa realização não depende das características subjetivas dos sócios.⁸⁵

Cumprе salientar que a distinção ora analisada veio a ser concebida principalmente em função da criação das sociedades anônimas. Estas foram criadas como alternativa às sociedades de pessoas, permitindo aos acionistas a associação com responsabilidade limitada. Sendo assim, conforme expresso na própria denominação deste tipo societário, os acionistas eram anônimos, desconhecidos, pouco importando uns aos outros suas características pessoais.

Já as sociedades limitadas foram constituídas como uma opção intermediária entre as sociedades simples e as anônimas, conforme já explicado. Inicialmente, entendia-se que as sociedades limitadas teriam característica de sociedade de pessoas, mormente porque sua constituição consubstanciava-se com as regras das sociedades contratuais previstas no Código Comercial. No entanto, a doutrina evoluiu para considerar que as sociedades limitadas teriam característica híbrida, podendo ser consideradas tanto de pessoa como de capital, conforme as regras estipuladas em seu contrato social.

Atualmente, não se faz mais a distinção entre sociedades de pessoas e sociedades de capital em razão do tipo societário, mas em razão do intuito preponderante para a associação, seja o desejo de unir-se pelo capital

⁸⁴ CAMPINHO, Sérgio. *O Direito de Empresa à luz do Novo Código Civil*. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 358.

⁸⁵ COELHO, Fabio Ulhoa, op. cit., p. 24.

formado, ou pelas pessoas que constituem a sociedade. Confira-se os dizeres de CAMPINHO:

Particularizando nossa abordagem na sociedade anônima fechada, a realidade dos fatos nos demonstra que, embora de cunho eminentemente patrimonial, dita sociedade, em diversos episódios, concentra na pessoa dos seus sócios um de seus elementos fundamentais. Amontoam-se exemplos das sociedades ditas familiares, inacessíveis a estranhos, cujas ações circulam entre os poucos acionistas que as adquirem.

Essas sociedades são, na verdade, constituídas *intuitu personae*, pois o *animus* que se requer dos sócios não é só material. Por essa razão, a doutrina tem identificado em tais sociedades uma transformação, ou adaptação às vezes deformada, de uma sociedade de pessoa em sociedade de capital.⁸⁶

Tal diferenciação das anônimas e limitadas como sociedades de capital e de pessoa, respectivamente, possui fim puramente didático, conforme leciona o Professor CHEDIAK:

Não parece haver dúvida de que a sociedade anônima, pela forma como se apresenta a legislação que a regula – especialmente o regime jurídico das ações, como títulos facilmente transferíveis, e o regime da limitação da responsabilidade, mais restrito do que o das sociedades por quotas – constitui uma técnica mais adequada, do que as sociedades por quotas, para os casos em que os sócios dão mais importância ao ânimo de se associar, do que às pessoas dos sócios.

O conjunto de regras a que se sujeitam as sociedades anônimas, examinando-se a situação em abstrato, está mais próximo ao conceito de uma sociedade de capitais do que o conjunto de regras a que se sujeitam as sociedades por quotas. É isso que faz com que faça sentido dizer, em abstrato, do ponto de vista didático, e em comparação entre os dois tipos societários, que uma sociedade anônima é de capitais e uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada é de pessoas.⁸⁷

Com relação às sociedades anônimas, portanto, a doutrina atual é praticamente unânime em considerar que podem elas ser constituídas *cum intuitu personae* ou *cum intuitu pecuniae*, conforme o grau de importância dos atributos pessoais dos acionistas que a compõem. E o critério de classificação escolhido é sentido, principalmente, pelas regras para admissão e demissão de sócios.

⁸⁶ CAMPINHO, Sergio. *O Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil*. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 358.

⁸⁷ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 27.

Desta forma, é plenamente possível existirem “sociedades anônimas de pessoas”, ou seja, sociedades em que sejam levadas em consideração as pessoas dos acionistas na hora de contratar. O maior exemplo desse tipo societário está nas sociedades ditas familiares, ou seja, que são compostas por membros de uma mesma família, que, portanto, fazem parte da sociedade enquanto familiares, e não em função do aporte de capital realizado por cada um. Essa subespécie de sociedade anônima é, inclusive, extremamente comum na realidade brasileira. A respeito do tema, destacam-se as lições de COMPARATO:

É importante entender que a companhia fechada representa o oposto da sociedade *anônima* original. Ela é, tanto interna quanto externamente, uma verdadeira sociedade de pessoas, dominada pelo princípio da identificação dos acionistas (sejam eles pessoas físicas ou jurídicas), de sua colaboração pessoal no exercício da empresa e da boa-fé em seu relacionamento recíproco. Como declaram dois julgados norte-americanos recentes, “just as in a partnership, the relationship among the stockholders must be one of trust, confidence and absolute loyalty if the enterprise is to succeed; shareholders in close corporation owe one another substantially same fiduciary duty that partners owe one another”. *Externa corporis*, os contratantes com a companhia ou seus credores levam em conta muito mais a pessoa dos acionistas, ou o grupo empresarial a que pertencem, do que o patrimônio e a organização própria da sociedade.⁸⁸

Por outro lado, sociedades de capital aberto que possuem ações negociadas em bolsa ou mercado de balcão serão sempre sociedades de capital, uma vez que suas ações são distribuídas publicamente, na maioria das vezes sem que os acionistas sequer se conheçam.⁸⁹

Pode-se afirmar, enfim, que a sociedade anônima engloba os mais diversos interesses, podendo haver distintos tipos de sociedade revestidos da forma das companhias, desde as pequenas sociedades familiares até as grandes companhias multinacionais. E essa característica versátil das

⁸⁸ COMPARATO, Fabio Konder. *Direito Empresarial*. 1 ed., 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 160.

⁸⁹ Note-se que nem toda companhia de capital aberto pode ser considerada sociedade de capital, eis que existem companhias formalmente abertas que não possuem seus valores mobiliários distribuídos ao público.

companhias somente se faz possível em razão da previsão pela própria Lei das S.A. de regras específicas para cada subespécie⁹⁰.

No que diz respeito ao objeto do presente estudo, verifica-se que a dissolução parcial somente tem sentido quando se fala em sociedades de pessoa, uma vez que pauta-se na quebra da *affectio societatis*.

Ora, se, nas sociedades de capital, os atributos pessoais dos sócios não são relevantes para a contratação, não há que se falar em desfazimento do vínculo pessoal existente entre os sócios, e, menos ainda, que tal desentendimento possa resultar na impossibilidade de a sociedade cumprir o seu fim. Afasta-se desde logo, portanto, a aplicação da dissolução parcial para as sociedades anônimas que forem consideradas sociedades de capital.

Por outro lado, a aceitação da existência de sociedades anônimas de pessoa, em que prevalece o aspecto contratual na relação entre os acionistas, que se vinculam em razão da *affectio societatis*, levou ao entendimento de que, a esta espécie de companhia, exclusivamente, seria razoável estender o instituto da dissolução parcial, nos casos em que houvesse o desfazimento do vínculo pessoal que une os acionistas. Isso porque não teriam as ações dessas companhias a mesma liquidez e dispersão que possuem aquelas das companhias formadas *cum intuitu pecuniae*.

No entanto, embora pareça eloqüente, esse posicionamento não deve prevalecer, não em virtude da inexistência de sociedades anônimas de pessoa, como argumentam alguns, mas por causa da incompatibilidade do

⁹⁰ PENTEADO divide estes subtipos em: (i) companhias abertas; (ii) companhias fechadas; (iii) companhias fechadíssimas; (iv) companhias fechadas com ações ordinárias divididas em classes dotadas de diferentes direitos políticos; (v) companhias fechadas com quorum assemblear mais elevado; e (vi) companhias híbridas, com valores mobiliários que não sejam ações negociados no mercado (PENTEADO, Mauro Rodrigues. Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada x Sociedade Anônima. in *Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. Revista do Advogado da Associação dos Advogados de São Paulo, n° 57, janeiro/2000, pp. 8/9).

instituto estudado com o diploma específico que regula as sociedades anônimas, conforme será debatido no Capítulo 3.

2.3. A Dissolução das Sociedades Anônimas

Analizadas as características relevantes das sociedades anônimas, passa-se ao estudo do regramento da sua dissolução. Uma vez que a dissolução parcial originou-se das regras de dissolução regentes das sociedades contratuais, é importante fazer uma retrospectiva histórica com relação às regras de dissolução específicas das sociedades anônimas, para que se possa concluir se as mesmas poderiam vir a ensejar a dissolução parcial destas sociedades.

2.3.1. Histórico Legal

A primeira legislação brasileira que tratou das sociedades anônimas de forma abstrata foi o Decreto n° 575, de 10 de janeiro de 1849⁹¹. Antes deste, a criação das companhias dependiam de leis especiais que a autorizassem. As leis, portanto, eram específicas para cada sociedade privilegiada que fosse constituída, posto que as companhias eram vistas em regime de exceção.⁹²

O Decreto n° 575 não regulava minuciosamente as companhias, mas preocupava-se em demonstrar a necessidade de autorização governamental para a constituição da sociedade. A lei imperial trazia 11 (onze) artigos, dentre os quais a única menção que era feita à dissolução vinha no art. 10, que dizia que, caso os agentes fiscalizadores do governo entendessem que a sociedade não estava cumprindo com as condições de autorização, poderiam dissolvê-la. No mais, as regras eram aquelas dispostas pelos

⁹¹ Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-35_2.pdf>.

Acessado em 02/06/2009.

⁹² Segundo Miranda Valverde, a expressão “sociedade anônima” foi pela primeira vez utilizada no Código Comercial Francês de 1807, o qual, também pela primeira vez, regulou a constituição das companhias (cf. VALVERDE, Trajano de Miranda. Sociedades por Ações. vol. I. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1953, p. 19/20)

estatutos, que não poderiam ser alterados sem prévia autorização do governo.

No ano seguinte, foi editado o Código Comercial, baseado no Código Francês e no Código Português, e segundo o qual as companhias dependiam de autorização governamental, eram constituídas por prazo determinado, e, para prorrogar este prazo de duração, dependiam de nova autorização. As únicas hipóteses de dissolução previstas pelo Código Comercial era em caso de (i) expiração do prazo de duração, (ii) “quebra” (ressaltando-se que às companhias não se aplicava o regime falimentar); ou (iii) não preenchimento do “intuito e fim social”⁹³:

Art. 295 – As companhias ou sociedades anônimas, designadas pelo objeto ou empresa a que se destinam, sem firma social, e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não sócios, só podem estabelecer-se por tempo determinado, e com autorização do Governo, dependente da aprovação do Corpo Legislativo quando hajam de gozar de algum privilégio: e devem provar-se por escritura pública, ou pelos seus estatutos, e pelo ato do Poder que as houver autorizado.

As companhias só podem ser dissolvidas:

1. Expirando o prazo da sua duração;
2. Por quebra; e
3. Mostrando-se que a companhia não pode preencher o intuito e fim social.

Vê-se, desde logo, que o embasamento da dissolução parcial (art. 335 e 336 do Código Comercial) não se aplicava às companhias, cujas regras estavam dispostas em capítulo separado daquele atinente às sociedades contratuais. Note-se, ainda, que, assim como no caso destas, também era prevista a hipótese de dissolução por impossibilidade de atingir o fim social.

Em seguida, editou-se a Lei 1.083, de 22 de agosto de 1.860, a qual foi regulada pelo Decreto n° 2.711, do mesmo ano. Ambos trouxeram novas

⁹³ O significado da expressão fim social será estudado no Capítulo 3.

regras aplicáveis às sociedades anônimas. O art. 35 do Decreto 2.711 tratou das regras de dissolução:

Art. 35. A dissolução dos Bancos e outras Companhias e Sociedades anonymas, suas Caixas filiaes, e Agencias autorizadas e com Estatutos approvados pelo Governo terá lugar:

1º Expirando o prazo de sua duração, se não for renovado ou prorogado, ou o de sua prorrogação ou renovação.

2º Por fallencia ou quebra.

3º Montrando-se que a Companhia não póde preencher o seu fim (art. 295 do Código do Commercio) ou por perda inteira, ou de dois terços do seu capital se menor limite não tiver sido marcado pelos respectivos Estatutos, e o seu fundo de reserva não cobrir ou indemnizar a mesma perda.

4º Provada a impossibilidade de ser preenchido, ou por insufficiencia do capital, ou por qualquer outra causa, o intento e fim social.

5º No caso de ultrapassar o círculo de suas operações, traçado pelos seus Estatutos, ou de serem dirigidos de hum modo contrário ás condições e regras por elle estabelecidas ou pela Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860.

Interessante notar que o Decreto nº 2.711 distinguiu as hipóteses de não preenchimento do “fim” e insuficiência do capital social no item 3º, repetindo-as no item 4º, embora neste inclua a insuficiência do capital como causa de impossibilidade do preenchimento do “intento e fim social”. Ademais, traz no item 5º a hipótese de extrapolação do “círculo de operações”, que parece querer tratar do objeto social da companhia (teoria dos atos *ultra vires*).

O art. 36 previa, ainda, que por deliberação da assembléia ou por consenso dos sócios, a dissolução poderia ocorrer a qualquer tempo. No mais, cumpre ressaltar que o art. 27, parágrafo 2º, item 1º, fala que o exame para concessão de autorização estende-se à verificação de ser “o fim social” contrário aos bons costumes (aproximando a idéia de “fim social” à de objeto social).

Com a lei 3.150, de 4 de novembro de 1.882, extinguiu-se a necessidade de autorização governamental para a criação de sociedades anônimas, salvo para alguns casos específicos (sociedades estrangeiras e

instituições financeiras), adotando o legislador brasileiro a posição liberal que vinha se fortalecendo à época.⁹⁴ Nos termos do art. 17 desta nova lei, as sociedades anônimas se dissolviam nos seguintes casos:

Art. 17. As sociedades ou companhias anonymas se dissolvem:

1° Por consenso de todos os acionistas;

2° Por deliberação da assembléa geral (art. 15, § 4°);

3° Por insolvabilidade ou cessação de pagamentos;

4° Pela terminação do seu prazo;

5° Pela redução do numero dos sócios a numero inferior ao de sete. Neste caso a sociedade só se entenderá dissolvida, si durante o prazo de seis mezes não fôr preenchido o numero legal. (...)

6° Mostrando-se que lhes é impossível preencherem o fim social.

O Decreto nº 8.821/1882 traz as mesmas causas de dissolução, acrescentando apenas que o não preenchimento do fim pode se dar por insuficiência de capital ou por outros motivos, e que qualquer acionista pode requerer a dissolução neste caso.

A Lei nº 3.150/1882 e o Decreto nº 8.821/1882 não inovaram muito com relação às hipóteses de dissolução já consolidadas, originando somente o caso em que o número de acionistas é reduzido a quantidade inferior ao mínimo legal (sete, na época), e, ainda assim, se este não fosse reconstituído dentro de seis meses.

Com a declaração da República, as companhias passaram a ser regidas pelo Decreto nº 850, de 13 de outubro de 1890, que manteve o regime anteriormente adotado para as dissoluções.

⁹⁴ Leciona Miranda Valverde: “A lei de 1882 submeteu as anônimas ao regime chamado de regulamentação ou das disposições normativas. Para a constituição delas basta que sejam cumpridas as prescrições legais quanto aos seus elementos característicos e às formalidades indispensáveis à sua organização e funcionamento. Uma ampla publicidade acompanha a constituição e a vida das sociedades anônimas. Nela está principalmente a garantia dos terceiros” (VALVERDE, Trajano de Miranda, op. cit., p. 27).

Seguiram-se diversos decretos tratando dos mais variados assuntos, que acabaram por ser (mal) consolidados no Decreto n° 434, de 4 de julho de 1891.

Outros decretos sobre as companhias foram publicados, mas a matéria da dissolução só veio a ser revista com a entrada em vigor do Decreto-lei n° 2.627, de 26 de setembro de 1940, o qual passou a denominar simplesmente de “liquidação” o processo de extinção das sociedades, unindo em um único termo as três fases pelas quais a sociedade passa para ser extinta: a dissolução, a liquidação, e, finalmente, a extinção. Dizia o Decreto:

Art. 137. A sociedade anônima ou companhia entra em liquidação:

- a) pelo término do prazo de duração;
- b) nos casos previstos nos estatutos;
- c) por deliberação da assembléia geral, convocada e instalada na forma prevista para a destinada à reforma dos estatutos, ou pelo consentimento unânime dos acionistas, manifestado em instrumento público;
- d) pela redução do número de acionistas a menos de sete, verificada em assembléia geral ordinária, e caso esse mínimo não seja preenchido até a seguinte assembléia geral ordinária;
- e) pela cassação, na forma da lei, da autorização para funcionar.

Art. 138. A sociedade entrará em liquidação judicial:

- a) quando, por decisão definitiva e irrecorrível, for anulada a sua constituição;
- b) por decisão definitiva e irrecorrível, proferida em ação proposta por acionistas que representem mais de um quinto do capital social e provem não poder ela preencher o seu fim;
- c) em caso de falência, na forma prescrita na respectiva lei.

Vê-se que, em matéria de dissolução, o Decreto-lei n° 2.627/40 trouxe algumas inovações, como, por exemplo, a possibilidade de o estatuto social estabelecer causas de dissolução. Com relação à dissolução por impossibilidade de preenchimento do fim social, tema do interesse do presente trabalho, pode-se perceber que o decreto a restringiu, visto que a

sujeitou ao percentual de mais de um quinto do capital social para que os acionistas pudessem requerê-la.

2.3.2. Modalidades de Dissolução previstas pela Lei nº 6.404/76

Com o advento da Lei nº 6.404/76, novamente foi alterado o regime dissolutório das companhias. A denominada Lei das S.A. adotou a nomenclatura considerada mais técnica, retomando a distinção entre dissolução, liquidação e extinção. Diz o seu art. 206:

Art. 206. Dissolve-se a companhia:

I - de pleno direito:

a) pelo término do prazo de duração;

b) nos casos previstos no estatuto;

c) por deliberação da assembléia-geral (art. 136, X);

d) pela existência de 1 (um) único acionista, verificada em assembléia-geral ordinária, se o mínimo de 2 (dois) não for reconstituído até à do ano seguinte, ressalvado o disposto no artigo 251;

e) pela extinção, na forma da lei, da autorização para funcionar.

II - por decisão judicial:

a) quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista;

b) quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social;

c) em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei;

III - por decisão de autoridade administrativa competente, nos casos e na forma previstos em lei especial. (grifou-se)

Como pode ser notado, a Lei das S.A. não trouxe maiores inovações com relação às causas de dissolução das companhias. No que interessa ao presente trabalho, cumpre salientar que a lei reduziu o percentual da participação necessária para ajuizamento de ação de dissolução por impossibilidade de cumprimento do fim social, que de mais de um quinto (ou vinte por cento) passou para cinco por cento.

Feita a retrospectiva legal das regras que ditaram a dissolução das companhias, cumpre ressaltar que a doutrina da dissolução parcial foi concebida durante a vigência do Decreto-lei nº 2.627/40, e que, como já explicado, uma das bases para a decretação judicial deste novo instituto era a quebra da *affectio societatis*, que se baseava no art. 336, I, do Código Comercial, já que, segundo doutrina e jurisprudência unânimes, impedia justamente que as sociedades pudessem preencher o seu fim.

Em razão da importância que a dissolução de sociedades anônimas por impossibilidade de preenchimento do fim social possui para o estudo do objeto da presente monografia, ela será analisada no capítulo seguinte com maior atenção.

3. A Dissolução Parcial das Sociedades Anônimas

3.1. A Divergência Jurisprudencial

Inicialmente, quando da criação da teoria da dissolução parcial, a jurisprudência era pacífica no sentido de considerar impossível o pedido de dissolução parcial das companhias, e não se pensava em aplicá-la como forma de abrandamento das regras de dissolução dessas sociedades.

Ressalte-se que as tentativas de aplicação às sociedades anônimas das regras que ditavam a dissolução das sociedades contratuais chegaram a ser realizadas, mas foram rechaçadas pelas cortes nacionais, que entendiam ser inaplicáveis às companhias:

“A ação lança alicerce no artigo 206, II, letra “b” da Lei das Sociedades Anônimas, bem como no artigo 336 do Código Comercial (fls.12).

Regida por lei especial, à sociedade anônima não se aplica o disposto no artigo 336 do Código Comercial.⁹⁵

“COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. DISSOLUÇÃO PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Nas sociedades anônimas o direito de retirada do acionista é restrito às hipóteses do art. 137 da Lei 6.404/76, apresentando-se impossível o pedido de dissolução parcial da sociedade, próprio das empresas organizadas por quotas de responsabilidade limitada, sem relevo a qualificação de coligada da empresa acionista, cuja condição poderá ser desfeita mediante alienação de ações de modo a reduzir a menos de dez por cento do capital da sociedade anônima.⁹⁶

Segundo PENTEADO:

O enquadramento clássico da dissolução parcial no que toca às companhias, refletindo a posição praticamente unânime da doutrina e da jurisprudência, consta de acórdão de 8-8-1985 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja transcrição dispensa o registro das opiniões que o alicerçam; consta da ementa do decisório: “inaplicabilidade à sociedade anônima do instituto da dissolução parcial e conseqüente apuração de haveres da acionista-autora, não só por sua incompatibilidade com esse tipo de sociedade, como por não ter sido pedido na inicial; tanto assim que a autora não pediu o direito de recesso, nem a sociedade invocou a hipótese de acionista remisso.⁹⁷

⁹⁵ STF, RE nº 100.442-8/MG, 1ª T., Rel. Min. Néri da Silveira, j. 08/11/1988.

⁹⁶ STJ, AgRG no AG nº 34.120-8/SP, 3ª T., Rel. Min. Dias Trindade, D.J. de 14/06/1993.

⁹⁷ PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 219.

A doutrina acompanhava esse entendimento. Nas palavras de LEÃES, em parecer concedido pelo jurista em 1999:

De qualquer forma, cumpre ainda dizer que, no que tange às sociedades por ações, a posição praticamente unânime da doutrina e da jurisprudência é da inaplicabilidade do instituto da dissolução parcial e conseqüente apuração de haveres, pela incompatibilidade com esse tipo social, que possui procedimento próprio consistente no direito de recesso do sócio, nas hipóteses expressamente cogitadas no art. 137 da Lei n. 6.404/76, não se admitindo interpretação extensiva ou analógica dos casos descritos na citada norma.⁹⁸

No entanto, a partir principalmente de meados da década de 90, essa quase unanimidade deixou de ser verdade, passando a haver tanto decisões favoráveis como contrárias à dissolução parcial de companhias, conforme pode se atestar:

“Sociedade anônima. Natureza familiar e fechada. Dissolução parcial, com a retirada dos sócios dissidentes. Desaparecimento da "affectio societatis", descumprindo a sociedade seus fins sociais, ante a ausência de distribuições de lucros em reiterados exercícios. Apelo provido, prejudicado o adesivo.”⁹⁹

“Dissolução de Sociedade anônima - Perda da *affectio societatis* entre uma das sócias e os demais componentes do quadro societário - Espécie societária que não admite a dissolução parcial, mas o direito de recesso do sócio descontente - Pedido de dissolução, no caso, é juridicamente impossível - Requerente carecedora da ação - Recurso improvido.”¹⁰⁰

“SOCIEDADE ANÔNIMA - CAPITAL FECHADO – DISSOLUÇÃO PARCIAL - ADMISSIBILIDADE - RUPTURA DA "AFFECTIO SOCIETATIS" - AÇÃO PROCEDENTE. - A sociedade anônima fechada é constituída essencialmente, cum intuitu personae, para cuja formação não se prende, exclusivamente, à constituição do capital, mas, também, e, sobretudo, a qualidade pessoal dos sócios ou acionistas, que, por vezes, mantêm uma relação de parentesco, por isso que chamada, também, de sociedade anônima familiar. Assim, diluída a affectio societatis, isto é, não existindo mais a confiança mútua entre alguns acionistas, não há como obrigá-los a permanecer em sociedade. - Recurso desprovido.”¹⁰¹

“Embargos Infringentes. Sociedade anônima de capital fechado. Ação Ordinária ajuizada por acionistas, objetivando a dissolução total da sociedade ou a parcial, com o pagamento dos haveres. Sentença de procedência do pedido de retirada dos sócios com apuração dos haveres em liquidação. Confirmação da sentença, por maioria, vencido o Des. Vogal, julgando improcedente a ação. Considerando o inequívoco caráter "intuitu personae" da sociedade em causa, que apenas formalmente se reveste da natureza de sociedade anônima, merece sufrágio o

⁹⁸ LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. Apuração de Haveres em Dissolução de *Holding*. in *Pareceres*. São Paulo: Singular, 2004, p. 942.

⁹⁹ TJRJ, Ap. Civ. n° 8842/95, 1ª Câm. Civ., Rel. Des. Luiz Carlos Guimarães, j. 25/06/1996.

¹⁰⁰ TJSP, Ap. Civ. n° 2.818.4/2, 2ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Linneu Carvalho, j. 14/10/1997.

¹⁰¹ TJSP, AP. Civ. 003.299-4/0, 6ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Luzia Galvão Lopes, j. 18/03/1998.

voto majoritário que admitiu o exercício do direito de recesso, aplicando o Código Comercial, como regra geral (art.335 par. 5.), diante da lacuna da lei especial. (CEL) Vencida a ilustre Des. Relatora Marly Macedônio Franca, que provia o recurso.¹⁰²

“SOCIEDADE ANÔNIMA – DISSOLUÇÃO PARCIAL - Impossibilidade jurídica do pedido de retirada de acionista, com dissolução parcial da sociedade - Carência da ação decretada - Sentença confirmada - Apelo do autor não provido. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Carência da ação decretada - Honorários fixados em R\$ 300,00 - Elevação da honorária para 20% do valor da causa - Apelo da ré provido.¹⁰³

“... No caso em apreço, tem-se que a sociedade anônima, que se pretende liquidar, é de capital fechado, constituída por elementos da mesma família, vale dizer, de irmãos. Trata-se, por conseguinte, de uma sociedade em que o elemento personalista é relevante, ao contrário do que ocorre com as sociedades puramente capitalistas, mormente quando a discórdia estabeleça um impasse insuperável, transformando a sociedade num óbice intransponível à consecução do intuito social. Imperioso acentuar que, embora seja sociedade familiar, ela continua sendo uma sociedade anônima, porque disciplinada e regida pela Lei 6.404/76. Em conclusão: restou demasiadamente comprovado, pelos elementos constantes dos autos, que no dizer de Calamandrei é o mundo do juiz, que não há como subsistir uma sociedade funesta, sem condições de preencher os seus fins, que não traz lucratividade aos seus membros, face ao caráter prejudiciário de suas finanças. Desta forma, outra alternativa não resta senão a liquidação da sociedade, mesmo porque a dissolução parcial é própria das empresas organizadas por quota de responsabilidade limitada. A propósito, colhe-se da jurisprudência:

"COMERCIAL - SOCIEDADE ANÔNIMA - DISSOLUÇÃO PARCIAL - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Nas sociedades anônimas o direito de retirada do acionista é restrito às hipóteses do art. 137 da Lei 6.404/76, apresentando-se impossível o pedido de dissolução parcial de sociedade, próprio das empresas organizadas por quotas de responsabilidade limitada" (Agravado Regimental n. 34120-SP - Rel. Min. Dias Trindade).

"Sociedade anônima - Dissolução Parcial - Inadmissibilidade. A dissolução parcial (figura incompatível com a Lei das Sociedades Anônimas - sociedade que (de natureza fechada, composta por três irmãos) irrelevância - A retirada de sócio deve se dar nos termos da legislação pertinente" (Apelação Cível n. 26.884-4 - Araras - 2ª Câmara de Férias - Janeiro 1998 - Relator - Lineu Carvalho - 17.03.98)

"SOCIEDADE ANÔNIMA - DISSOLUÇÃO - Ruptura da affectio societatis constitui questão que apresenta contornos fáticos, atraindo, assim, a incidência da Súmula 7. A falta de lucratividade ajusta-se a hipótese de dissolução do art. 206, II, "B", da Lei das Sociedades Anônimas, desde que reponte o malogro no intento de lucro (Resp. 164.125/RJ - Relator Min. Ministro Costa Leite).

¹⁰² TJRJ, EI na Ap. Cív. n.º 12372/98, IV Grupo Câm. Cív., Rel. Des. Helena Bekhor, j. 28/04/1999.

¹⁰³ TJSP, Ap. Civ. n.º 084.714-4/8-00, 1ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Alexandre Germano, j. 14/09/1999.

Com essas considerações, nego provimento ao recurso e mantenho a r. sentença hostilizada.¹⁰⁴

A controvérsia também chegou ao STJ, estando bem explicada no voto do eminente Ministro MENEZES DIREITO, cujo trecho abaixo merece ser destacado:

A questão, como de sabença comum, não é tranqüila na doutrina. Na Corte, os precedentes têm levado em consideração os casos concretos. Há precedente da Terceira Turma, Relator o Senhor Ministro **Waldemar Zveiter**, entendendo ser juridicamente impossível o pedido de dissolução de sociedade anônima “*pois a espécie societária admite o direito de recesso do sócio descontente*” (REsp nº 171.354/SP, DJ de 05/02/01). Para esse julgado concorri com o meu voto. Em outra ocasião (REsp nº 247.002/RJ, Relatora a Senhora Ministra **Nancy Andrichi**, DJ de 25/03/02), esta Turma conheceu e proveu o especial entendendo não ser “*plausível a dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado sem antes aferir cada uma e todas as razões que militam em prol da preservação da empresa e da cessação de sua função social, tendo em vista que os interesses sociais não prevalecer sobre os de natureza pessoal de alguns dos acionistas*”. É certo que no seu voto a eminente Relatora considerou não existir impossibilidade jurídica do pedido de dissolução parcial de sociedade anônima, “*que pode ser analisado sob a ótica do art. 335, item 5, do Código Comercial, desde que diante das peculiaridades do caso concreto*”. Mas, o fato é que não se admitiu a dissolução. Na Quarta Turma, Relator para o Acórdão o Senhor Ministro **Cesar Asfor Rocha** (REsp nº 111.294/PR, DJ de 28/05/01), há precedente, considerando as peculiaridades da espécie, admitindo a dissolução. Considerou o voto condutor do Acórdão a circunstância de ser sociedade envolvendo grupo familiar, sendo a afeição pessoal reinante entre eles o elemento preponderante para o recrutamento dos sócios, com o que possível a quebra da **affectio societatis**, relevando, também o fato de não haver distribuição de dividendos, por longos anos. Ficou vencido o eminente Ministro **Barros Monteiro**.¹⁰⁵

Os primeiros casos a chegarem ao STJ tiveram por conclusão a impossibilidade jurídica do pedido de dissolução parcial das sociedades anônimas. No entanto, conforme novos casos foram sendo levados a julgamento, os Ministros das 3ª e 4ª Turmas deste tribunal superior manifestavam-se ora a favor ora contrariamente à dissolução parcial, tendendo a 4ª Turma mais pela primeira posição, e a 3ª mais pela segunda.

A questão foi, pela primeira vez, levada à decisão de 2ª Seção do STJ quando do julgamento do EREsp nº 111.294, em 28 de junho de 2006. Na

¹⁰⁴ TJMG, Ap. Civ. 290.800-1, 3ª Câm. Civ. Tribunal de Alçada, Rel. Des. Kildare Carvalho, j.16/02/2000.

¹⁰⁵ STJ, REsp nº 419.174/SP, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 28/10/2002.

ocasião, venceu, por cinco votos a quatro, a posição de que é possível dissolver parcialmente sociedades anônimas, desde que sejam estas constituídas com caráter familiar e haja a quebra da *affectio societatis*:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. QUESTÕES PRELIMINARES. SUBSTABELECIMENTO. RENÚNCIA DO ADVOGADO SUBSTABELECENTE. CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO SUBSTABELECIDO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. MORTE DE UM DOS RÉUS. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS APÓS O ÓBITO. DESCABIMENTO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. MÉRITO. DIREITO COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. GRUPO FAMILIAR. INEXISTÊNCIA DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS HÁ VÁRIOS ANOS. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. DISSOLUÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE (grifou-se).¹⁰⁶

As poucas decisões que seguiram ao julgamento da 2ª Seção acima citado acompanharam esse posicionamento, embora havendo ressalvas em votos cujos Ministros proferem sua posição contrária, mas acatam a posição do STJ em favor da segurança jurídica.¹⁰⁷

Dentre elas, ressalte-se que a Segunda Seção do STJ voltou a posicionar-se no sentido de que é possível se decretar a dissolução parcial de pequenas e médias sociedades anônimas familiares, quando houver quebra da *affectio societatis*:

COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE AFFECTIO SOCIETATIS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA.

I. A 2ª Seção, quando do julgamento do EResp nº 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da **affectio societatis**.

II. Embargos conhecidos e providos, para julgar procedente a ação de dissolução parcial.¹⁰⁸

¹⁰⁶ STJ, EREsp nº 111.294/PR, 2ª Seção, Rel. Min. Castro Filho, j. 28/06/2006. A propósito, votaram a favor da dissolução parcial os Ministros Castro Filho, Nancy Andrighi, Hélio Quaglia Barbosa, Humberto Gomes de Barro e Cesar Asfor Rocha. Em contrário, posicionaram-se Massami Uyeda, Ari Pargendler, Menezes Direito e Jorge Scartezini.

¹⁰⁷ Ver STJ, REsp nº 651.722/PR, 3ª T., Rel. Min. Menezes Direito, d.j. 25/09/2006; e, ainda, STJ, EResp nº 419.174, 2ª Seção, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, d.j.28/05/2008.

¹⁰⁸ STJ, EResp nº 419.174, 2ª Seção, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, j. 28/05/2008.

Note-se, contudo, que, apesar de o relator do caso, Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, afirmar que a matéria está pacificada, o Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, em seu voto, muito embora acompanhe o relator, para que se possa proporcionar segurança jurídica, ressalva que seu posicionamento pessoal é contrário à dissolução parcial das sociedades anônimas, em razão da sua natureza institucional, bem como da taxatividade das hipóteses de recesso.

Verifica-se, portanto, que não há unanimidade na matéria, ainda que a jurisprudência recente do STJ caminhe no sentido de admitir, excepcionalmente, a dissolução parcial das sociedades familiares, quando formadas *cum intuitu personae*. Este posicionamento, extremamente perigoso, fundamenta-se sobretudo no fato de ser possível a constituição de companhias com caráter pessoal, baseadas, portanto no vínculo existente entre os acionistas, que, quando deixa de existir, pode levar à sociedade à impossibilidade de execução do seu fim social.

A seguir, serão analisados os argumentos utilizados pelos tribunais e pela doutrina para resolver a questão.

3.2. Posicionamento Favorável

3.2.1. A Existência de Sociedades Anônimas com Caráter *Intuitu Personae*.

Uma vez que se considera possível a existência de sociedade anônima constituída *cum intuitu personae*, mormente em casos de companhias de capital fechado e com estrutura familiar, levanta-se a hipótese de dissolvê-la parcialmente, estendendo-se o instituto criado para as sociedades contratuais às anônimas. Explica FONSECA:

Com efeito, sendo a sociedade anônima de natureza familiar, fechada, constituída *intuitu personae*, já não são poucas as decisões pretorianas que permitem a retirada do sócio, determinando a apuração de haveres como se dissolução total se tratasse, com plena verificação física e contábil dos valores do ativo. Essa tendência jurisprudencial, que hoje se acentua, começou timidamente em São Paulo...

Essa tendência, que começou timidamente, hoje se mostra pacificada. Requerida pelo acionista de sociedade anônima familiar fechada, a dissolução total, os tribunais não hesitam em conceder a dissolução parcial, permitindo, apenas, a retirada do acionista, o qual receberá os seus haveres como se de dissolução total se cuidasse.¹⁰⁹

Se não é verdade que a questão está pacificada, como já foi demonstrado acima, pode-se de fato dizer que a jurisprudência vem tomando esse rumo:

“Destarte, a afirmação de que não se devem aplicar às sociedades anônimas, por serem organizadas sob o princípio de *intuitu pecuniae*, normas e critérios próprios das sociedades erigidas consoante o *intuitu personae*, deve ser recebida com temperamento exatamente porque há hipótese, como a retratada nestes autos em que o elemento preponderante quando do recrutamento dos sócios para a constituição da sociedade foi a afeição pessoal que reinava entre eles.¹¹⁰

“SOCIEDADE COMERCIAL. COMPANHIA FECHADA. PEDIDO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL. ADMISSIBILIDADE. PESSOA JURÍDICA CONSTITUÍDA POR FAMILIARES. EM VIRTUDE DE DESENTENDIMENTO EM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO RECEBIDO POR SUCESSÃO HEREDITÁRIA. RELEVÂNCIA DO VÍNCULO PESSOAL ENTRE AS PARTES. FIGURA DA 'SOCIEDADE ANÔNIMA PERSONALISTA OU DE PESSOAS'. INCONTROVÉRSIA A RESPEITO DA QUEBRA DA 'AFFECTIO SOCIETATIS'. POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DA MEDIDA DE DISSOLUÇÃO PARCIAL EM ANALOGIA ÀS SOCIEDADES DE PESSOAS. PRECEDENTES DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS. RECURSO PROVIDO.¹¹¹

“SOCIEDADE ANÔNIMA - DISSOLUÇÃO PARCIAL - PERDA DA *AFFECTIO SOCIETATIS* - EMPRESA DE CARÁTER FAMILIAR - PEDIDO JURIDICAMENTE POSSÍVEL - VIA ADEQUADA – RECURSO DESPROVIDO. Admite-se a possibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima fechada de caráter estritamente familiar fora das hipóteses do art. 206, da Lei nº 6.404/76, principalmente pela quebra da *affectio societatis*. Reconhecida a possibilidade jurídica do direito de recesso com a dissolução parcial da sociedade por motivo de perda da *affectio societatis*, a via escolhida é adequada para essa finalidade, e permitirá a apuração do valor real do patrimônio social e, por conseguinte, os haveres da agravante, posto que, dada a própria natureza da sociedade (fechada), as ações não são admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão.¹¹²

¹⁰⁹ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Dissolução Parcial. *Revista do advogado – Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: AASP, nº 57, jan. 2000, p. 72.

¹¹⁰ STJ, EDcl no REsp nº 419.174-SP, 3ª T., Rel. Min. Menezes Direito, DJ de 24/02/2003.

¹¹¹ TJSP, AP. Civ. Nº 633.050-4/3-00, 6ª Cam. Direito Privado, Rel. Des. Vito Gugliemi, d.j. 23/04/2009.

¹¹² TJSP, AI nº 236.462.4/9, 9ª Cam. Direito Privado, Rel. Des. Ruiter Oliva, d.j. 30/04/2002.

O que se verifica, pela análise dos julgados acima, é que muitas vezes as características de sociedades de pessoa e sociedades de capital são confundidas com a distinção entre sociedades limitadas e anônimas. Essa confusão se dá em razão da antiga classificação dos tipos societários mencionados pelo critério da prevalência da pessoa dos sócios ou do capital, conforme explicado no Capítulo 2. Por essa razão, já se chegou ao extremo de considerar que a sociedade anônima de pessoas não tem previsão legal:

Admitida, de toda sorte, a quebra da *affectio societatis*, de rigor a dissolução parcial da sociedade, com a determinação para a apuração dos haveres do sócio dissidente, na esteira do entendimento doutrinário aqui sumariado, "*mesmo na ausência de disposição legal ou convencional específica*" (cf: COMPARATO, Fábio Konder, Op. cit.: *Restrições...*, p. 70) por se cuidar, justamente, de modelo societário específico - "sociedade anônima de pessoas" - não previsto em lei, malgrado de existência admitida, de forma ampla, pela doutrina e pela jurisprudência pátrias.

É essa, precisamente, a solução dada, na doutrina, por RENATO VENTURA RIBEIRO (Op. cit., *A Lei de Sociedades...*, p. 218-219) ao comentar a necessidade de regulação própria das chamadas sociedades anônima de pessoas e defender a aplicação subsidiária das normas atinentes às sociedades tipicamente de pessoas a esse modelo societário, enquanto não editado o aludido conjunto normativo específico; conclusão, aliás, já adotada largamente pela jurisprudência (cf.: STJ - EREsp 111.294/PR - Segunda Seção- Rei. Min. Castro Filho - j . 28.06.2006).¹¹³

Tal idéia é totalmente descabida, já que há uma lei de regência das sociedades anônimas, que deve ser aplicada independentemente da subespécie de companhia de que se trata. Muito embora a Lei das S.A., em razão do contexto em que foi editada, tenha se preocupado com a regência das sociedades de capital, nem por isso deixou de estipular regras para as companhias *cum intuitu personae*.

Na mesma linha de pensamento, também foi dito que a sociedade anônima formada *cum intuitu personae*, embora seja revestida da forma de sociedade anônima, é, na realidade, uma sociedade limitada. Veja-se, a respeito, os votos abaixo:

¹¹³ TJSP, AP. Civ. N° 633.050-4/3-00, 6ª Cam. Direito Privado, Rel. Dês. Vito Gugliemi, d.j. 23/04/2009.

“Nossa jurisprudência aplica, com temperamentos, essa regra. É que, em determinadas circunstâncias, verifica-se que embora formalmente intitulada como sociedade anônima, a pessoa jurídica, na prática, revela-se uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.¹¹⁴

“É o que se verifica com as sociedades ditas familiares, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas *intuito personae*, já que o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua. Em tais circunstâncias, muitas vezes o que se tem, na prática, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima, sendo, por conseguinte, equivocado querer generalizar as sociedades anônimas em um único grupo, com características rígidas e bem definidas.¹¹⁵

Com todo o respeito devido, afigura-se completamente equivocada a justificativa da dissolução parcial com base na idéia de que a sociedade anônima familiar é, na realidade, uma sociedade limitada. Em primeiro lugar, porque podem existir sociedades limitadas *cum intuitu pecuniae*. E, em segundo lugar porque as sociedades anônimas *cum intuitu personae* possuem regras próprias. Ora, se têm as partes a opção de escolher um ou outro tipo, e preferem o primeiro, devem estar cientes de que serão regidas pelas regras especiais que regulam as anônimas.

Se fossem aplicáveis as regras específicas das limitadas a companhias simplesmente por serem familiares, então também seria permitido a estas sociedades vedar a transferência das ações, não distribuir dividendos obrigatórios, ou não nomear peritos quando um acionista integralizasse o capital em bens, o que não poderia ser mais absurdo. Seguir neste caminho é decidir *contra legem*; é rasgar a Lei das S.A. para esta espécie de companhia.

Relembre-se, novamente, que a Lei das S.A., ao ser projetada, levou em consideração a existência de diversos tipos distintos de sociedades anônimas. Compartilhando desta opinião, CHEDIAK argumenta que:

É um erro imaginar que, se determinada sociedade anônima apresenta certo caráter pessoal, estaria tal sociedade desvirtuada e, por conseqüência, estaria afastada do regime jurídico próprio da dissolução das sociedades anônimas e

¹¹⁴ STJ, RESP nº 507.490/RJ, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 13/11/2006.

¹¹⁵ STJ, EREsp nº 111.294/PR, 2ª Seção, Rel. Min. Castro Filho, j. 28/06/2006.

poderia ser aproximada ao regime de dissolução das antigas sociedades contratuais e das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.¹¹⁶

E é exatamente esse erro que leva à opinião de que se aplica a “regra geral” do art. 335, item 5, do Código Comercial nas hipóteses de anônimas com caráter pessoal:

“Não há impossibilidade jurídica no pedido de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado, que pode ser analisado sob a ótica do art. 335, item 5, do Código Comercial, desde que diante das peculiaridades do caso concreto.”¹¹⁷

“Presentes os requisitos, a possibilidade jurídica do pedido está garantida pelo Art. 335, 5, do Código Comercial.”¹¹⁸

No entanto, essa regra nunca foi geral, não sendo de forma alguma aplicável às sociedades anônimas. O Código Comercial expressamente separou as regras das sociedades contratuais daquelas regentes das sociedades anônimas.

Se o art. 335 foi considerado aplicável às sociedades limitadas, tal construção, conforme já explicado, deu-se em razão da inexistência de regras de dissolução para as limitadas no antigo Decreto nº 3.708/19, conjugada com a remissão deste decreto às regras de constituição previstas pelo Código Comercial para as sociedades contratuais. Logo, ainda que se buscasse aproximar as sociedades anônimas das limitadas, em razão do caráter pessoal (o que, diga-se mais uma vez, não está correto), não se poderiam aplicar as regras de dissolução destas àquelas, porque existe um regramento de dissolução próprio para as anônimas.

Ademais, como bem salientado por CHEDIAK, “a dissolução parcial, com a aplicação do art. 335, item 5, do Código Comercial, de que aqui se cuida, não seria aplicável ao caso, por não se tratar de dissolução pela mera vontade de um dos sócios”¹¹⁹. Isso significa que, não sendo possível um

¹¹⁶ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 29.

¹¹⁷ STJ, REsp nº 247.002/RJ, 3ª T. Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 04/12/2001.

¹¹⁸ STJ, REsp nº 507.490/RJ, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 19/09/2006.

¹¹⁹ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 22, nota de rodapé nº 1.

acionista requerer imotivadamente a dissolução social de uma companhia, não há que se falar em aplicação do art. 335, item 5, a este tipo societário.

Afigura-se, portanto, totalmente inadequada a alegação de que o art. 335, item 5, do Código Comercial poderia ser aplicável às sociedades anônimas. E mais ainda aquela que entende que a sociedade anônima de pessoas não possui regramento próprio. Não se pode dizer, de forma alguma, que estejam estas companhias desamparadas, e que, por esta razão, aplica-se-lhes o regramento das sociedades contratuais.

Desta forma, é falha a argumentação de que a dissolução parcial aplica-se às sociedades anônimas de pessoas única e exclusivamente porque estariam estas sociedades não teriam um regramento próprio, ou porque, uma vez que se assemelham às sociedades contratuais, a elas seriam aplicáveis os dispositivos destas. As sociedades anônimas, sejam de pessoa ou de capital, possuem regime especial, que deve ser levado em consideração quando da análise da aplicabilidade do instituto a elas.

3.2.2. A Impossibilidade de Preenchimento do Fim Social

Conforme amplamente explicado ao longo desta monografia, o outro dispositivo que ensejou a criação da dissolução parcial, além do art. 335, item 5, do Código Comercial, foi aquele previsto no art. 336, I, do mesmo diploma. E, segundo este artigo, a sociedade poderia ser dissolvida “mostrando-se que é impossível a continuação da sociedade por não poder preencher o intuito e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser suficiente”.

A mesma regra pode ser encontrada como causa de dissolução das sociedades anônimas, no seu art. 206, II, “b”, com a única diferença de que, para ser requerida, depende de que possua(m) o(s) acionista(s) interessado(s) no mínimo cinco por cento do capital social.

Pela interpretação dada ao art. 336, item I, do Código Comercial, a quebra da *affectio societatis* seria um elemento para a dissolução da sociedade por impossibilidade de consecução do seu fim. Essa construção foi estendida às sociedades anônimas de pessoa, com base no art. 206, II, “b”, da Lei das S.A. Confira-se, a respeito, a opinião de CAMPINHO:

É assim a ruptura da *affectio societatis* elemento que impede a companhia de realizar o seu fim, eis que não pode prosperar uma sociedade em permanente comoção que a faz debilitada e desacreditada. Não pode atingir seu objeto a companhia pertencente a acionistas divididos, em constante clima de hostilidade.¹²⁰

E, ainda, CARVALHOSA:

Sempre tendo em vista a *causa eficiente* e a *causa final* da dissolução judicial no caso da impossibilidade de a companhia preencher o seu fim, anota-se a construção pretoriana de assimilação às sociedades anônimas de origem familiar, e, portanto, fechadas, da figura da *affectio societatis*. Assim o Tribunal de Justiça de São Paulo (5ª Câm., AP. 3.345-1, j. 21-5-1981, v.u.): “A discórdia entre acionistas em sociedade anônima constituída por elementos da mesma família e, ainda, a impossibilidade de atingir seus objetivos e os prejuízos justificam sua dissolução”. Da decisão consta o voto do relator, Des. Joaquim Francisco: “Se, de um lado, como sociedade comercial, não é lucrativa e, como sociedade familiar, não mais atende ao grupo minoritário, em termos de uso, gozo, fruição, frustrado está, a altura, o motivo da sua constituição e há de concluir-se como irreversível a quebra da *affectio societatis*. É que, sob qualquer dos prismas, não está podendo a apelada preencher os objetivos sociais expressos, comerciais e implícitos, familiares, separada ou conjuntamente. A espécie, pois, é daquelas em que ‘a discórdia entre os sócios pode tornar-se causa determinante da inexecutabilidade do fim social, justificando a dissolução da sociedade.’¹²¹

Por esta razão, parte da jurisprudência vem se posicionando no sentido de que, para haver dissolução parcial de sociedade anônima, não basta a quebra da *affectio societatis*, já que o art. 335, 5, do Código Comercial, ou o art. 1029 do Código Civil, não se aplicam a ela.

A dissolução parcial dependeria, assim, de que tal rompimento acarretasse o não preenchimento do fim social. A dissolução judicial da companhia por não preenchimento do seu fim social é, portanto, a única causa de dissolução que poderia vir a ensejar a dissolução parcial. No

¹²⁰ CAMPINHO, Sérgio, op. cit., p. 359.

¹²¹ CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. Vol 4, tomo I. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 68/69.

entanto, também não é possível se entender dessa maneira, pelas razões que são expostas a seguir.

Para saber qual o limite da dissolução por não preenchimento do fim social, faz-se importante esclarecer o significado da expressão “fim social”, sendo certo que existe uma grande controvérsia acerca do tema, que divide doutrina e jurisprudência.

A corrente que vem ganhando voz no campo pretoriano, entende que a sociedade está impossibilitada de preencher seus fins quando não gera lucros, ou não distribui dividendos, uma vez que toda sociedade anônima deve possuir finalidade lucrativa:

“Ficou bem positivado que a mencionada sociedade não está em condições de preencher o seu fim. Durante quase trinta anos não foi distribuído qualquer dividendo, sendo irregular a situação da sociedade quanto aos seus livros obrigatórios. Outrossim, há muitos anos a sociedade paralisou suas atividades, como se vê de várias passagens dos autos. Após a citação para esta ação, os outros acionistas procuraram dar a aparência de vitalidade à sociedade (fls. 202 e seguintes), mas sem sucesso. Aliás, pelo que se vê do balanço exibido às fls. 221, o lucro em 1969 fora de Cr\$ 164,38, e em 1970 foi de Cr\$ 500,98, o que releva a apatia dos negócios sociais.”¹²²

“Como salienta MIRANDA VALVERDE, “somente a empresa de fim lucrativo pode ser objeto de sociedade anônima ou companhia”, donde se conclui: “A sociedade preenche o fim, para que foi constituída, quando realiza lucros, mediante a exploração do seu objeto. A realização de lucros, a serem distribuídos pelos acionistas, é, pois, da essência das sociedades anônimas” (Sociedade por Ações, vol. I, nº 31, págs. 44/45). Ora, o v. acórdão recorrido com apoio no exame das provas, afirma que, por um período de 23 anos, até 1954, foi obtido lucro líquido realmente inexpressivo, ou seja, o lucro médio de Cr\$ 3.000,00 anuais, para um capital de Cr\$ 1.200.000,00. E acrescenta: “Reflita-se que foi vendido um total de 2.177 alqueires de terra, no valor de Cr\$ 2.315.025,00, sem que até hoje fossem distribuídos quaisquer dividendos, o que há de levar à conclusão de que, por incapacidade, negligência ou outro motivo, diverso da força maior, a sociedade falhou inteiramente ao seu fim.”¹²³

¹²² STF, RE 83.838/SP, 1ª T., Rel. Min. Soares Muñoz, j. 22/05/1979.

¹²³ STF, RE nº 50.378/ES, 2ª T., Rel. Min. Ribeiro da Costa, j. 25/06/1963. Ressalte-se, aqui, que Miranda Valverde expressamente dispõe que a realização dos lucros ocorre pela exploração do objeto.

PENALVA SANTOS esclarece que “o preenchimento do fim da sociedade é a obtenção de lucro, mediante exercício da atividade que constitui o seu objeto social de distribuir esse lucro aos acionistas”.¹²⁴

COMPARATO, por sua vez, entende que “o objetivo específico do contrato de sociedade é, sempre, a produção e partilha de lucros entre os sócios; ou melhor, a distribuição dos lucros sociais”.¹²⁵ Para ele, “o ‘fim’ mencionado pela lei está a indicar, pois, um elemento permanente da estrutura societária. Esse elemento permanente é o caráter lucrativo da atividade empresarial desenvolvida pela sociedade”.¹²⁶ No entanto, o jurista admite que o fim só pode ser atingido na medida em que é exercida a atividade social:

O “fim” da Companhia, cuja impossibilidade de preenchimento legitima a sua dissolução judicial, é, basicamente, a produção e partilha de lucros. Mas essa lucratividade deve ser apreciada concretamente, em função do efetivo exercício da atividade empresarial definida no estatuto como sendo o objeto da companhia.¹²⁷

Não obstante, é importante salientar que a simples não distribuição de dividendos temporariamente não pode configurar, por si só, a dissolução, tampouco a não produção provisória de lucros, uma vez que podem configurar-se como estratégia da sociedade ou como resultado de um contexto econômico desfavorável. Quando a sociedade tiver meios para se recuperar, não se deve decretar a sua dissolução. Veja-se, a respeito, os acórdãos abaixo:

“Sendo certo, portanto, que a sociedade tem condições de sobrevivência e que é de interesse público a conservação e permanência das empresas comerciais em geral, deixa de ter relevo, quanto à dissolução, a não distribuição de dividendos, explicável pela situação econômica-financeira difícil que a sociedade tem atravessado. E tal como ressaltou a sentença, as irregularidades apuradas, cuja

¹²⁴ SANTOS, J.A. Penalva. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. in *ADV advocacia dinâmica: seleções jurídicas*, n.8, ago./set. 2002, p. 10.

¹²⁵ COMPARATO, Fabio Konder. *Direito Empresarial*. 1 ed., 2 tiragem. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 151.

¹²⁶ COMPARATO, Fabio Konder. Reflexões sobre a dissolução judicial de sociedade anônima por impossibilidade de preenchimento do fim social. in *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, vol. 96, p. 69.

¹²⁷ Idem, p. 72.

existência o perito desta Eg.Câmara confirmou, também não servem de fundamento à dissolução, senão somente à irrogação de responsabilidades.

(...)

Com relação ao acórdão proferido no Recurso Extraordinário número 20.023, a semelhança é nenhuma, pois ali se trata de sociedade que passou 25 anos sem dar lucro, fato que aqui não ocorre, eis que a situação difícil da sociedade, já superada, ocorreu por fato do recorrente.¹²⁸

“A outra questão diz com a apontada falta de lucratividade. É incontestável que isso ajusta-se à hipótese legal de dissolução que se acha em causa, desde que reponte o malogro no intento de lucro, que move as sociedades comerciais. O fundamento em que se estabeleceu o acórdão, no particular, não evidencia isso, apontando antes causa conjuntural, tanto assim que afirmou encontrarem-se outras empresas na mesma situação.”¹²⁹

“Analisarei inicialmente a alegação de negativa de vigência aos arts. 2º e 138, b, do DL. 2.627/40.

Estou em que a esses dispositivos legais o acórdão recorrido deu interpretação razoável, pois considerou que a sociedade comercial tem possibilidade de recuperação e, por esse motivo, negou a dissolução.”¹³⁰

Na doutrina, destaque-se a opinião de PENALVA SANTOS:

[A impossibilidade de realizar lucro] pode decorrer de causas internas geradoras de ausência de distribuição de dividendos. Decorre da inexistência de lucros ou falha de recursos financeiros, mas a incapacidade financeira de pagar dividendos, em regra é transitória, pois é difícil imaginar uma companhia lucrativa impossibilitada, por longo prazo ou de modo permanente, de distribuir dividendos.¹³¹

Para PENTEADO, não se pode confundir a ausência de produção de lucros com a não distribuição dos mesmos:

Há, a respeito, longa discussão em torno do intuito ou fim social e sua conexão com os conceitos de lucro e dividendo, a partir da inteligente colocação do saudoso Professor Mauro Brandão Lopes, segundo a qual é “à sociedade (que) se referem os conceitos de fim social e lucro e aos sócios o conceito de dividendo, sem possibilidade de intercâmbio. Essa distinção desmascara a costumeira confusão entre a produção do lucro e a sua distribuição, ou ainda entre a titularidade imediata do lucro, que é daquele que o produz, e a sua distribuição parcial a outros, que a ela possam ter eventualmente direito; é esta confusão que

¹²⁸ Acórdão proferido pelo TJ do antigo Estado da Guanabara, confirmado pelo STF, no AI nº 64.999-RJ (AgReg), 1ª T., Rel. Min. Bilac Pinto, d.j. 12.03.1976.

¹²⁹ STJ, REsp nº 164.125, 3ª T., Rel. Min. Costa Leite, DJ de 03/08/1998.

¹³⁰ STF, AI no AgRg nº 64.999/RJ, 1ª T., Rel. Min. Bilac Pinto, j. 12/03/1976.

¹³¹ SANTOS, J.A. Penalva, op. cit., p. 10.

leva muitos a afirmar erroneamente que o a sociedade não preenche o seu fim, que é o lucro, quando não o distribui”.¹³²

Sendo assim, pode-se afirmar que nem toda a situação de ausência de lucros justifica a dissolução social. Menos ainda quando for caso de não distribuição de dividendos.

Opondo-se à corrente que entende a distribuição de lucros como sendo o fim social, encontra-se aquela que entende por “fim social” a consecução do objeto da sociedade, ou seja, ainda que a sociedade dê lucros, se ela não realizar o objeto previsto em seu estatuto, poderá ser dissolvida. Ou, por outro lado, a companhia que não der lucros, mas que mantiver a execução do objeto social, não poderá ser dissolvida.

O STF, em RE ao qual se negou conhecimento, descreve trechos de acórdão do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo em que se entende que o não preenchimento do objeto social, ainda que lucrativa a sociedade, importa na sua dissolução:

O fulcro maior da questão está em saber-se se só o fato de a sociedade dar lucros implica na conclusão de que está atingindo a seus fins, porque “o fim da sociedade é a obtenção de lucros, repartíveis entre os sócios, através da atividade traçadas nos estatutos, isto é, da realização do objeto social” (Jayro Franco, *in* comentário publicado na “Revista de Direito Mercantil”, vol. 6, pág. 589).

Ora, no caso, foi a ré constituída para a exploração industrial e comercial do papel e do papelão (artigo 2º dos estatutos). Entretanto, desde o início, em 1955, afastou-se do objeto social, transformando-se em mera administradora de um imóvel, por ela construído e onde foi integralmente aplicado seu capital. (...)

Em suma, repetindo o que foi dito pelo digno prolator da decisão de primeiro grau, apesar do lucro que a sociedade tem dado, não se pode negar que está impossibilitada de preencher o seu fim, justificando-se, pois, a sua liquidação com fundamento no art. 138, letra “b”, da Lei nº 2.627, de 1940.¹³³

No mesmo sentido, a sentença prolatada por juízo do Rio de Janeiro e confirmada pelo Tribunal de Justiça deste estado e pelo STF:

Ora, acenam os réus com a existência de lucros para argumentar que a sociedade está viva e forte podendo preencher o seu fim. Mas a prova dos autos, em

¹³² PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 216.

¹³³ STF, RE nº 75.957/SP, 1ª T., Rel. Min. Oswaldo Trigueiro, j. 10/04/1973.

verdade, não autoriza uma conclusão tão otimista. Ao contrário, tendo como fonte única de receita, como registrado no laudo pericial, alugueres de imóveis próprios, em edifício situado no centro da cidade, parece a sociedade muito distante da perseguição do fim a que se propôs, bastante diverso, de comércio e fabricação, por conta própria, de máquinas e equipamentos industriais. Ressalte-se, neste passo, que a sociedade não possui local apropriado para atingir àquele fim, nem dispõe do equipamento técnico necessário. De mais a mais, o temor da minoria dissidente, representada pelos autores, no que tange à administração da sociedade e ao futuro do seu patrimônio nada tem de irreal.¹³⁴

A propósito, neste mesmo julgado, o ilustre Ministro Moreira Alves faz referência à controvérsia ora estudada, decidindo que “saber se no conceito de fim da sociedade está abrangido o objeto dela é questão de interpretação, não se podendo pretender que a que responde afirmativamente seja desarrazoada”.

Veja-se, ainda, os seguintes acórdãos:

“Entre os comercialistas se distinguem os casos de impossibilidade originária quanto ao objeto, da impossibilidade superveniente, na especial hipótese da discórdia entre os sócios, admitindo-se esta, como razão de relevância quando se torna impossível atingir o objetivo social, ou a consecução dos fins da sociedade.

Só nestes casos, tomados em sentido objetivo, se poderá entrever a impossibilidade de consecução dos fins sociais, conforme bem expõe Di Gregório, notando-se que Soprano admitia como motivo de impossibilidade absoluta a discordância ou dissídio entre os sócios, somente nas hipóteses de divergência insanável e que paralise a atividade social.

(...)

A cessação ou inexistência de *affectio societatis*, mesmo para aqueles como Valverde, que a reputam existente nas sociedades de capital, atenta à harmonia ocorrente, em relação à maioria. E a lei deixa claro que esse elemento subjetivo é mínimo nas sociedades de capital, armando a minoria de meios de defesa outros, contra os abusos da maioria.

Demais, a existência da sociedade sobreleva e se superpõe aos interesses pessoais dos sócios, mormente nas sociedades anônimas, cuja denominação bem esclarece o sentido e tipo de tais sociedades.

Há de ser encarado o objeto e fim útil da sociedade à economia interna do país, como, ainda, elementos outros a ela ligados: interesses de terceiros, contratos de fornecimento, créditos, relações de emprego, etc.¹³⁵

¹³⁴ STF, AI nº 93.337-9 (AgRg), 2ª T., Rel. Min. Moreira Alves, j. 20/09/1983.

¹³⁵ TJDF, Ap. Civ. Nº 8.571. Alberico Leimig *versus* Produtos Químicos e Farmacêuticos Riedel S.A. Rel. Des. Sadi Cardoso de Gusmão, d.j. 27.11.1951. In SANTOS, Teóphilo de Azeredo. *Sociedades Anônimas – Prática, Jurisprudência, Legislação*. Rio de Janeiro: Forense, 1959, p; 129/130.

“À evidência, para a dissolução da sociedade, parcial ou total, de rigor, a existência de motivo relevante, mas, os autores, ora apelados, não lograram comprovar a irrealizabilidade do objeto social, nos termos do art. 206, II, “b”, da Lei nº 6.404/76.”¹³⁶

“Não se justifica a dissolução de uma sociedade anônima pelo fato de não estar gerando lucros porque o mercado têxtil, como os demais são sensíveis aos movimentos econômicos.

(...)

O objetivo social é a produção.”¹³⁷

Na doutrina, destaque-se os dizeres de CHEDIAK, para quem o fim social “não é a mera distribuição de lucros, mas sim a consecução do objetivo social. Esse entendimento parece corroborado pelo teor do art. 1034, II, do novo Código Civil”¹³⁸.

Do mesmo modo entende BORBA:

A dissolução por decisão judicial verifica-se nos casos de falência (em que se adotarão os procedimentos previstos na legislação própria), irregularidade capaz de anular a constituição da sociedade (em que se procederá mediante requerimento de qualquer acionista) e inviabilidade da empresa (em que se procederá por iniciativa de acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social).¹³⁹

Também se pode extrair essa posição das palavras de COELHO DA ROCHA:

O princípio matricial que enseja a simples denúncia unilateral se assenta no velho Código Comercial, ao qual não se reportam de toda forma as companhias, daí porque excluídas elas desta específica oportunidade de retirada dos sócios.

Para as sociedades anônimas e seus acionistas descontentes sobraría nessa hipótese a radical demonstração do fim do objeto societário.¹⁴⁰

E, ainda, parecem entender desse modo TAVARES GUERREIRO e LACERDA TEIXEIRA:

¹³⁶ TJSP, Ap. Civ. nº 099.972-4, 8ª Câ., Rel. Des. Zélia Maria Antunes Alves, j. 19/03/2001.

¹³⁷ TJSP, Ap. Civ. nº 139.172-4, 8ª Câ., Rel. Dês Nivaldo Balzano, j. 11/06/2003.

¹³⁸ CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 22, nota de rodapé nº 1.

¹³⁹ BORBA, op. cit., p. 478.

¹⁴⁰ ROCHA, João Luiz Coelho da. A Dissolução parcial de sociedade holding. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT. Ano XXXVI, n. 109, jan/mar 1998, p. 99.

O que sucede, afinal, é que cessa, com a dissolução, a razão de ser da companhia, ou seja, a persecução de seu objeto social, o empreendimento de fins lucrativos definido no estatuto como a finalidade a ser alcançada pela associação de capitais.

(...)

Como medida extrema que é, a dissolução há de ser rigorosamente disciplinada pela lei, não se permitindo, nessa matéria, ampliações ou extensões de natureza analógica. Assim, por exemplo, a mera dificuldade em preencher o objeto social não sujeita a sociedade à dissolução judicial, requerida por acionistas. É preciso que cabalmente se comprove a impossibilidade de serem atingidos os fins sociais (art. 206, II, alínea b).¹⁴¹

A leitura da legislação acerca da dissolução das companhias não esclarece a dúvida. A maioria dos diplomas legais não trouxe maiores explicações. O único que deu algumas indicações foi o Decreto nº 2.711/1860. Por um lado, seu art. 35 trazia como hipóteses de dissolução tanto a impossibilidade de preenchimento do “intento e fim social” como a extrapolação do “círculo de suas operações, traçados pelos seus Estatutos” ou a sua direção “de um modo contrário às condições e regras por ele estabelecidas”. Isso poderia levar à interpretação de que o fim social difere do círculo de operações da sociedade, que dá a entender ser o seu objeto social.

Por outro lado, pode-se verificar que o art. 27, parágrafo 2º, item 1º, do mesmo decreto, falava na verificação de ser “o fim social” contrário aos bons costumes. Nesse sentido, só é possível conceber a idéia de fim social como sendo o seu objeto, posto que impossível se imaginar a obtenção de lucros “contrária aos bons costumes”.

A análise de alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros parecem tender a essa posição. A Lei Argentina (Lei 19.550, de 1972), por exemplo, prevê em seu art. 94 que a impossibilidade de execução do objeto social é causa de dissolução:

¹⁴¹ TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky, 1979, p. 614/616.

Artículo 94 - La sociedad se disuelve: 1. Por decisión de los socios. 2. Por expiración del término por el cual se constituyó. 3. Por cumplimiento de la condición a la que se subordinó su existencia. 4. Por consecución del objeto para el cual se formó, o por la imposibilidad sobreviniente de lograrlo. 5. Por pérdida del capital social. 6. Por declaración en quiebra. La disolución quedará sin efecto si se celebrare avenimiento o concordato resolutorio. 7. Por su fusión en los términos del Artículo 82. 8. Por reducción a uno del número de socios, siempre que no se incorporen nuevos socios en el término de tres meses. En este lapso el socio único será responsable ilimitada y solidariamente por las obligaciones sociales contraídas. 9. Por sanción firme de cancelación de oferta pública o de la cotización de sus acciones.¹⁴²

E, ainda, segundo CARVALHOSA:

A hipótese é prevista no referido art. 2.448 do Código Civil italiano, ao dispor que a sociedade se dissolve “per il conseguimento dell’oggetto sociale o per la sopravvenuta impossibilita di conseguirlo”.

Também o art. 150 da lei societária espanhola prevê a dissolução da companhia “que por uma o otras razones sea imposible la realización de los fines sociales, bien por razones externas, bien por motivos de orden interna”.¹⁴³

O autor, por sua vez, procura conciliar os dois conceitos:

O termo “fim” tem duplo alcance, querendo, de um lado, significar a atividade empresarial estabelecida no estatuto (objeto social), e, no sentido teleológico, a meta de toda companhia, qual seja, a produção de lucros compatíveis e distribuíveis aos acionistas. Tanto na primeira hipótese como na segunda, não alcançando a companhia o seu fim, cabe o pedido judicial de sua dissolução.

Temos assim, dois elementos fundamentais para a permanência da companhia: o primeiro, de natureza objetiva, de ser ela lucrativa. O segundo, de ser a companhia capaz de atender o direito subjetivo do acionista de receber parcela compatível e proporcional ao lucro apurado, sob a forma de dividendos. A insatisfação desse direito subjetivo de receber dividendos compensatórios e compatíveis com o lucro apurado, na forma estabelecida nos estatutos sociais e na lei (art. 17, na redação dada pela Lei n. 9.457/97, e arts. 201 a 205), outorga ao acionista, dentre outros direitos, o de requerer a dissolução da companhia.

Logo, dois serão os fundamentos do requerimento de dissolução: a incapacidade objetiva da companhia de produzir lucro e a negativa de distribuir aos acionistas dividendos compatíveis com o lucro apurado.¹⁴⁴

Na opinião da autora, pode-se entender que o objeto da sociedade é seu fim imediato, enquanto que os lucros a serem auferidos pela sociedade podem ser entendidos como um fim mediato, uma vez que decorrerão do

¹⁴² Disponível em <<http://digesto.comodoro.gov.ar/NORMATIVA/LEY/LEY-19550.htm>>. Acessado em 01/06/2009.

¹⁴³ CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. Vol 4, tomo I. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 71.

¹⁴⁴ Idem, p. 65/66.

exercício da atividade social. Contudo, o fim social previsto como causa de dissolução deve ser interpretado no sentido de consecução do seu objeto social.

Isso porque dispõe a lei que a sociedade deve ter por objeto empresa com fim lucrativo (art. 2º), o que significa dizer que o fim da sociedade é a empresa que constitui o seu objeto, e é essa empresa que deverá ter por fim a lucratividade. Sendo assim, se os acionistas possuem o interesse individual de auferir lucros, a sociedade tem por fim o seu objeto social, a atividade da empresa para a qual foi constituída, que, caso seja bem sucedida, levará à produção de lucros.

Cite-se importante explicação da TAVARES GUERREIRO e LACERDA TEIXEIRA:

A reiterada e prolongada ausência ou insuficiência de dividendos pode representar indício da incapacidade da sociedade para atingir seus fins e constitui freqüente motivação para pleitos dissolutórios formulados por acionistas descontentes. Mas, por outro lado, não há critério seguro para determinar qual o período necessário a comprovar a inviabilidade do empreendimento. Se, de um lado, o objeto da companhia há de ser a empresa *de fim lucrativo* (art. 2º), inscrevendo-se como direito essencial a prerrogativa de o acionista *participar nos lucros sociais* (art. 109, inciso I), não se pode deixar de reconhecer que determinados empreendimentos reclamam longo prazo de manutenção para o retorno do investimento, sob a forma de dividendos. A lei, em mais de um ponto, levou em conta essa realidade, como, por exemplo, no § 3º do art. 111 e no art. 196. Inexistem, na matéria, regras objetivas, de sorte que cada caso há de ser considerado em sua especificidade concreta. A esse propósito lembra CUNHA PEIXOTO decisão do Supremo Tribunal Federal que deu pela inviabilidade de companhia que permaneceu vinte e cinco anos sem produzir lucro, o que evidentemente é um caso extremo.

Há, porém, hipóteses em que a impossibilidade de preencher o fim social podem apresentar-se com maior clareza. Assim, por exemplo, se o objeto social exige, para ser alcançado, uma qualificação especial que a companhia vem a perder (e.g., o controle por brasileiros) é evidente que o empreendimento se torna inviável. O mesmo se diga de sociedade que produza materiais que posteriormente se tornam de comercialização vedada por lei especial, ou de companhias que se dediquem exclusivamente à importação de produtos em relação aos quais desapareça a demanda interna, por qualquer motivo. Ainda assim há que se considerar a possibilidade oportuna de mudança de objeto, com *quorum* qualificado e direito de retirada (arts. 136 e 137).¹⁴⁵

¹⁴⁵ TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre, op. cit., p. 626/627.

Pode-se concluir, pois, que o termo “fim social” aproxima-se antes da sua concepção como objeto social do que de seu entendimento como ausência de lucros, já que esta situação pode decorrer de diversas especificidades que nem sempre estão aptas a gerar a dissolução.

Esse entendimento é o que melhor se adéqua à sistemática da Lei das S.A., uma vez que esta prevê outras formas de proteção ao interesse dos acionistas de receber lucro, como, por exemplo, a obrigação de distribuição de dividendos obrigatórios (art. 202) e a responsabilidade do acionista em exercer o direito de voto no interesse da companhia, sendo considerado abusivo o voto exercido com o intuito de prejudicá-la ou aos demais acionistas (art. 115, caput).

No mais, deve-se ter em vista o caráter institucionalista da lei, pelo qual a sociedade tende à perenidade, o que também leva a entender que a não produção de lucros em razão de contexto prejudicial, ou por se tratar de objeto que só gera retorno a longo prazo, não pode acarretar a sua dissolução. Por outro lado, se o objeto para o qual a companhia foi pensada não tem mais condições de ser levado adiante, não há motivos para a sua permanência.

Logo, a ausência de lucros poderá causar a dissolução, desde que acompanhada da inviabilidade de realização das atividades que formam o objeto social da companhia, ou a sua empresa.

Assim, a não produção de lucros em razão da quebra da *affectio societatis* não pode, pura e simplesmente, acarretar a dissolução total, visto que o critério temporal de longos anos sem distribuição de lucros somente pode ser alegado se acompanhado da inviabilidade da empresa. Sendo assim, se é impossível o pedido de dissolução total nesse caso, mais ainda será no de requerimento da dissolução parcial com base nesse argumento.

Note-se que, no caso do rompimento do vínculo social entre os acionistas impedir a companhia de gerar lucros, pode-se resolver o problema com a saída do acionista ou grupo de acionistas que está em confronto com os demais, uma vez que os acionistas remanescentes poderiam retomar seus investimentos na companhia. Em caso de prejuízo aos acionistas descontentes, é possível responsabilizar os demais, se responsáveis por esse prejuízo.

Já em caso de não produção de lucros em razão da impossibilidade de atingir o objeto social, de nada adiantaria a saída de alguns acionistas, posto que o objeto permaneceria inativo. Assim, a falta de lucratividade só pode ser tida como causa de dissolução quando aliada à impossibilidade de realização do objetivo social. E esta impossibilidade não dá ensejo à dissolução parcial, uma vez que o princípio que a fundamenta – a preservação da empresa – não mais se impõe, já que a empresa que é vislumbrada como objeto pereceu.

Ressalte-se que, de acordo com o direito falimentar, o princípio da preservação da empresa deve ser levado em conta somente quando esta for viável.

Ademais, caso os acionistas prefiram alterar o objeto, e, portanto, a empresa, de modo a preservar a sociedade, a Lei prevê uma solução específica: caberá ao acionista dissidente retirar-se por meio do direito de recesso, nos termos do art. 136, inciso VI, conjugado com o art. 137, *caput*, da Lei das S.A. E, se esta alteração do objeto se der na pendência de ação de dissolução da sociedade, esta ação perderá seu objeto, tendo em vista que a sociedade não mais possuirá uma empresa impossível de ser exercida, e que o acionista poderá se retirar por meio do recesso.

Demonstrado está, portanto, que o fim social deve ser entendido como a empresa exercida pela sociedade, que é o seu objetivo, posto que essa interpretação é a que melhor se adéqua à sistemática da Lei das S.A. A

dissolução pelo não preenchimento do fim social dependerá, portanto, da inviabilidade do objeto social, que não comporta a dissolução parcial. Confira-se julgado do TJSP:

E a dissolução total da sociedade, tal como determinou a sentença, deve ser mantida. Inexiste motivo plausível para decretar a dissolução parcial da sociedade. Já se decidiu, no Superior Tribunal de Justiça: "É incompatível com a natureza e o regime jurídico das sociedades anônimas o pedido de dissolução parcial, feito por acionistas minoritários, porque reguladas em lei especial que não contempla tal possibilidade" (REsp nº 419.174/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 15/08/2002, DJ de 28/10/02). Não se ignora que recentemente pronunciou-se a Segunda Seção da mesma Corte, no Recurso Especial nº 651.722/PR (Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 25/09/2006, DJ 26.03.2007 p. 233), no sentido de que, diante de particularidades, como a que ocorre na empresa familiar que adota o regime de sociedade por ações, é possível a dissolução parcial, com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e do passivo, tudo para preservar a atividade empresarial e os benefícios sociais dela decorrentes. Nesse mesmo sentido: EREsp nº 111.294/PR, Relator Min. Castro Filho, julgado em 28/6/2006; REsp 507.490/RJ, Relator Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 19/06/2006. Na espécie em exame, contudo, a empresa sequer está em funcionamento. Conforme observou o autor, a sociedade encontra-se dissolvida de fato há muitos anos, cessando suas atividades, não possuindo empregados, não gerando impostos, nada agregando à atividade comercial, de modo que a sua dissolução total não prejudicaria as pessoas direta ou indiretamente beneficiadas pela empresa. Bem por isso, a medida, por si só, também não tem o condão de afetar os rumos da "Aliança Metalúrgica S/A", sociedade controlada cuja dissolução já é objeto de outra ação judicial (processo nº 419410/1991, em trâmite na 30ª Vara Cível do Foro Central).¹⁴⁶

No entanto, não é essa a interpretação que vem sendo dada pelo STJ, e seguida pelos tribunais de justiça, segundo a qual a falta de produção de lucros ou de distribuição de dividendos por longo prazo caracteriza por si só o não preenchimento do fim social, e, quando decorrente ou conjugado com a quebra da *affectio societatis*, as cortes consideram possível o pedido de dissolução parcial:

"Pelas peculiaridades da espécie, em que o elemento preponderante, quando do recrutamento dos sócios, para a constituição da sociedade anônima envolvendo pequeno grupo familiar, foi a afeição pessoal que reinava entre eles, a quebra da *affectio societatis* conjugada à inexistência de lucros e de distribuição de dividendos, por longos anos, pode se constituir em elemento ensejador da dissolução parcial da sociedade, pois seria *injusto manter o acionista prisioneiro*

¹⁴⁶ TJSP, Ap. Civ. nº 483.009-4, 1ª Câ. Dir. Priv., Rel. Des. Elliot Akel, j. 06/05/2008.

da sociedade, com seu investimento improdutivo, na expressão de Rubens Requião.¹⁴⁷

“Percebe-se que essa hipótese, excepcionalíssima, depende da existência de dois requisitos:

- 1) existência de *affectio societatis* como fator preponderante na criação da empresa; e
- 2) quebra dessa *affectio*, conjugada à inexistência de lucros ou falta de distribuição de dividendos por longo período, de forma a configurar que a sociedade não consegue alcançar a sua finalidade.¹⁴⁸

“Sociedade anônima - Dissolução parcial - Pedido da lavra de sócios detentores de mais de 5% do capital social - Fundamento assentado na incapacidade de produção de lucros, na perda da *affectio societatis* e na prática de atos abusivos e ruinosos de gestão, por administradores e controladores - Validade da citação editalícia de alguns acionistas - Configuração de interesse processual, bem como de possibilidade jurídica do pedido - Viabilidade do pleito, quando se cuida de sociedade anônima de capital fechado, de característica familiar, ademais. Quebra da *affectio societatis*, aliada à inexistência de lucros e de distribuição de dividendos, por longos anos, como elemento ensejador da dissolução parcial da sociedade – Dissolução parcial decretada, com pagamento de haveres, consoante o que resultar de perícia, que determinará valor real e atualizado, inclusive ativo imobilizado, para cálculo subsequente da parte devida aos retirantes...”¹⁴⁹

Percebe-se, pois, que se afigura inadequada a interpretação que vem sendo acolhida pelos tribunais, porque não se compactua com o sistema legal das sociedades anônimas. O não preenchimento do fim social deve ser entendido como causa de dissolução da sociedade que não tem mais razão de existir, por inviabilidade da sua empresa, o que, conseqüentemente, causa a não produção de lucros.

O art. 206, II, “b”, da Lei das S.A. não deve, em qualquer hipótese, ser utilizado como causa de dissolução parcial, uma vez que esse pedido não se compatibiliza com o sistema legal das anônimas, sendo, portanto, impossível.

3.2.3. O Princípio da Preservação da Empresa

¹⁴⁷ STJ, REsp nº 111.294/PR, 4ª T., Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 28/05/01.

¹⁴⁸ STJ, REsp nº 507.490/RJ, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 13/11/2006.

¹⁴⁹ TJSP, Ap. Civ. nº 137.674-4/4-00, 10ª Cam. Dir. Priv., Rel. Des. Quaglia Barbosa, j. 4/11/2003.

Se, por um lado, a quebra da *affectio societatis* como causa de dissolução parcial serve para atender aos interesses dos minoritários, a justificativa da preservação da empresa surge como forma de manutenção da sociedade que é desejada pelos demais sócios. Assim como nos casos de dissolução parcial aplicáveis às sociedades simples ou limitadas, argumenta-se que, pelo princípio da preservação da empresa, seria possível dissolver parcialmente uma sociedade anônima, para que ela pudesse continuar operando suas atividades sem o acionista que se retira.

Logo, quando um dos acionistas desejasse a dissolução parcial por quebra da *affectio societatis*, mas os demais tivessem interesse em manter a companhia em funcionamento, a dissolução parcial deveria ser decretada em observância ao princípio da preservação da empresa. Assim entende CAMPINHO:

Destarte, na situação específica de dissolução de uma sociedade anônima fechada, com traço nitidamente personalista, dissolução esta fundada na quebra da *affectio societatis*, pensamos ser plenamente aplicável o instituto da dissolução parcial, porquanto, em conciliação dos múltiplos interesses envolvidos, permite que o sócio dissidente se retire do empreendimento, mediante o justo pagamento de seus haveres, sem que a sociedade e a empresa por ela desenvolvida sofram soluções de continuidade, podendo permanecer com os sócios remanescentes.¹⁵⁰

Na mesma linha, encontra-se FONSECA:

A preservação das sociedades anônimas, muito mais do que o direito de o acionista retirar-se da sociedade, constitui, indubitavelmente, o objetivo primordial pelo qual se prefere, ao decreto da dissolução parcial, a saída do dissidente.¹⁵¹

Vê-se, portanto, que esse princípio é conjugado com os já tratados acima, e, inclusive, fundamenta as hipóteses em que, ao invés de se decretar a dissolução total pelo não preenchimento do fim social, os juízes preferem decidir pela dissolução parcial. Confira-se, a respeito, a opinião de CARVALHOSA:

¹⁵⁰ CAMPINHO, Sérgio, op. cit., p. 361.

¹⁵¹ FONSECA, Priscila Maria M.P. Corrêa da. *Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 85.

Não é apenas o interesse público que leva à construção pretoriana da dissolução parcial. Também têm interesse em salvar a companhia da dissolução os seus acionistas em maioria, que desejam conservá-la e, nela, a atividade empresarial. O princípio do interesse privado funda-se na constatação de que a dissidência de um sócio em minoria não desfaz a convergência do interesse dos demais na continuidade da companhia. Assim, no âmbito dos interesses dos acionistas, prevalece o princípio de que a dissidência de um deles não pode representar a morte da companhia, impondo-se, portanto, sua conservação, por razões públicas e privadas.¹⁵²

Dentre os julgados que tratam do tema, cabe destacar os trechos abaixo:

“... O princípio da preservação da sociedade e de sua utilidade social afasta a dissolução integral da sociedade anônima, conduzindo à sua dissolução parcial.”¹⁵³

“Da mesma forma, não se pode descurar da aplicação do princípio da continuação do negócio ou da preservação da empresa, em razão da função social dessa, porque gera emprego, renda e tributos, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do país. Aliás, há décadas esse princípio vem orientando o Direito Comercial, a ponto de tornar-se um dos objetivos expressos no art. 47 da Lei de Recuperação de Empresas. Portanto, tratando-se de conflitos entre os sócios entre si ou deles com a sociedade, o referido princípio também deve ser observado.”¹⁵⁴

“Em casos tais, porquanto reconhecida a existência da *affectio societatis* como fator preponderante na constituição da empresa, não pode tal circunstância ser desconsiderada por ocasião de sua dissolução. Do contrário, e de que é exemplo a hipótese em tela, a ruptura da *affectio societatis* representa verdadeiro impedimento a que a companhia continue a realizar o seu fim, com a obtenção de lucros e distribuição de dividendos, em consonância com o art. 206, II, “b”, da Lei das S.A., já que dificilmente pode prosperar uma sociedade em que a confiança, a harmonia, a fidelidade e o respeito mútuo entre os seus sócios tenham sido rompidos. A regra da dissolução total, nessas hipóteses, em nada aproveitaria aos valores sociais envolvidos, no que diz respeito à preservação de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento econômico do país. À luz de tais razões, o rigorismo legislativo deve ceder lugar ao princípio da preservação da empresa, preocupação, inclusive, da nova Lei de Falências – Lei nº 11.101/05, que substituiu o Decreto-lei nº 7.661/45, então vigente, devendo-se permitir, pois, a dissolução parcial, com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e passivo. A solução é a que melhor concilia o interesse individual dos acionistas retirantes com o princípio da preservação da sociedade e sua utilidade social, para evitar a descontinuidade da empresa, que poderá prosseguir com os sócios remanescentes.”¹⁵⁵

¹⁵² CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. Vol 4, tomo I. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 22/23.

¹⁵³ STJ, REsp nº 111.294/PR, 4ª T., Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 28/05/01.

¹⁵⁴ STJ, REsp nº 507.490/RJ, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 13/11/2006.

¹⁵⁵ STJ, EREsp nº 111.294, 2ª Seção, Rel. Min. Castro Filho, j. 28/06/2006.

Todavia, este argumento somente faz sentido dentro de outros contextos, seja no caso da regra específica das antigas sociedades contratuais, e ampliada às sociedades limitadas, que permitia a um único sócio dissolver a sociedade imotivadamente, ou no caso atual, em que permite a lei regente (de aspecto essencialmente contratualista) – o Código Civil - que qualquer dos sócios possa se retirar a qualquer momento quando a sociedade for constituída por prazo indeterminado. Nesses casos, faz-se sentir o objetivo da preservação da empresa.

Não é o caso das sociedades anônimas, que nunca possuíram tal regra em sua legislação específica. Isso porque, quando da edição do Código Comercial, conforme já foi demonstrado, as companhias tinham, obrigatoriamente, prazo determinado, e eram regidas por normas diversas daquelas atinentes às sociedades contratuais. Com a evolução legislativa, foi facultada a sua constituição por prazo indeterminado, mas, ainda assim, nunca se abriu a possibilidade de qualquer acionista, imotivadamente, solicitar a dissolução da companhia.

Essa ausência de previsão legal da possibilidade de um sócio requerer a dissolução social justifica-se na medida em que deve se entender a sociedade anônima pelo seu aspecto institucional, ou seja, deve a sociedade sobreviver independentemente da entrada ou saída de acionistas.

Nesse diapasão, verifica-se que, ao se permitir a um ou alguns acionistas requererem a retirada imotivada da sociedade, não se está, de forma alguma, preservando a empresa, já que a estes mesmos acionistas não seria dado o direito de dissolver a sociedade que a executa (como no caso do art. 335, item 5), salvo se estivesse impossibilitada dessa execução, caso em que, conforme já explicado, não haveria empresa para preservar.

3.2.4. O Art. 5º, inciso XX, da Constituição Federal

Muitas das decisões favoráveis à dissolução parcial pautam-se no princípio de que “ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”, disposto no art. 5º, inciso XX, da Constituição Federal.

Este argumento, conforme explicado, serviu de inspiração para permitir a retirada dos sócios das sociedades contratuais, que, por sua vez, não possuíam outros modos de desvincular-se da sociedade, quando por prazo indeterminado.

Assim, por exemplo, preconiza FONSECA:

A falta da *affectio societatis* nas companhias parece não constituir óbice à dissolução parcial das mesmas, porquanto, patenteada a impossibilidade de a sociedade atingir o fim social (em face da não-distribuição de dividendos, por exemplo), não faz sentido que os acionistas a esta fiquem indefinidamente jungidos. Como enfatiza RUBENS REQUIÃO, “*seria injusto manter o acionista prisioneiro da sociedade com seu investimento improdutivo, vendo estiolar-se a companhia*”. Daí por que, aliás, a advertência de ORLANDO GOMES no sentido de que “*o direito do sócio de se retirar da sociedade é irrecusável manifestação da liberdade individual, que não admite a vinculação vitalícia de quem quer que seja*”. Ademais, é a própria Carta Magna que no art 5º, inciso XX, assegura que “*ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado*”.¹⁵⁶

No entanto, a Lei das S.A. prevê a saída dos acionistas por diversas vias. Em primeiro lugar, através da alienação de sua participação social, seja em bolsa ou mercado de balcão, para as companhias abertas, seja particularmente, para qualquer tipo de anônima. Ademais, há o direito de recesso, taxativo, e que será analisado mais a frente. Há, ainda, a possibilidade de a sociedade recomprar as ações, colocando-as em tesouraria, nos termos do art. 30 da Lei das S.A.

Já a via da dissolução parcial não é contemplada pela Lei das S.A., porque incompatível com a sua sistemática. Com efeito, se a Lei buscou evitar a confusão entre os interesses pessoais dos acionistas e os interesses da sociedade em si, não poderá o acionista utilizar-se da dissolução parcial

¹⁵⁶ FONSECA, Priscila Maria M.P. Corrêa da. *Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 85.

para desligar-se da sociedade. Isto não significa que ele esteja obrigado a permanecer associado, visto que pode se retirar de outras maneiras.

Ressalte-se, ainda, que a Lei das S.A. veda o impedimento à negociação das ações em seu art. 36, sendo essa norma de ordem pública, devendo ser obedecida mesmo nos casos de sociedades familiares.¹⁵⁷

Para PENALVA SANTOS:

Transposta a regra para a sociedade anônima, constitui direito do acionista retirar-se da sociedade, ao vender as suas ações em Bolsa ou no mercado de balcão. Acontece que o direito de o acionista retirar-se da sociedade anônima não implica em lhe ser concedida a prerrogativa de obter da companhia a restituição da sua contribuição para a formação do capital social por ele subscrita, aquilo que os romanos chamavam de *consensus* ou estado de ânimo continuativo não existe na sociedade por ações, na qual o acionista está obrigado a contribuir com o seu esforço para a atividade da companhia.¹⁵⁸

3.3. Posicionamento Contrário

Uma vez rechaçados todos os argumentos favoráveis à dissolução parcial, só resta concluir pela impossibilidade jurídica do pedido. Cumpre-se, para tanto, demonstrar qual a razão para que assim se considere.

3.3.1. A Dificuldade de se Reconhecer Sociedade Anônima como Sociedade de Pessoas

Um dos argumentos mais aduzidos para se negar a dissolução parcial das sociedades anônimas fundamenta-se na distinção entre sociedades de pessoa e sociedades de capital, cuja discussão foi levantada no Capítulo 2. Há quem entenda que, pela natureza das companhias de sociedade de capital, não seria possível dissolvê-las parcialmente. Neste sentido, confira-se os julgados abaixo:

¹⁵⁷ Art. 36. O estatuto da companhia fechada pode impor limitações à circulação das ações nominativas, contanto que regule minuciosamente tais limitações e não impeça a negociação, nem sujeite o acionista ao arbítrio dos órgãos de administração da companhia ou da maioria dos acionistas. Parágrafo único. A limitação à circulação criada por alteração estatutária somente se aplicará às ações cujos titulares com ela expressamente concordarem, mediante pedido de averbação no livro de "Registro de Ações Nominativas".

¹⁵⁸ SANTOS, J. A. Penalva, op. cit., p. 11.

“Na minha compreensão, não é possível a dissolução de sociedade anônima, pouco importando as peculiaridades de cada caso. O que se deve levar em conta é a natureza jurídica da sociedade. Se a sociedade anônima, está submetida ao disposto em lei especial, que não agasalha a dissolução parcial, com a apuração de haveres do sócio retirante. A dissolução é própria do tipo de sociedade de pessoas, como a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que está subordinada ao contrato social e admite a possibilidade da dissolução. Não é possível construir para desqualificar o tipo de sociedade, transplantando regras próprias de um tipo para o outro.”¹⁵⁹

“Realmente, não se podem aplicar às sociedades anônimas (organizadas sobre o princípio do **intuitus pecuniae**) normas e critérios próprios das sociedades erigidas consoante o **intuitus personae**.”¹⁶⁰

Na doutrina, também há quem sustente essa idéia:

“A quebra da *affectio societatis*, alegada para fundamentar a ação de dissolução parcial de sociedade, é absolutamente irrelevante para a sociedade anônima, pois não é o elemento característico de sua constituição, seja a companhia aberta ou fechada. (...) Na sociedade anônima, porém, seja ela aberta ou fechada, preside o *intuitu pecuniae* em sua formação, levando os sócios em consideração apenas a contribuição de natureza patrimonial dos demais. Daí porque, para a Lei nº 6.404, que disciplina tanto a sociedade fechada quanto a aberta, não constitui a *affectio societatis* nem requisito para a sua constituição (art. 80), nem fundamento para a sua dissolução (art. 206).”¹⁶¹

Com respeito às disputas em sociedade familiar, ou mesmo às divergências entre acionistas em geral, não podem, em nosso entender, ser motivo de retirada do acionista com direito ao reembolso, não só pelos argumentos já expostos, como pelo fato de, em se tratando de sociedade de capitais, ser despicienda a discussão relativa a desinteligência entre acionistas.

O motivo de tal orientação expressa na lei das companhias está em que na sua estrutura o fato de o acionista não estar obrigado a entrar em entendimento com os demais, para a efetiva cooperação entre eles, visando à combinação de esforços e recursos necessários ao desenvolvimento da atividade mercantil do ente societário. Essa obrigação ínsita aos sócios nas sociedades de pessoas, como de “tocar o negócio” e de cooperar para a consecução do fim comum próprio às referidas sociedades não se encontra na estrutura da sociedade anônima na qual os acionistas têm apenas a obrigação de integralizar a parcela do capital por eles subscrita.”¹⁶²

“Destarte, é extremamente difícil reconhecer o caráter *intuito personae* ou o elemento titulado como *affectio societatis* em sociedades anônimas, ainda que se apresentem como de capital fechado ou reflitam uma estrutura meramente

¹⁵⁹ STJ, REsp nº 419.174/SP, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 28/10/2002. É de se reparar que o Ministro Menezes Direito mistura os argumentos de diferentes naturezas – pessoas *versus* capital – com a impossibilidade da aplicação de regras de um tipo para o outro.

¹⁶⁰ STJ, REsp nº 111.294/PR, 4ª T., Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 28/05/01.

¹⁶¹ LEÃOES, Luiz Gastão Paes de Barros, op. cit., p. 942.

¹⁶² SANTOS, J.A. Penalva, op. cit., p. 12.

familiar, pois a natureza capitalista que lhes marca é de índole legal e cogente, sendo, portanto, inafastável pela simples vontade dos contratantes.¹⁶³

A configuração de sociedade de capital pode ser (e é) usada como base para a inaplicabilidade da dissolução parcial às companhias abertas, sendo que não há controvérsia com relação a esta espécie.

Por outro lado, não é este o melhor argumento para afastar a aplicabilidade da dissolução parcial às companhias fechadas, cuja natureza de sociedade de pessoa ocasionou o posicionamento contrário, ou seja, a possibilidade jurídica do pedido.

Conforme extensamente demonstrado no Capítulo 2, não há mais que se falar em impossibilidade de existência de sociedades anônimas *cum intuitu personae*, posto que é plenamente possível que entre os acionistas predomine a vontade de associar-se em razão das pessoas com quem contratam.

Assim, a impossibilidade de requerimento de dissolução parcial não decorre do fato de as sociedades anônimas terem característica de sociedade de capital, já que hoje é quase pacífico o entendimento de que podem existir sociedades anônimas de pessoas.

3.3.2. O princípio da preservação da empresa

Se o princípio da preservação da empresa foi o grande motivador da criação do instituto da dissolução parcial, hoje ele é também utilizado por aqueles que argumentam em seu desfavor, quando se trata de sua aplicação às sociedades anônimas.

Isso porque a dissolução parcial, dependendo da situação concreta, pode vir a acarretar a dissolução total da sociedade, quando o reembolso a ser pago aos acionistas retirantes for de tal monta que implique na impossibilidade de se manter a empresa em atividade.

¹⁶³ NUNES, Marcio Tadeu Guimarães, op. cit., p. 37.

Veja-se, a respeito, a opinião de PENALVA SANTOS:

Importante argumento é a errônea suposição da necessidade da preservação da empresa como elemento essencial para a dissolução parcial da anônima.

Na sociedade por ações, tal elemento constitui um instrumento de sua destruição, segundo o magistério do Professor Bulhões Pedreira.

(...)

Leciona o Professor Bulhões Pedreira que a dissolução parcial das sociedades de pessoas foi constituída pela jurisprudência com fundamento no interesse geral na preservação da sociedade empresária e da companhia, mas pode transformar-se em um instrumento de sua destruição e da própria empresa; como foi destacado, a dissolução parcial da sociedade empresária, dependendo da porcentagem da participação dos sócios que promovem a dissolução e da estrutura de capitalização da sociedade, pode implicar em perda de capital próprio capaz de causar sua destruição e da empresa.

A importância que a Lei de Sociedades Anônimas empresta à continuidade e expansão das empresas explica o disposto na alínea “b” do § 1º do artigo 117 que define como modalidade de exercício abusivo de poder do acionista controlador “promover a liquidação em companhia próspera”.

A lei impõe ao acionista controlador o dever de subordinar o interesse patrimonial que possa ter na liquidação de uma companhia próspera ao interesse geral da sua preservação. Admitir a dissolução parcial da companhia por quebra da *affectio societatis* significa conferir ao acionista minoritário o que a lei proíbe ao acionista controlador, ou seja, o poder de promover a “liquidação de companhia próspera”.¹⁶⁴

Esse argumento fortalece-se na medida em que a jurisprudência atual vem se inclinando para o entendimento de que, em caso de dissolução parcial, não há que se aplicar o art. 45 da Lei das S.A. (específico para o direito de recesso), devendo ser realizada a apuração de haveres tal qual estivesse ocorrendo a dissolução total, e devendo ser pago o valor do reembolso de uma única vez.

E, mais ainda, quando se pretende incluir na apuração dos haveres o fundo de comércio e as reservas sociais. Veja-se, a respeito, a opinião de FONSECA, que é, contudo, favorável à dissolução parcial das companhias:

O fundo de comércio é valor incorpóreo e, para que se possa pagar o sócio que se retira a parcela a ele correspondente, há que se vender bem corpóreos em quantidade maior ou menor na exata medida da repercussão do fundo de

¹⁶⁴ SANTOS, J.A. Penalva, op. cit., p. 11.

comércio no patrimônio da sociedade. Por esta razão, se o objeto da dissolução parcial é a conservação da empresa na sua integridade, em alguns casos, há que nela se pensar e não no interesse peculiar do sócio.

(...)

Em suma, a questão relativa à inclusão ou não da verba referente ao fundo de comércio é matéria que deve ser examinada caso a caso, sob pena de, ou se perpetuar uma grande injustiça, ou se inviabilizar o prosseguimento da empresa.¹⁶⁵

Assim aduz, por exemplo, o Min. Dias Trindade no julgado abaixo:

A questão da retirada de acionista, nas sociedades anônimas, é regada pelo art. 137 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e somente ocorre nas hipóteses dos itens I e II e IV a VIII do art. 136, quando as deliberações da Assembléia Geral sobre esses itens causarem prejuízo ao acionista dissidente, direito de retirada esse a ser exercitado no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da AG.

É que o interesse maior é o de manter-se a empresa, não permitindo a sua abrupta descapitalização, o que, por certo, ocorreria se possível fora a retirada por simples vontade do acionista, desmotivadamente.¹⁶⁶

Esse raciocínio, assaz razoável, foi, inclusive, objeto de preocupação dos criadores da Lei das S.A. Com efeito, nos casos em que se faz possível o exercício do direito de recesso, tem a companhia a faculdade de realizar nova assembléia geral para desfazer a deliberação que ensejou esse direito, quando entenderem os acionistas que a aprovaram que, em função da grande adesão ao direito de retirada por parte de dissidentes, possa o reembolso vir a prejudicar as atividades empresarias.¹⁶⁷

Assim, pode-se entender que a dissolução parcial das sociedades anônimas não privilegia a preservação da empresa, já que pode colocá-la em risco. No entanto, também podem existir situações em que a retirada do acionista minoritário traga ínfimas conseqüências ao patrimônio social.

¹⁶⁵ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Dissolução Parcial. *Revista do advogado – Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: AASP, n° 57, jan. 2000, p. 73/74.

¹⁶⁶ STJ, AgRg no AG n° 34.120/SP, 3ª T., Rel. Min. Dias Trindade, d.j. 26/04/93.

¹⁶⁷ Art. 137, § 3º - Nos 10 (dez) dias subseqüentes ao término do prazo de que tratam os incisos IV e V do *caput* deste artigo, conforme o caso, contado da publicação da ata da assembléia-geral ou da assembléia especial que ratificar a deliberação, é facultado aos órgãos da administração convocar a assembléia-geral para ratificar ou reconsiderar a deliberação, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada porá em risco a estabilidade financeira da empresa.

Por conseguinte, o risco deve ser verificado caso a caso, o que também ocorre no caso de dissolução parcial das limitadas, como demonstra PENTEADO:

... em segundo lugar e conseqüentemente porque, tal seja a participação do quotista na sociedade e o perfil patrimonial e organizacional desta, a resilição parcial com a retirada do sócio pode levá-la à dissolução e liquidação total, fora das hipóteses em que a lei sanciona essa solução drástica, dada a impossibilidade de prosseguimento das atividades sociais com o desfalque dos valores necessários ao pagamento dos haveres – o que importa na negação do princípio que inspirou tal elaboração doutrinária...¹⁶⁸

Assim, trata-se de um argumento eloqüente, mas que não basta por si só para afastar a dissolução parcial do âmbito das anônimas.

3.3.3. A Não Contemplação do Instituto pela Lei das S.A.

Diferentemente do Código Civil, que expressamente faculta aos sócios insatisfeitos o exercício da resolução (ou resilição) parcial, a Lei das S.A. nada dispõe com relação a essa possibilidade.

No entanto, não se deve entender essa omissão legal como um descuido do legislador, uma lacuna. A falta de previsão legal da dissolução parcial na Lei das S.A. é claramente propositada.

Isso porque, conforme já mencionado, essa lei tem aspectos institucionalistas, que dão preferência à continuação da sociedade e aos interesses desta, enquanto instituição, em desfavor dos interesses pessoais dos acionistas que a compõem. Conforme explica GOMES DE BRITO:

Sua criação e funcionamento dependem do cumprimento de regras estritas emanadas da lei e dos estatutos, restringindo-se o consentimento dos acionistas à aceitação de uma disciplina legal e estatutariamente imposta. Para Wille Duarte Costa a idéia de instituição é a de organização social permanente e com equilíbrio de forças, um autêntico estado de direito que não se subordina à execução de qualquer ato por um de seus membros.¹⁶⁹

¹⁶⁸ PENTEADO, Mauro Rodrigues. Dissolução e Liquidação de Sociedades. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 156.

¹⁶⁹ BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XL (Nova Série), n.123, jul./set. 2001, p. 148.

O sistema da Lei das S.A. prevê, dessa forma, que o acionista insatisfeito poderá alienar a sua participação, sendo vedado, como já foi dito, o impedimento à negociação das ações.

Do mesmo modo, quando discordar de uma das deliberações sociais que dão ensejo ao direito de recesso (direito este que é essencial, e que, portanto, não pode ser renunciado, salvo no caso de transformação, e desde que previsto no estatuto), poderá requerer o reembolso.

Ressalte-se que não se deve confundir a natureza institucionalista da Lei das S.A. com a existência de sociedades de pessoa e sociedades de capital. Embora a sociedade anônima possa vir a ser constituída tendo em vista o caráter pessoal dos sócios, não deixa, por essa razão, de ser uma sociedade anônima, regida, portanto, pela Lei das S.A.

Nesse diapasão, de grande valia o voto (vencido) do Sr. Min. MASSAMI UYEDA no já citado EREsp nº 111.294, posicionando-se contrariamente a utilização da teoria quando se trata de sociedades anônimas:

Abalanço-se mais a dizer que, embora a sociedade possa ter em sua origem, em sua base, essa instituição familiar, na verdade, como bem ressaltado pelo eminente Ministro Castro Filho, pode ser travestida em uma S.A.; mas, travestida ou não, é uma sociedade anônima.

A sociedade anônima se rege por essa Lei especial, a Lei n. 6.404/76. Sendo uma lei especial, não podemos, com todo o respeito, dar tratamento como se fosse uma sociedade limitada, na qual poderia haver uma apuração de haveres de sócios dissidentes.¹⁷⁰

No mesmo sentido, coloca-se o Min. MENEZES DIREITO, que sempre se posicionou contrariamente à dissolução parcial de companhias:

Quero anotar ainda que o acórdão, pelo menos do que consta da sua ementa, que explicita também a discussão feita na Quarta Turma, deixou claro que estava deferindo a dissolução parcial porque entendia inexistir distribuição de lucros e haver perda da **affectio societatis**. Ora, esses dois fundamentos, a meu ver, não servem de suporte para o cumprimento do art. 206, sendo vedada sua aplicação nessa interpretação para o caso de uma sociedade anônima travestida, como disse

¹⁷⁰ STJ, EREsp nº 111.294/PR, 2ª Seção, Rel. Min. Castro Filho, d.j. 28/06/2006.

o Senhor Ministro **Humberto Gomes de Barro**, em sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Acontece que travestida, ou não, a natureza jurídica permanece íntegra. Ela é uma sociedade anônima e com lei de regência especial, que deve ser aplicada.¹⁷¹

Ainda nesta linha de raciocínio, observa com argúcia CHEDIAK, ao explicar a impossibilidade de se aplicar o art. 335, item 5, do Código Comercial às companhias:

A questão, apesar de evidente do ponto de vista do direito positivo, tinha uma razão lógica de ser. As sociedades anônimas não podiam – como não podem – estar sujeitas ao regime da dissolução – ainda que parcial – em decorrência da vontade de qualquer dos sócios. A insegurança jurídica que decorreria de tal situação prejudicaria todo o sistema das sociedades anônimas. Não importa que a sociedade anônima, no caso concreto, tivesse uma característica semelhante à de uma sociedade de pessoas, familiar, e fechadíssima. O regime jurídico das sociedades anônimas é incompatível com o regime de dissolução pela vontade de um dos sócios, por ser preponderante a regra de que o sócio insatisfeito poderá sempre – ao menos do ponto de vista jurídico –, ainda que em uma sociedade anônima fechada e familiar, alienar sua participação.¹⁷²

O professor analisa ainda mais profundamente o caso, ao confrontar o regime das anônimas com aquele previsto pelo novo Código Civil (o que, até o presente momento, ainda não se buscou fazer no âmbito dos tribunais):

É indiscutível que a lei das sociedades por ações não prevê a retirada do sócio a qualquer momento, por vontade própria e sim, ao contrário, por dispositivo expresse (art. 137, da Lei 6.404/76), prevê a retirada apenas na ocorrência de hipóteses determinadas, expressamente previstas em lei.

As regras do novo Código, que tratam sobre a resolução da sociedade em relação a um sócio, apenas serão aplicáveis às sociedades anônimas caso, na forma do art. 1089, se venha a entender que haveria omissão, na lei específica, quanto à possibilidade – ou não – de retirada do sócio-acionista.

Tal omissão claramente não existe.

Restaria apenas argumentar que a sociedade anônima de pessoas seria uma aberração, não seria uma verdadeira sociedade anônima e, portanto, seriam aplicáveis as regras do novo Código Civil que tratam das sociedades simples (também aplicáveis às limitadas) a tais sociedades

Esse argumento me parece totalmente afastado, já que as sociedades anônimas de pessoas não são só admissíveis, mas muito comuns em nossa prática, como já anotado antes.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² CHEDIAK, Julian Fonseca Peña, op. cit., p. 26.

Ainda, porém, que assim não fosse, não se estaria diante de um caso de omissão da lei de sociedades anônimas, mas sim de abuso na constituição da sociedade, a ser resolvido na forma do que prevê a própria lei de sociedades anônimas, e, jamais, através do antigo instituto da dissolução parcial ou do novo instituto da resolução da sociedade em relação a um sócio.

Em conclusão, a meu ver, aqueles que sustentavam, sob o regime jurídico anterior, a impossibilidade jurídica do pedido de dissolução parcial de sociedade anônima, por vontade de um sócio, tiveram seu entendimento confirmado pelo novo Código Civil, já que o regime da resolução da sociedade em relação a um sócio, previsto no art. 1029 do novo Código Civil, é inaplicável às sociedades anônimas, sujeita a lei especial.¹⁷³

Nas linhas acima, portanto, resumem-se as principais razões da inaplicabilidade da dissolução parcial às sociedades anônimas, seja diante do regime anterior ao novo Código Civil, seja em razão do novo regramento por ele introduzido. E o principal fundamento da inaplicabilidade está, justamente, na existência de um regramento próprio, incompatível com a dissolução parcial, principalmente pela previsão do instituto do direito de recesso na Lei das S.A.

3.3.4. O Direito de Recesso

O último e mais importante argumento que faz frente à aplicação da dissolução parcial para as sociedades anônimas encontra respaldo nas regras de direito de recesso aplicáveis ao tipo societário em questão.

Isso porque é plenamente aceito que o direito de recesso previsto pela Lei das S.A. compõe lista fechada, que não é passível de qualquer tipo de ampliação¹⁷⁴. Veja-se, a respeito, a opinião de COMPARATO:

As hipóteses de incidência do direito de recesso do acionista, constantes de lei, formam um sistema de tipicidade fechada, como tive ocasião de frisar em recente parecer (*RT*, 558:33). Desse princípio decorrem duas consequências da maior importância, a saber, a vedação da interpretação analógica e a invalidade da criação de novas hipóteses normativas de retirada do acionista sem previsão legal.¹⁷⁵

No mesmo sentido, confira-se parecer de LEÃES:

¹⁷³Idem, p. 33.

¹⁷⁴ O direito de recesso está previsto na Lei das S.A. pelos arts. 136, 137, 230, 264, § 3º, e 270, § único, e, ainda, arts 215, § 2º, 236, parágrafo único, 252, §§ 1º e 2º.

¹⁷⁵ COMPARATO, Fabio Konder. *Direito Empresarial*. 1 ed., 2 tiragem. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 215.

Na lei de sociedades por ações (Lei n. 6.404, de 1976), é igualmente assegurado ao acionista dissidente de determinadas deliberações da assembléia geral o direito de se retirar da sociedade, recebendo o valor de suas ações. Também aqui as hipóteses de retirada são somente aquelas contempladas pela lei (*numerus clausus*), motivadas pelas deliberações indicadas no art. 137, que exigem *quorum* qualificado de aprovação.¹⁷⁶

Destaque-se importante comentário de PENTEADO:

A chamada dissolução parcial, fórmula elaborada pela doutrina e largamente admitida nos tribunais, encontra nas limitadas utilização intensiva que permite aos quotistas obterem, na via judicial, resultado semelhante ao alcançado pelo direito de recesso ou retirada – com a substancial diferença de que aqui, não precisam alegar nenhuma das hipóteses que constam na lei, em elenco fechado, como pressuposto para o exercício desse direito...¹⁷⁷

Ressalte-se que não se deve confundir a fundamentação da impossibilidade de dissolução parcial de companhias em razão da taxatividade do direito de recesso com aquela que se baseia na natureza das anônimas de sociedade de capital, como o faz COMPARATO:

Tampouco pode o recesso se equiparar a uma dissolução parcial, porque o elemento específico de funcionamento de uma autêntica sociedade de capitais é a interposição das quotas ou ações na relação da sociedade com os sócios. A sociedade anônima – já se frisou um sem-número de vezes – é antes uma reunião de posições acionárias do que uma reunião de acionistas.

Conforme já ficou demonstrado neste trabalho, é possível a existência de sociedades anônimas de pessoas, e é principalmente nesta possibilidade que se pauta a dissolução parcial.

No entanto, o direito de recesso é aplicável quer às sociedades anônimas de capital, quer àquelas de pessoas. Relembre-se que a Lei das S.A., quando da sua constituição, já tinha em mente a existência dos diversos tipos de companhia, desde as mais fechadas e familiares até as grandes companhias abertas. E, nem por isso, deixou de submeter as companhias fechadas ao regime do direito de recesso. Pelo contrário, já que prevê alguns dispositivos exclusivos para essa espécie da anônima, tal como no caso do art. 137, inciso II, da Lei das S.A.

¹⁷⁶ LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros, op. cit., p. 939.

¹⁷⁷ PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 154.

Deve-se levar em consideração, ainda, que, na realidade brasileira, a grande maioria das companhias caracteriza-se como sociedade de pessoa, e que, quando da elaboração do projeto da Lei das S.A., ainda maior era a disparidade entre as sociedades anônimas de pessoas existentes e aquelas de capital, tendo em vista que o mercado brasileiro à época era incipiente. A Lei das S.A. foi pensada, inclusive, com o intuito de desenvolver o mercado de capitais nacional, exatamente porque a realidade à época era a proliferação de pequenas e médias companhias.

Sendo assim, independentemente da espécie de sociedade que se reveste da forma da anônima (aberta, fechada, fechadíssima etc), ela será sempre regida pelo direito de recesso taxativamente previsto pela Lei das S.A., que rege esse tipo societário.

Quando a sociedade limitada é de vínculo instável (não sujeita à regência supletiva pela Lei das S.A.), a primeira forma de desligamento [ie, a alienação da participação societária] pode ser disciplinada em cláusula contratual, de modo a restringir as hipóteses de sua verificação (CC, art. 1057), mas a segunda pode ocorrer a qualquer tempo, se o prazo de duração da sociedade é indeterminado (CC, art. 1029), ou sempre que houver alteração do contrato social, deliberada pela maioria, se determinado o prazo (CC, art. 1077). Há, portanto, nas sociedades limitadas, meios de dificultar o desligamento do sócio pela alienação da participação societária, aos quais se contrapõe a plena acessibilidade do sócio ao direito de retirada. Essa equação se inverte quando a sociedade empresária é anônima, porque, em relação a essa, se consagra a regra da ampla circulação das ações (LSA, art. 36), e se reduzem as hipóteses de exercício do direito de retirada. De fato, apenas nas sociedades fechadas são admitidas algumas restrições à transmissibilidade das ações, mesmo assim desde que não impeçam a sua negociação, nem condicionem o negócio à vontade da maioria ou da administração societária. Não é, por outro lado, qualquer alteração estatutária que autoriza o desligamento do acionista minoritário dissidente. Há, desse modo, na disciplina das sociedades anônimas, a facilidade da alienação da participação societária e a restrição da retirada, como meio de desligamento dos sócios por vontade própria.¹⁷⁸

No mesmo sentido, e de forma bastante elucidativa, expõe GOMES DE BRITO:

Não é concebível que as sociedades anônimas tenham como peso na citada “balança” questões subjetivas, típicas das limitadas, pois vai de encontro ao seu caráter institucional. Ao se adotar o rol objetivo dos direitos essenciais visou-se justamente a evitar que questões subjetivas, de caráter vago, não mensurável,

¹⁷⁸ COELHO, Fabio Ulhoa, op. cit., p. 297/298.

fossem capazes de interferir nas relações de poder nas companhias. Interpretando de forma sistêmica a Lei das S/A, veremos claramente que este foi o escopo do legislador; tanto é que na citada lei não há qualquer menção a direito do acionista com fundamento subjetivo, como retirar-se da companhia por quebra da *affectio societatis*.

Além do mais, cumpre salientar que a tendência atual é no sentido de restrição das formas de retirada das companhias, segundo explica MÜSSNICH:

Em primeiro lugar, o direito de recesso é simplesmente uma opção de saída do acionista descontente com certas deliberações tomadas segundo o princípio majoritário que vigora nas companhias desde há muito. E a tendência mundial – como se vê, por exemplo, no direito italiano e no direito francês – é reduzir cada vez mais as hipóteses de direito de recesso, que freqüentemente têm impedido o crescimento empresarial pela ameaça que o pagamento do valor do reembolso pode representar.

Nessa linha, a sempre arguta e correta observação do ilustre e querido Professor Alfredo Lamy Filho:

“Nos juristas contemporâneos, as restrições ao direito de retirada subsistem e têm crescido, na medida em que todos se dão conta do interesse social em defender a empresa, o que levou Galgano a assinalar a prevalência da progressiva afirmação da empresa, da classe empresarial, sobre as demais classes detentoras de riqueza”.

No mesmo sentido, assim se expressa Rachel Stajn:

“Analisando alguns sistemas legislativos de base romano-germânica, surpreende-se o estudioso com o fato de que nos Direitos alemão, francês e suíço, o recesso inexistente. (...)”

Da análise dos sistemas norte-americano e inglês, de base anglo-saxônica, observa-se que o recesso existe no primeiro, mas não no segundo, acentuando-se, no Direito norte-americano, a tendência à eliminação do direito de recesso sempre que as ações da companhia são negociadas em Bolsa e, portanto, o acionista dissidente ou descontente com a administração pode retirar-se da sociedade pela venda de suas ações em Bolsa. Mantém-se a faculdade para os acionistas dissidentes de deixarem a sociedade quando a companhia é fechada”.¹⁷⁹

Por conseguinte, o entendimento jurisprudencial de que é possível permitir a dissolução parcial vai totalmente de encontro com a tendência atual, que é a de restringir o recesso em benefício da preservação da empresa, já que, além de torná-lo inócuo, permite a saída unilateral irrestrita.

¹⁷⁹ MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. Reflexões sobre o Direito de Recesso na Lei das Sociedades por Ações. In LOBO, Jorge (coord.). *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 287.

Ademais, ressalva PENALVA SANTOS que a dissolução parcial é medida muito mais agressiva à companhia que o próprio direito de recesso:

O risco de causar a destruição da companhia e da empresa é muito maior na dissolução parcial do que no direito de retirada, porque este somente existe em modificações essenciais na organização da companhia e a lei assegura a possibilidade de a assembléia geral da companhia reconsiderar a deliberação da qual nasce o direito de retirada, se os órgãos da administração entenderem que o pagamento do preço do reembolso aos acionistas porá em risco a estabilidade financeira da empresa.¹⁸⁰

Não se alegue que o direito de recesso é distinto da dissolução parcial formada nos tribunais, já que podem ter sido originados de diferentes conceitos, eis que ambos são formas de denúncia unilateral da sociedade, possuindo efeitos absolutamente idênticos: a obtenção do reembolso da participação societária pelo sócio que se retira.

Carvalhosa tenta expor, sem sucesso, a distinção entre os institutos:

Não pode haver confusão entre o recesso e a dissolução parcial judicialmente decretada, pois o primeiro instituto foi erigido para permitir a saída do sócio quando discordar de legítima deliberação da maioria, pressupondo sempre a intangibilidade da sociedade. (...)

Mas o que fundamentalmente afirma a jurisprudência é que são diversas as formas de apuração de haveres dos sócios, conforme exerça o direito de retirada ou obtenha a dissolução parcial da sociedade. No primeiro caso os haveres serão apurados de acordo com o estabelecido no contrato social ou na lei, quando se tratar de companhia (art. 45, 136 e 137). Isto porque a retirada não enseja a partilha, ainda que parcial, do patrimônio da sociedade, que permanece. Já no caso de dissolução parcial decretada, os haveres do sócio são apurados tendo em conta o patrimônio real e atual da sociedade, mediante o respectivo laudo judicial, porque a dissolução parcial corresponde à extinção parcial da sociedade, cabendo no caso a partilha equânime e equitativa entre os sócios que permanecem e aquele que sai.¹⁸¹

Vê-se, pelo acima exposto, que as tentativas de diferenciar os institutos são feitas através da sua origem (legal ou judicial) ou dos seus efeitos (reembolso ou apuração de haveres), e nunca por meio da diferenciação do conceito, que é absolutamente idêntico, já que ambos são casos de direito do sócio de denunciar o contrato/estatuto por vontade

¹⁸⁰ SANTOS, J.A. Penalva, op. cit., p. 11.

¹⁸¹ CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. Vol 4, tomo I. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 33.

própria, sujeitando a sociedade à devolução da sua participação societária. É perceptível, desse modo, que a é a mesma situação que está sendo regulada.

Poder-se-ia dizer, no máximo, que a dissolução parcial é mais ampla que o direito de recesso, já que esse é previsto para hipóteses específicas. Mas, se o último é espécie da primeira, e é considerado taxativo, resta claro que outras espécies do gênero dissolução parcial (aqui considerada como a resilição parcial) se tornam inaplicáveis.

Ademais, as distintas formas que são anunciadas para o reembolso (se deve ser feito nos termos da lei ou como se de dissolução total se tratasse) não obstam que a consequência ainda seja a retirada do sócio mediante apuração dos seus haveres.

Mesmo aqueles que defendem a dissolução parcial das companhias admitem que as consequências são semelhantes:

Ora, se há possibilidade de, por falta da *affectio societatis*, retirar-se o sócio, recebendo seus haveres a preço de mercado, por que ele vai divergir da alteração contratual e requerer a sua retirada com base no artigo 15, se ele pode receber muito mais se valendo da dissolução parcial, tal qual concebida pelos tribunais? Eu entendo, por esta razão, e acho que os senhores vão concordar comigo, que hoje em dia essa disposição é letra morta.¹⁸²

Se é plenamente assumido que o art. 15 do antigo Decreto n° 3.708/19, e agora o art. 1.077 do novo Código Civil, tornaram-se letra morta em razão do surgimento da dissolução parcial, como aceitar que o direito de recesso da Lei das S.A. também assim termine, no caso de sociedades anônimas de pessoas?

É inadmissível que, por meio de interpretação dos magistrados, possa se derogar um instituto legal, ainda mais quando não se vislumbra qualquer afronta à constituição federal.

¹⁸² FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Dissolução Parcial. *Revista do advogado – Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: AASP, n° 57, jan. 2000, p. 71.

Cumpra salientar, ainda, que é vedado à companhia negociar com as suas ações, salvo nos casos previstos no art. 30 da Lei das S.A. Ora, impossível sustentar-se, ao mesmo tempo, que o reembolso do art. 45 não se aplica à dissolução parcial, mas somente ao direito de recesso, e que a companhia está obrigada a adquirir a participação do acionista que se retira quando esta não é nenhuma das hipóteses do art. 30.

Pelo acima exposto, conclui-se que está correto o posicionamento dos magistrados que entendem pela impossibilidade jurídica do pedido:

“COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. DISSOLUÇÃO PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Nas sociedades anônimas o direito de retirada do acionista é restrito às hipóteses do art. 137 da Lei 6.404/76, apresentando-se impossível o pedido de dissolução parcial da sociedade, próprio das empresas organizadas por quotas de responsabilidade limitada, sem relevo a qualificação de coligada da empresa acionista, cuja condição poderá ser desfeita mediante alienação de ações de modo a reduzir a menos de dez por cento do capital da sociedade anônima.¹⁸³

“COMERCIAL - SOCIEDADE ANÔNIMA - DISSOLUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - CARÊNCIA DA AÇÃO.

I – Pedido de dissolução, in casu, é juridicamente impossível pois a espécie societária admite o direito de recesso do sócio descontente.

II- recurso na conhecido.¹⁸⁴

“Sociedade anônima. Dissolução Parcial. Precedentes da Corte.

1. É incompatível com a natureza e o regime jurídico das sociedades anônimas o pedido de dissolução parcial, feito por acionistas minoritários, porque reguladas em lei especial que não contempla tal possibilidade.¹⁸⁵

“Sociedade anônima - Dissolução parcial. Inadmissibilidade - A dissolução parcial é figura incompatível com a lei das Sociedades Anônimas - Sociedade que é de natureza fechada, composta por três irmãos - Irrelevância - A retirada de sócio deve se dar nos termos da legislação pertinente - Recurso provido.¹⁸⁶

SOCIEDADE ANÔNIMA - Dissolução parcial - Impossibilidade jurídica do pedido de retirada de acionista, com dissolução parcial da sociedade - Carência da ação decretada – Sentença confirmada - Apelo do autor não provido.¹⁸⁷

¹⁸³ STJ, AgRG no AG nº 34.120-8/SP, 3ª T., Rel. Min. Dias Trindade, D.J. de 14/06/1993.

¹⁸⁴ STJ, REsp nº 171.354/SP, 3ª T., Rel. Min. Waldemar Zveiter, j. 16/11/2000.

¹⁸⁵ STJ, REsp nº 419.174/SP, 3ª T., Rel. Des. Menezes Direito, j. 28/10/2002.

¹⁸⁶ TJSP, Ap. Civ. nº 26.884.4/8, 2ª Câ., Rel. Des. Linneu Carvalho, j. 17/03/1998.

¹⁸⁷ TJSP, Ap. Civ. nº 084.714-4/8, 1ª Câ., Rel. Des. Alexandre Germano, j. 14.09.1999.

Conclui-se, então, que afirmar que, por meio de decisão judicial, possa um acionista retirar-se da sociedade anônima mediante reembolso, sem que tenha ocorrido qualquer das hipóteses taxativas do direito de recesso, é dar aos juízes o poder de legislar, de ir de encontro não só a uma regra expressamente prevista, mas a todo um sistema legal, para proferir uma decisão salomônica, que, no fim das contas, pode ser gravemente prejudicial à empresa.

Conclusão

Abordados os argumentos favoráveis e contrários à dissolução parcial das companhias, resta concluir que a aplicação deste instituto às sociedades anônimas é juridicamente impossível.

A inaplicabilidade não decorre da distinção entre sociedades de pessoa e sociedades de capital, tendo em vista que, conforme demonstrado, é plenamente possível a existência de sociedades anônimas cujo caráter pessoal dos acionistas é relevante. A própria Lei das S.A. distinguiu os diferentes tipos de sociedade anônima, ao estabelecer regras exclusivas àquelas de capital aberto.

Tampouco deriva exclusivamente do princípio da preservação da empresa, posto que, dependendo da situação no caso concreto, a dissolução parcial poderia de fato preservar a empresa.

A razão para que se considere impossível o pedido de dissolução parcial fundamenta-se na não contemplação do instituto pela Lei das S.A., e, ainda, na incompatibilidade daquele com o sistema desta. É impossível, portanto, porque vedado pela Lei das S.A.

Isso porque o sistema legal que rege as sociedades anônimas (sejam de pessoa ou de capital), caracteriza-se por possuir aspectos institucionalistas, que se preocupam em colocar a sociedade em posição de independência com relação aos seus acionistas, sobrelevando os interesses daquela enquanto ente autônomo. Por essa razão, a sociedade é pensada a longo prazo, e as hipóteses de dissolução não contemplam a possibilidade de um acionista livremente requerer a sua dissolução.

O direito de recesso é, portanto, consequência desse aspecto institucional da Lei das S.A., não podendo ser ampliado, uma vez que o sistema da lei tem por intuito permitir a duração da sociedade enquanto estiver exercendo seu objeto e, portanto, gerando riquezas.

Essa sistemática difere daquela que permeia as sociedades limitadas, uma vez que o Código Civil possui natureza nitidamente contratualista. Assim, o seu regramento coloca em relevo a relação entre os sócios, na medida em que são eles os formadores da sociedade, e que, deste modo, decidem o seu destino. Dentro desse contexto, pode-se compreender o porquê de qualquer sócio poder se retirar de uma sociedade por prazo indeterminado a qualquer momento. Se a sociedade é compreendida como a união dos sócios, e só existe na medida em que eles possuem o desejo de se associar, caso este se extinga (quebra da *affectio societatis*), natural que a vontade do sócio de se desligar se imponha.

Claro está, por conseguinte, que a sistemática das sociedades limitadas, regidas pelo Código Civil, que possui tendências contratualistas, em muito difere do regramento das sociedades anônimas, que se dá através da Lei das S.A.

Sendo assim, quando as partes optam por constituir uma sociedade anônima, estão escolhendo um regime próprio, que visa à continuidade da empresa e sobrepõe a sociedade e os interesses sociais aos sócios e seus interesses pessoais.

Por outro lado, quando aderem ao regime das limitadas, decidem ser regidos por um sistema legal que privilegia a posição dos sócios na sociedade, bem como seus interesses pessoais na contratação da sociedade.

Logo, feita a opção, cabe aos sócios seguir as regras que são ditadas para o tipo escolhido, e não buscar em regime societário diverso solução incompatível com o seu próprio regime.

Note-se, mais uma vez, que esse opção não está relacionada com o fato de a sociedade ser constituída *cum intuitu personae* ou *cum intuitu pecuniae*. Tanto as sociedades anônimas como as limitadas podem se

revestir de uma ou de outra característica, e nem por isso estarão elas transgredindo os seus regimes específicos.

Exemplificando, uma sociedade limitada com caráter predominante de capital não deixa de gerar a responsabilidade ilimitada dos sócios até o limite da integralização do capital social, assim como uma sociedade anônima com intuito pessoal não deixa de ser regrada pelo direito de recesso, norma de ordem pública.

O que se deve ter em mente, no caso, é que as sociedades anônimas, sejam abertas ou fechadas, de pessoa ou de capital, possuem regulamento próprio, disposto na Lei das S.A.

E, dentro desse regulamento, como contraposição ao princípio majoritário, encontra-se o direito de recesso, que é taxativo. Isso significa dizer que a dissolução parcial, possuindo a mesma definição e os mesmos efeitos práticos (embora a origem e a forma pela qual se dá possam variar, conforme explicado), acabaria por configurar uma nova hipótese de recesso, o que é claramente ilegal.

Além do mais, permitir que a dissolução parcial fosse decretada para sociedades anônimas seria tornar o direito de recesso letra morta, à semelhança do que ocorreu com as sociedades limitadas, sobretudo após a entrada em vigor do Novo Código Civil, que estabeleceu as duas formas de “resolução da sociedade em relação a um sócio”. Seria ainda mais grave, posto que as hipóteses de direito de retirada previstas para as limitadas são muito mais amplas do que aquelas da Lei das S.A., e porque a tendência atual é de se preservar a empresa.

Por outro lado, ainda que se entendesse que o direito de recesso difere da dissolução parcial, essa somente poderia ser aplicada como forma de mitigação das espécies de dissolução judicial estipuladas pela Lei das S.A.

Ocorre que nenhum dos casos de dissolução judicial do art. 206 é compatível com a dissolução parcial. Dentre eles, o único que poderia dar ensejo à dissolução parcial seria o de não preenchimento do seu fim. No entanto, nessa hipótese, não é cabível a dissolução parcial. Isso porque o fim social é a realização da empresa que constitui o seu objeto, e a razão da dissolução social seria justamente a incapacidade da sociedade em manter suas atividades. Nesse caso, não há nem que se falar em preservação da empresa, uma vez que esse princípio deve ser aplicado somente às empresas produtivas, que cumprem sua função social.

Quando a sociedade está impossibilitada de preencher o seu fim, não há porque dissolvê-la parcialmente, para que se retire o acionista insatisfeito. A companhia simplesmente não deve mais permanecer porque a sua existência não tem mais sentido; não há mais empresa a ser preservada. Logo, não se trata de permitir que um acionista insatisfeito retire-se mediante reembolso de suas ações, mas de dissolver a empresa que não cumpre sua função social. Nesse sentido, também é juridicamente impossível a dissolução parcial com base no art. 206, II, “b”, porque não compatível com o regramento das companhias.

Mesmo porque, caso a solução para manter a sociedade fosse a alteração do seu objeto social, essa deliberação permitiria ao acionista descontente se retirar, caso em que desnecessário se faria o pedido de dissolução parcial.

Poder-se-ia argumentar, ainda, que a dissolução parcial com base no art. 206, II, “b”, seria possível em função da quebra da *affectio societatis*, a exemplo do que ocorria com o art. 336, I, do Código Comercial, que poderia acarretar o não preenchimento do fim social pela não produção e distribuição de lucros.

Entretanto, entendendo-se que o fim social não é simplesmente a não distribuição de lucros, mas também a inviabilidade da empresa, impossível se faz o pedido de dissolução parcial com este fundamento.

Conclui-se, finalmente, que o pedido de dissolução parcial de companhias, aberta ou fechadas, de pessoa ou de capital, será sempre juridicamente impossível, por ser incompatível com a sistemática da Lei das S.A.

Infelizmente, a jurisprudência do STJ, e, conseqüentemente, dos tribunais de justiça, está rumando para um outro caminho, buscando em argumentos frágeis a razão para se decidir da forma mais simples: pela possibilidade da dissolução parcial das anônimas. Essa decisão, contudo, contraria disposições legais expressas, sendo, assim, ilegal.

E, ainda por cima, entende o STJ que esse pedido só é possível em casos excepcionalíssimos, o que gera o entendimento de que a aplicação do instituto deverá ser analisada caso a caso. Essa interpretação, no entanto, é extremamente prejudicial às companhias, que dependem da segurança jurídica para se fortalecerem e desenvolverem a economia e a circulação de riquezas. Quanto maior o risco de se associar, menor a quantidade de pessoas que buscarão lucrar com a associação.

As regras que regulam este tipo societário devem ser claras, afastadas de quaisquer dúvidas. E a solução encontrada pelo STJ traz apenas a insegurança, já que a decretação da dissolução parcial dependerá sempre da análise casual.

Impõe-se, portanto, a necessidade de mudança da posição dos tribunais, de forma a preservar o sistema legal que rege as companhias, e conferir a estas a segurança jurídica de que tanto necessitam.

Bibliografia

ASSIS, Carlos Augusto de. Antecipação de Tutela e Dissolução Parcial de Sociedade. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XXXIX (Nova Série), n. 119, p. 188-195, jul./set. 2000.

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 10 ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. 576 p.

BULGARELLI, Waldírio. Dissolução de sociedade limitada. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XXII (Nova Série), n. 49, p.88-103, jan./mar. 1983.

BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XL (Nova Série), n.123, p. 147-159, jul./set. 2001.

CAMINHA, Uinie. Dissolução Parcial de S/A. Quebra da “Affectio Societatis”. Apuração de Haveres. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XXXVII(Nova Série), n. 114, p. 174-182, abr./jun. 1999.

CAMPINHO, Sérgio. *O Direito da Empresa à Luz do Novo Código Civil*. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. 381 p.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei das Sociedades Anônimas*. Vol. 4. tomo I. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 433 p.

_____. In AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.). *Comentários ao Código Civil*. vol. 13. São Paulo: Saraiva, 2003. 840 p.

CHEDIAK, Julian da Fonseca Penha. A posição do Superior Tribunal de Justiça sobre a Dissolução Parcial das Sociedades Anônimas: uma análise à luz do Novo Código Civil. In: CRISTOFARO, Pedro Paulo (org.). *Revista*

de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro: vol. XIV. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 21-54.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial.* vol. 2. 9 ed. de acordo com a nova Lei de falências. São Paulo: Saraiva, 2006. 514 p.

COMPARATO, Fabio Konder. Reflexões sobre a dissolução judicial de sociedade anônima por impossibilidade de preenchimento do fim social. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro.* São Paulo: RT, Ano XXXIII (Nova Série), n.96, p. 67-72, out/dez 1994.

_____. *Novos Ensaios e Pareceres de Direito Empresarial.* Rio de Janeiro: Forense, 1981. 374 p.

_____. *Direito Empresarial.* 1 ed. 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 1995. 553 p.

EIZIRIK, Nelson. *Temas de Direito Societário.* Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 630 p.

ESTRELLA, Hernani. *Apuração dos Haveres de Sócio.* 4 ed. atualizada por Roberto Papini. Rio de Janeiro: Forense, 2004. 298 p.

FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial.* vol. III. São Paulo: Saraiva, 1961. 575 p.

_____. *Tratado de Direito Comercial.* vol. IV. São Paulo: Saraiva, 1961. 680 p.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio.* São Paulo: Atlas, 2002. 258 p.

_____. A dissolução parcial inversa nas sociedades anônimas fechadas. *Revista do advogado.* São Paulo, v.28, n.96, p.107-114, mar. 2008.

_____. Dissolução Parcial. *Revista do advogado – Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: AASP, n° 57, jan. 2000, p. 69-77.

MESSINA, Paulo de Lorenzo; FORGIONI, Paula A., *Sociedade por Ações: jurisprudência, casos e comentários*. São Paulo: RT, 1999. 507 p.

FRAGOSO, Daniella Maria Neves Reali. *Sociedade por ações: constituição*. São Paulo: Atlas, 2008. 169 p.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Dissolução parcial e recesso nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada - legitimidade e procedimento, critério e momento de apuração de haveres. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XXVIII (Nova Série), n. 75, p 19-30, jul/set 1989.

FRONTINI, Paulo Salvador. Sociedade por quota: morte de um dos sócios: herdeiros pretendendo a dissolução parcial: dissolução total requerida pela maioria social: continuidade da empresa. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, Ano XXXVIII (Nova Série), n.116, p.171-179, out./dez. 1999.

KATZWINKEL JUNIOR, Edgard. A Liquidação da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Dissolução Total. Dissolução Parcial. Exclusão de Sócio. Direito de Retirada. Apuração de Haveres : inclusão das reservas e do fundo de comércio. *Revista do Instituto dos Advogados do Paraná*, n.28, p.69-96, 1999.

LAMY FILHO, Alfredo. *Temas de S.A.* Rio de Janeiro: Renovar, 2007, 452 p.

_____; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. *A Lei das S.A.* vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. 508 p.

LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. *Lei das Sociedades por Ações* Anotada. São Paulo: Saraiva, 2006. 635 p.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Pareceres*. vols. I e II. São Paulo: Singular, 2004. 1.494 p.

LEGISLAÇÃO. Disponível em <www.planalto.gov.br> e em <www.camara.gov.br>.

LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades Limitadas*. 5 ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 1.142 p.

MÉLEGA, Luiz. As Sociedades Anônimas e as Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada. Confronte e Eventuais Vantagens e Desvantagens. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT, Ano XVI (Nova Série), n. 25, p. 119-132, 1977.

MENDONÇA, J.X. Carvalho de. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Vol. IV. Livro II. Parte III. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964. 453 p.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. *The Company: a short history of a revolutionary idea*. New York: Modern Library, 2005. 227 p.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Borsoi, 1965. 592 p.

_____. *Tratado de Direito Privado*. Tomo L. Rio de Janeiro: Borsoi, 1965. 499 p.

_____. *Tratado de Direito Privado*. Tomo LI. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966. 449 p.

MORAES, Luiza Rangel de. O regime das deliberações na sociedade limitada em confronto com o processamento deliberativo na sociedade anônima. *Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais e da Arbitragem*. Ano 6, p. 225-250, jul/set 2003.

MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel. Reflexões sobre o Direito de Recesso na Lei das Sociedades por Ações. In LOBO, Jorge (coord.). *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 285-306.

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão. O pagamento dos haveres na dissolução parcial de sociedades. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, v.1, n.7, p.32-36, set/out 2000.

NUNES, Marcio Tadeu Guimarães. *Dissolução Parcial de Sociedades*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. 92 p.

PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. *A Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada (Doutrina, Jurisprudência, Legislação e Prática)*. vol 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958. 396 p.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 315 p.

_____. Dissolução parcial da sociedade limitada (da resolução da sociedade em relação a um sócio e do sócio em relação à sociedade). In: RODRIGUES, Frederico Viana (Org.). *Direito de empresa no novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 269-290.

_____. Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada x Sociedade Anônima. *Revista do advogado – Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada*. São Paulo: AASP, n° 57, jan. 2000, p. 7-16.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil*. vol. III. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 604 p.

PEREIRA, Marco Antonio Marcondes. Regime Dissolutório do Código Comercial: dissolução total e dissolução parcial; dissolução judicial e extrajudicial. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e*

Financeiro. São Paulo: RT. Ano XXXIV (Nova Série), n.100, p.63-84, out./dez. 1995.

PIMENTA, Eduardo Goulart. *Exclusão e Retirada de Sócios: conflitos societários e apuração de haveres no Código Civil e na Lei das Sociedades Anônimas*. Belo horizonte: Mandamentos, 2004. 168 p.

PRETTO, Cristiano. Dissolução de sociedades: proteção do quotista retirante mediante nomeação de observador judicial. *Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, v.3, n.16, p.61-76, ago./set. 2007.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. vol. 1. 26 ed. atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 2005. 538 p.

_____. *Curso de Direito Comercial*. vol. 2. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 568 p.

RIBEIRO, Roberto Ventura. *Exclusão de Sócios nas Sociedades Anônimas*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. 352 p.

ROCHA, João Luiz Coelho da. A Dissolução parcial de sociedade holding. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT. Ano XXXVI, n. 109, p. 98-101, jan/mar 1998.

SABOYA FILHO, Helio. Alguns Aspectos da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Limitada Fundada na Divergência Entre Sócios. *Revista de Direito Renovar*, n.8, p.53-63, maio/ago. 1997.

SANTOS, J. A. Penalva. Dissolução parcial de sociedade anônima. *ADV advocacia dinâmica: seleções jurídicas*, n.8, p.10-14, ago./set. 2002.

SANTOS, Teóphilo de Azeredo. *Sociedades Anônimas – prática, jurisprudência e legislação*. Rio de Janeiro: Forense, 1959. 415 p.

SILVA, Alexandre Antônio Bruno da. O regime dos contratos comerciais plurilaterais do código civil de 2002. *Revista opinião jurídica*, v.1, n.1, p.50-57, 2003.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004. 924 p.

STF, RMS nº 2.275/SC, 1ª T., Rel. Min. Nelson Hungria, j. 30/11/1953.

STF, RE nº 30.583/BA, 1ª T., Rel. Min. Afrânio Antonio da Costa, j. 10/01/1957.

STF, RE nº 39.606/SP, 2ª T., Rel. Min. Villas Bôas, j. 02/06/1959.

STF, RE nº 50.378/ES, 2ª T., Rel. Min. Ribeiro da Costa, j. 25/06/1963.

STF, RE nº 59.101/MG, 1ª T., Rel. Min. Evandro Lins e Silva, j. 19/10/1965.

STF, RE nº 63.320/SP, 2ª T., Rel. Min. Thompson Flores, j. 09/06/1969.

STF, RE nº 75.957/SP, 1ª T., Rel. Min. Oswaldo Trigueiro, j. 10/04/1973.

STF, Ag. nº 64.999/RJ (Ag.Reg.), 1ª T., Rel. Min. Bilac Pinto, j. 12/03/1976.

STF, RE nº 89.464/SP, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 12/09/1978.

STF, RE 83.838/SP, 1ª T., Rel. Min. Soares Muñoz, j. 22/05/1979.

STF, RE nº 93.126/MG, 1ª T., Rel. Min. Carlos Thompson Flores, j. 03/09/1980.

STF, RE nº 92.773/PR, 2ª T., Rel. Min. Cordeiro Guerra, j. 25/08/1981.

STF, AI-AgRg nº 89.155/RJ, 1ª T., Rel. Min. Rafael Mayer, j. 14/09/1982.

STF, AI nº 93.337-9 (AgRg), 2ª T., Rel. Min. Moreira Alves, j. 20/09/1983.

STF, RE n° 100.442-8/MG, 1ª T., Rel. Min. Néri da Silveira, j. 08/11/1988.

STJ, AgRG no AG n° 34.120-8/SP, 3ª T., Rel. Min. Dias Trindade, D.J. de 14/06/1993.

STJ, REsp n° 38.160, 3ª T., Rel. Min. Waldemar Zveiter, j. 9/11/1993.

STJ, REsp n° 61.278/SP, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha, j. 25/11/1997.

STJ, REsp n° 164.125, 3ª T., Rel. Min. Costa Leite, DJ de 03.08.1998.

STJ, REsp n° 111.294/PR, 4ª T., Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 28/05/2001.

STJ, REsp n° 247.002/RJ, 3ª T. Rel. Min. Nancy Andrichi, j. 04/12/2001.

STJ, REsp n° 419.174/SP, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 28/10/2002.

STJ, EDcl no REsp n° 419.174-SP, 3ª T., Rel. Min. Menezes Direito, DJ de 24/02/2003.

STJ, EREsp n° 111.294/PR, 2ª Seção, Rel. Min. Castro Filho, j. 28/06/2006.

STJ, REsp n° 651.722/PR, 3ª T., Rel. Min. Menezes Direito, j. 25/09/2006.

STJ, RESP n° 507.490/RJ, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 13/11/2006.

STJ, EResp n° 419.174, 2ª Seção, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, d.j.28/05/2008.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: José Bushatsky, 1979. 885 p.

TJMG, Ap. Civ. n° 290.800-1, 3ª Câm. Civ. Tribunal de Alçada, Rel. Des. Kildare Carvalho, j.16/02/2000.

TJMG, Ap. n° 1.0525.08.135317-5, Rel. Des. Márcia de Paoli Balbino, j. 26/03/2009.

TJRJ, EI na Ap. Cív. n° 12372/98, IV Grupo Câm. Cív., Rel. Des. Helena Bekhor, j. 28/04/1999.

TJRJ, Ap. Civ. n° 8842/95, 1ª Câm. Civ., Rel. Des. Luiz Carlos Guimarães, j. 25/06/1996.

TJSP, Ap. Civ. n° 2.818.4/2, 2ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Linneu Carvalho, j. 14/10/1997.

TJSP, AP. Civ. n° 003.299-4/0, 6ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Luzia Galvão Lopes, j. 18/03/1998.

TJSP, Ap. Civ. n° 084.714-4/8-00, 1ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Alexandre Germano, j. 14/09/1999.

TJSP, Ap. Civ. n° 099.972-4, 8ª Câm., Rel. Des. Zélia Maria Antunes Alves, j. 19/03/2001.

TJSP, AI n° 236.462.4/9, 9ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Ruiter Oliva, j. 30/04/2002.

TJSP, Ap. Civ n° 139.172-4, 8ª Câm., Rel. Dês Nivaldo Balzano, j. 11/06/2003.

TJSP, Ap. Civ. n° 137.674-4/4-00, 10ª Cam. Dir. Priv., Rel. Des. Quaglia Barbosa, j. 4/11/2003.

TJSP, AI n° 436.888-4/SP, 2ª Câm., Rel. Des. Boris Kauffmann, j. 06/06/2006.

TJSP, Ap. Civ. n° 483.009-4, 1ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Elliot Akel, j. 06/05/2008.

TJSP, Ap. n° 5582894700-SP, 3ª Câm., Rel. Des. Adilson de Andrade, j. 17/03/2009.

TJSP, AP. Civ. n° 633.050-4/3-00, 6ª Câm. Dir. Priv., Rel. Des. Vito Gugliemi, j. 23/04/2009.

TROVO, Beatriz. Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio no Código civil de 2002. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: RT. Ano XLIV (Nova Série), n.139, p. 257-270, jul./set. 2005.

VALVERDE, Trajano de Miranda. Sociedades por Ações. vol. I. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1953. 470 p.

VENTURA, Raúl. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. 2 reimp. da 1 ed. de 1987. Coimbra: Almedina, 1999. 522 p.

WALD, Arnoldo. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (org). *Comentários ao Novo Código Civil*, v. XIV: livro II, do direito de empresa. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1.021 p.